



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA
MESTRADO EM LITERATURA E PRÁTICAS SOCIAIS

**A (DES)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA EM *AMERICANAH* DE
CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE**

ROSINEIA DA SILVA FERREIRA

**BRASÍLIA
2019**

ROSINEIA DA SILVA FERREIRA

**A (Des)construção da identidade feminina em *Americanah* de Chimamanda
Ngozi Adichie**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Literatura do Departamento de Teoria Literária e Literaturas, Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Literatura.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cíntia Carla Moreira Schwantes

BRASÍLIA

2019

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

DA SILVA FERREIRA, ROSINEIA
D R821(A (des) construção da identidade feminina em Americanah
de Chimamanda Ngozi Adichie / ROSINEIA DA SILVA FERREIRA;
orientador Cíntia Carla Moreira Schwantes. -- Brasília, 2019.
135 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Literatura) --
Universidade de Brasília, 2019.

1. Pós-colonialismo. 2. Identidade feminina. 3.
Americanah. 4. Diáspora. I. Carla Moreira Schwantes, Cíntia,
orient. II. Título.

ROSINEIA DA SILVA FERREIRA

A (Des)construção da identidade feminina em *Americanah* de Chimamanda Ngozi Adichie

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação do Departamento de Teoria Literária e Literaturas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Literatura, aprovada em 05 de dezembro de 2019 pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes membros:

Prof.^a Dr.^a Cíntia Carla Moreira Schwantes
Universidade de Brasília (UnB)
Orientadora

Prof. Dr. Cláudio Roberto Vieira Braga
Universidade de Brasília (UnB)
Examinador Interno

Dr.^a Lorena Sales dos Santos
Examinadora Externa – Verbal Assessoria Linguística

Prof.^a Dr.^a Virgínia Maria Vasconcelos Leal
Universidade de Brasília (UnB)
Membro Suplente

DEDICATÓRIA

A minha querida filha, Júlia.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo.

A minha mãe, exemplo de força e perseverança.

Ao meu amado esposo Juranez, por todo apoio e dedicação sempre.

A minha querida filha, por todo amor e carinho.

Ao meu querido amigo Celiomar, quem sempre incentivou esse sonho.

A minha orientadora, por toda dedicação e paciência.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo problematizar a desconstrução da identidade feminina no entre-lugar Estados Unidos/Nigéria no contexto pós-colonial, na obra *Americanah* (2014) de Chimamanda Ngozi Adichie, focalizando em especial a protagonista Ifemelu, sua tia Uju e Ginika, sua melhor amiga. A escolha dessas personagens se deu pelas diferentes condições pelas quais elas foram para os Estados Unidos e pelas diversas formas que suas identidades foram afetadas. Ademais, interessa investigar em que grau as personagens em situação de diáspora foram afetadas pela nova cultura e em que grau mantém elementos de sua cultura de origem. Foi analisado como ocorreu a desconstrução da identidade feminina nessas personagens de modo a problematizar o nível de afetação de cada uma delas. Para subsidiar tal análise foram utilizadas as teorias pós-coloniais, que estudam os níveis de afetação das culturas nos países que foram colonizados. Dentre outras foram utilizadas obras de Homi K. Bhabha; Bill Ashcroft, Gareth Griffiths e Helen Tiffin; Albert Memmi; Peter Childs e R. J. Patrick Williams; Thomas Bonnici. Para problematizar as questões de identidade e diáspora foram utilizadas obras de Stuart Hall.

Palavras-chave: Pós-colonialismo; Identidade feminina; diáspora; *Americanah*.

ABSTRACT

This research aimed to problematize the deconstruction of female identity in the in-between space constituted by the United States/Nigeria in the postcolonial context, in Chimamanda Ngozi Adichie's *Americanah* (2014), focusing in particular on the protagonist Ifemelu, her aunt Uju and Ginika, her best friend. These characters were chosen because of the different conditions in which they went to the United States and the different ways their identities were affected. In addition, it is important to investigate to what extent the diaspora characters were affected by the new culture and to what extent they maintain elements of their original culture. It was analyzed how the deconstruction of female identity occurred in these characters in order to problematize the level of affectation of each one of them. To support this analysis, postcolonial theories, which problematize the affect levels of cultures in the countries that were colonized, were used. Among others, works by Homi K. Bhabha were used; as well as Bill Ashcroft, Gareth Griffiths and Helen Tiffin; Albert Memmi; Peter Childs and R. J. Patrick Williams; Thomas Bonnici. To problematize the issues of identity and diaspora, works by Stuart Hall were used.

Keywords: Postcolonialism; Female identity; diaspora; *Americanah*.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. A TEORIA PÓS-COLONIAL	14
2.1 LITERATURA PÓS-COLONIAL E IDENTIDADE.....	54
2.2 IDENTIDADE E PÓS-COLONIALISMO.....	65
2.3 ESPAÇO DIASPÓRICO E LITERATURA.....	76
3. AMERICANAH E A IDENTIDADE FEMININA	80
3.1 ESTUDANDO <i>AMERICANAH</i>	80
3.2 IDENTIDADE FEMININA NA DIÁSPORA.....	91
3.2.1 A Identidade de Ginika	93
3.2.2 A Identidade de tia Uju	95
3.2.3 A Identidade de Ifemelu	100
3.2.3.1 Reconstruindo a Identidade.....	108
3.2.3.2 Deslocamentos de Ifemelu.....	111
3.2.3.3 A Identidade meio Americanah de Ifemelu.....	117
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130

1. INTRODUÇÃO

A narrativa de *Americanah* (2014) conta a história de Ifemelu, uma jovem estudante nigeriana que mora com sua família na capital, Lagos; namora um de seus colegas, Obinze, e cursa geologia na universidade de Nsukka. No entanto, a instabilidade política do país acarreta sucessivas greves nas universidades. Em consequência, a protagonista, com o auxílio de sua tia Uju e de sua amiga Ginika, se inscreve para algumas universidades nos Estados Unidos e consegue uma bolsa parcial de estudos. Ifemelu reluta em ir embora, porém, Obinze a incentiva e promete que depois eles se encontrarão nos Estados Unidos. Obinze tenta ir para os Estados Unidos, no entanto, após sucessivas negativas de visto, ele vai para a Inglaterra e passa um período trabalhando ilegalmente, até ser deportado. É nesse contexto de diáspora e retorno é que as identidades passam por profundas transformações.

Tais transformações ocorrem de modo diferente para cada personagem. Por isso, é importante apontar os contextos que levaram essas personagens a mudarem para os Estados Unidos.

Ginika, amiga de Ifemelu, é a primeira a ir para os Estados Unidos. Seus pais eram professores universitários e quando ela ainda estava na escola, a Nigéria já passava por problemas políticos que afetavam a universidade de diversas maneiras, como é possível perceber na passagem em que o pai de Ginika reclama da situação de trabalho:

Não somos gado. Esse regime está nos tratando como gado e estamos começando a nos comportar como gado. Não consigo pesquisar direito há anos, porque passo todos os dias organizando greves, falando dos salários que não são pagos e do fato de que não há giz nas salas de aula (ADICHIE, 2014, p. 74).

Assim, Ginika parte da Nigéria muito jovem, acompanhada de sua família e com condições financeiras mínimas para se instalar no novo país. Sua mãe é estadunidense, por isso Ginika tem passaporte americano e seu pai consegue um emprego em uma universidade antes de ir. Mesmo em condições tão favoráveis, ela “reclamava e chorava, imaginando uma vida triste e sem amigos na estranha América” (ADICHIE, 2014, p. 74).

A ida de tia Uju é bem diferente e turbulenta. Uju tinha um relacionamento amoroso com um general envolvido com questões políticas. O general era casado e mantinha uma relação extraconjugal com Uju, com quem teve um filho, Dike. Ele a mantinha financeiramente e controlava todos os aspectos de sua vida. Ela desfrutava de uma vida muito confortável, no entanto, todos os bens dos quais ela usufruía estavam registrados no nome dele. Quando ele foi assassinado, Uju e Dike ficaram desamparados e passaram a sofrer ameaças da esposa do General e da família dele. Devido a essa situação de perigo em que Uju se encontrou, ela vendeu os bens móveis e conseguiu ir embora para os Estados Unidos com Dike, para tentar recomeçar a vida.

Ifemelu também muda-se para os Estados Unidos, devido à instabilidade política no país que prejudicou o funcionamento das universidades. Ela teve ajuda de Uju e Ginika para se mudar e se instalar no novo país e, mesmo assim, no início teve muita dificuldade em conseguir um emprego e se estabilizar financeiramente.

Americanah, obra de Chimamanda Ngozi Adichie, tem como protagonista a jovem Ifemelu. Seu enredo diz respeito ao relacionamento entre Ifemelu e Obinze. Uma história ambientada em três continentes e com uma crítica social ao colonialismo e ao pós-colonialismo, pois além de apontar que o racismo ainda é muito vivo nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, também aponta o modo de vida lagosiano, no qual as pessoas com poder econômico vivem à sombra de um passado colonial inglês, como se isso fosse glamouroso.

Tendo como perspectiva esses três contextos, esta dissertação visa analisar as percepções de mudanças de identidade de personagens femininas, com ênfase nas seguintes personagens: Ifemelu, a protagonista, sua tia Uju e sua amiga Ginika, além de fazer apontamentos quanto às afetações nas identidades de outras personagens, tais como Dike, filho de Uju e primo de Ifemelu e Obinze.

Para o desenvolvimento da pesquisa tem-se como hipótese de leitura a desconstrução da identidade, de diferentes formas, nas personagens femininas em situação de diáspora no romance. A modernidade e a diáspora tem como consequência a desarmonia com o conceito de identidade fixa que os indivíduos vivenciam, por isso se compreende que aqueles advindos da condição de colônias, sofrem essas consequências em suas identidades.

Eventualmente, poderão ser feitas algumas observações quanto a outras personagens que se mostrem relevantes, todavia o foco será nas três personagens

supracitadas, devido ao alto grau de mudanças, internas e externas, que elas enfrentam ao longo da narrativa. Deve-se apontar ainda, que essas personagens passam por tais mudanças, devido às experiências vivenciadas ao longo da narrativa e principalmente por elas passarem pela experiência da diáspora, que as coloca em situações que talvez jamais vivenciaríamos se não passassem por ela.

O colonialismo europeu se configurou como uma prática de controle social, econômico e cultural por meio da violência, para a exploração de forma abusiva dos povos e de seus recursos humanos e naturais. Dessa relação entre colonos e colonizados desenvolveram-se práticas culturais diversas das duas culturas, que são refletidas na literatura como prática ou processo discursivo.

Durante um longo período, as literaturas produzidas nesses países foram colocadas em posição periférica pela perspectiva do cânone eurocêntrico e assim foram silenciadas e desprezadas por ele. Contudo, parte da reflexão sobre a experiência pós-colonial tomou a forma de um campo organizado de conhecimento denominado “estudos Pós-coloniais”, que conferiu uma mirada diferenciada às literaturas das ex-colônias.

Esta produção literária (pós-colonial) tem como característica o rompimento com os padrões estéticos e literários do centro europeu, e se constitui da experiência colonial e pós-colonial pela qual essas sociedades foram formadas. Por isso, essas literaturas são diversificadas, complexas e atuais.

Conseqüentemente, as teorias pós-coloniais também são múltiplas e algumas vezes até antagônicas, o que é natural, pois abrangem a produção de localidades diversas e distantes geograficamente e mais ainda culturalmente. Dessa maneira, temos autores – tanto literários quanto críticos – como Albert Memmi, Frantz Fanon, Edward Said, Homi K. Bhabha, Gayatri Spivak, Bill Ashcroft, Gareth Griffiths, Helen Tiffin, Stuart Hall, Thomas Bonnici, Inocência Mata, dentre muitos outros, provenientes de países que foram colônias, como Índia, Martinica, Jamaica, só para citar alguns.

Portanto, para embasar as reflexões acerca da desconstrução das identidades femininas nas personagens do romance *Americanah* serão utilizadas as teorias críticas pós-coloniais, que se debruçam sobre as literaturas produzidas nos países cujas culturas foram modificadas devido à influência de colonizadores europeus.

Para a realização da análise proposta será utilizada como metodologia a leitura atenta (close reading). Leitura atenta trata-se de “uma análise criteriosa e crítica de um texto, que se concentra em detalhes significativos ou padrões, a fim de

desenvolver uma compreensão profunda e precisa da forma do texto, do ofício dos significados” (BURKE, p. 02, tradução nossa). ¹ É uma atividade que envolve a capacidade dos críticos literários de voltar sua atenção para os detalhes mínimos, uma vez que constitui um modelo de leitura que descarta muitas características do tradicional, ao se relacionar com outras áreas do saber. Nancy Boyles afirma ainda que leitura atenta “significa leitura para descobrir camadas de significado que levam à compreensão profunda” (2016, p. 90, tradução nossa). ²

Uma leitura atenta é muito mais do que apenas um exercício acadêmico. Ela é, além de pessoal, uma leitura social, sendo também uma habilidade indispensável, pois ela possibilita a reflexão quanto aos significados de palavras ou frases, isoladas ou em contexto; permite também compreender a distribuição das ideias ao longo do texto, para que seja possível a compreensão completa de seus significados.

Nesse sentido, Hinchman e Moore apresentam várias definições de leitura atenta. Segundo Mikics “Ler atentamente é investigar a força específica de uma obra literária no maior número de detalhes possível. Também significa compreender como funciona um texto, como ele cria seus efeitos no nível mais ínfimo” (2007, p. 61 apud HINCHMAN; MOORE, 2013, p. 443, tradução nossa). ³

Hinchman e Moore apresentam também a visão de Richards (1929) e Brooks (1947), teóricos do New Criticism, que “estipularam a leitura atenta como um método objetivo rigoroso para extrair o significado correto de um texto (2013, p. 443, tradução nossa), ⁴ pois somente por meio de um exame pormenorizado do uso da linguagem, em toda a extensão do texto, é possível desvendar todos os seus sentidos”.

Por isso, a partir da concepção de leitura atenta estabelecida pelos críticos da *Nova Crítica*, Hinchman e Moore concluem que a leitura atenta deve focar sua atenção no “texto e nada além do texto como uma entidade independente; os leitores interpretam o significado dentro dos limites do que o texto oferece” (2013, p. 444, tradução nossa). ⁵

¹ is thoughtful, critical analysis of a text that focuses on significant details or patterns in order to develop a deep, precise understanding of the text's form, craft, meanings.

² close reading means reading to uncover layers of meaning that lead to deep comprehension

³ To read closely is to investigate the specific strength of a literary work in as many details as possible. It also means understanding how a text works, how it creates its effects on the most minute level.

⁴ stipulated close reading as a rigorous objective method for extracting the correct meaning of a text

⁵ ... the text and nothing but the text as a self-contained entity; readers interpret meaning within the confines of what the text offers.

Os autores apresentam também a concepção de teóricos posteriores, que concebem a leitura atenta como um método que possibilita atribuir enfoques e propósitos diferentes aos textos. Eles apresentam a visão de desconstrucionistas como Jacques Derrida (1997), que afirma que a leitura atenta serve “para descobrir os significados diferentes, frequentemente contraditórios, de um texto, porque, nessa visão, as palavras se referem apenas a sistemas conceituais de outras palavras e não a significados fixos” (2013, p. 445, tradução nossa).⁶ Assim, tal leitura parte do exame repetido do texto e propicia a extração das suas várias camadas de significados e a compreensão de como ele foi estruturado.

Esse método apresenta algumas vantagens quando o objetivo é a análise de textos literários, pois ele auxilia o leitor a notar os detalhes, a encontrar evidências e a ampliar os significados que levam à compreensão básica deles no texto e assim desvelar as múltiplas camadas de significados que ele pode conter.

Para pôr em prática tal método de análise, algumas etapas devem ser seguidas: primeiro realiza-se leitura e observação, fazendo anotações sobre a linguagem do texto e procura-se identificar padrões; depois, é colocada uma série de perguntas sobre a voz narrativa, o tom e os dispositivos retóricos e literários que auxiliam na elaboração de uma tese descritiva; por fim, entende-se o porquê do uso de cada elemento e tenta-se conectar a linguagem aos temas maiores do texto. Assim, torna-se possível desenvolver uma tese com argumentos e exemplos intratextuais.

Para a apresentação dos resultados obtidos nesta pesquisa o presente trabalho está organizado em dois capítulos. No primeiro capítulo, consta uma revisão bibliográfica acerca das teorias pós-coloniais. Nele, são apresentadas as teorias dos estudos pós-coloniais que enfocam as literaturas, principalmente em língua inglesa, produzida por autores advindos de países ex-colônias europeias.

Ainda no primeiro capítulo, são expostas as teorias pós-coloniais que abordam os efeitos do colonialismo na identidade dos indivíduos dos países que se tornaram independentes politicamente, bem como dos indivíduos que se deslocaram desses países para as antigas metrópoles. No segundo capítulo são analisadas as representações desses impactos na literatura, especificamente nas personagens femininas em situação de diáspora nos Estados Unidos que figuram na obra *Americanah*, de Chimamanda Ngozi Adichie.

⁶ ... read closely to uncover a text's different, often contradictory, meanings because, in this view, words refer only to conceptual systems of other words and not to fixed meanings.

2. A TEORIA PÓS-COLONIAL

As teorias Pós-coloniais surgiram da necessidade de um *corpus* teórico para análise das literaturas dos países que passaram pelo processo de colonização, como países da África, da Ásia e da América que ficaram por longo período sob domínio político, econômico e social de países europeus como a Inglaterra, a França, Portugal e a Espanha.

O domínio exercido pelos países europeus provocou profundas mudanças culturais em todas as sociedades que foram subjugadas, assim esse fenômeno começou a ser refletido em toda produção artístico/cultural, mostrando as mudanças sociais impostas em contraponto à resistência da cultura autóctone.

As teorias literárias europeias existentes nunca foram adequadas para lidar com as literaturas de países de outros continentes, muito menos para a literatura produzida durante o período colonial e principalmente após esse período, devido às características intrínsecas dessas sociedades e posteriormente às mudanças perpetradas pelo colonialismo. Essas literaturas foram denominadas literaturas Pós-coloniais e para elas surgiu uma teoria literária com o mesmo nome, teoria Pós-colonial.

Essa teoria se aplica às obras de escritores dos países que eram colônias de países europeus como Grã-Bretanha, França, Portugal e Espanha. A teoria literária dos países colonizadores, no entanto, não abarcava as produções dos países que foram colonizados, principalmente por estar cerrada em “tradições culturais particulares, ocultas por falsas noções de “universal”” (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2002, p. 11, tradução nossa)⁷ que excluem as produções pós-coloniais.

Assim, a partir da concepção de que os textos pós-coloniais apresentam características diferentes da visão eurocêntrica, os teóricos e críticos começaram a elaborar uma teoria capaz de contemplar tais textos. Desse modo, a teoria pós-colonial nasceu da necessidade de questionar esse universal, uma vez que ele deixa de fora uma gama de obras produzidas fora da Europa e por escritores não europeus.

Um bom exemplo, por mapear o campo dos estudos Pós-coloniais, é a obra *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures*, em que os autores Bill Ashcroft, Gareth Griffiths e Helen Tiffin apresentam um vasto panorama a respeito das teorias pós-coloniais, com apresentação de conceitos,

⁷ ... traditions which are hidden by false notions of 'the universal'

relatos teóricos, explicações conceituais e vinculação com a cultura pós-colonial. Os autores esclarecem que nesta obra a abordagem se refere aos países colonizados pela Grã-Bretanha, mas que se aplica ao menos parcialmente, embora tenham as suas particularidades, às colônias de países como França, Espanha ou Portugal.

A começar pela conceituação do termo pós-colonial, eles afirmam que a base semântica do termo “parece sugerir uma preocupação apenas com a cultura nacional após a saída do poder imperial, tendo sido ocasionalmente empregado para distinguir entre os períodos antes e depois da independência” (ibidem, p. 02, tradução nossa),⁸ ou seja, o período colonial. Todavia, eles empregam o termo pós-colonial para descrever toda cultura que tenha passado pelo processo imperial até a atualidade, bem como seus impactos nas literaturas.

Uma das especificidades das literaturas pós-coloniais é a exposição da hostilidade para com o colonizador e o reforço das diferenças entre a cultura local e a do suposto poder hegemônico do colonizador.

Ashcroft e seus pares apresentam ainda a importância do ensino de inglês, em detrimento das línguas locais, para a imposição da ideologia do colonizador e uma dominação para além da econômica e política, pois “a linguagem se torna o meio através do qual uma estrutura hierárquica de poder é perpetuada, e o meio através do qual as concepções de “verdade”, “ordem” e “realidade” se estabelecem” (Ibidem, p. 07, tradução nossa),⁹ assim, a imposição da língua do colonizador é uma ferramenta para a construção discursiva, de forma inconsciente, dos valores ocidentais, que só é confrontada com o surgimento da voz pós-colonial.

Neste cenário de imposição cultural por meio do ensino, difusão e imposição da língua está a literatura, como peça chave para atingir os propósitos do colonizador. Por isso, os textos produzidos nos períodos coloniais eram escritos por “representantes do poder imperial” (Ibidem, p. 05, tradução nossa)¹⁰ e não poderiam representar a cultura local.

Com o tempo, os “nativos” foram autorizados a escrever respeitando os parâmetros da literatura dita universal, segundo a visão eurocêntrica. Assim os

⁸ ... suggest a concern only with the national culture after the departure of the imperial power. It has occasionally been employed in some earlier work in the area to distinguish between the periods before and after independence.

⁹ Language becomes the medium through which a hierarchical structure of power is perpetuated, and the medium through which conceptions of ‘truth’, ‘order’, and ‘reality’ become established. Such power is rejected in the emergence of an effective post-colonial voice.

¹⁰ ‘representatives’ of the imperial power

escritos autorizados passaram a ser considerados britânicos e passaram a fazer parte do cânone literário inglês.

Pelo caráter diferenciado das literaturas pós-coloniais, surgiu a necessidade de modelos teóricos explicativos para elas. Assim, os autores apresentam quatro modelos. São eles: modelos “nacionais” ou regionais; modelos baseados em raça; modelos comparativos e modelos comparativos mais abrangentes: sincretismo e hibridismo.

O modelo “nacional” ou regional é baseado nas literaturas americanas que no início começaram a se diferenciar da literatura da Grã-Bretanha, passando a ser independentes e modelo para as literaturas de ex-colônias mais recentes. Essas literaturas foram consideradas formações nacionais independentes e não ramificações de uma literatura base, pois apresentavam a imagem da identidade nacional e do contexto histórico, social e político nacional.

O modelo de Escritura Negra considera a raça como um aspecto que leva à discriminação econômica e política e também inclui os escritores africanos que estão em diáspora. Os autores afirmam, ainda, que esse modelo não abrange produções com diferenças culturais e nem as literaturas produzidas por uma minoria negra em um país branco e poderoso, mas apenas aquelas produzidas pela maioria negra em uma nação independente.

Os modelos comparativos mais amplos abordam diversos aspectos das literaturas pós-coloniais, por isso, os autores expõem e discutem diversos desses aspectos. O primeiro aspecto discutido por eles é a necessidade de um nome adequado para a teoria que explica as literaturas em língua inglesa surgidas nos países ex-colônias europeias.

Eles apresentam os primeiros termos usados como “literatura da *Commonwealth*”, “Literatura do terceiro mundo” ou “novas literaturas em inglês” (Ibidem, p. 22, tradução nossa).¹¹ Ao esclarecer as inadequações desses termos, explicam que o termo “pós-colonial” é o mais adequado por sua relação ao contexto histórico desses países, por apontar o caminho para estudos sobre as consequências do colonialismo, além de sugerir um futuro livre e positivo.

Ao apresentar os aspectos referentes à língua e lugar na teoria pós-colonial, Ashcroft, Griffiths e Tiffin apontam para o modelo apresentado por Maxwell (1965). Maxwell propõe o exame das literaturas a partir do modelo centrado no afastamento entre lugar e linguagem, pois para os povos pós-coloniais o lugar sempre é uma

¹¹ ‘Commonwealth literature’; ‘new literatures in English’; ‘Third World literatures’

preocupação. Ele questiona se a língua importada é adequada para descrever as experiências das sociedades pós-coloniais.

Neste contexto, Maxwell identifica dois grupos distintos. O primeiro é a colônia de permanência. Esses colonos tomavam as terras e exterminavam as populações indígenas. Assim, a hegemonia do inglês era natural, pois as línguas nativas foram extintas. O segundo grupo é a colônia de invasores. Esses conviviam com os indígenas em seu próprio território. Nesse grupo o inglês foi implantado e eventualmente sufocou as línguas maternas. No entanto, para Maxwell, os escritores pós-coloniais, independente de onde tenham surgido, possuem características que diferenciam seus escritos das literaturas inglesas.

Tiffin, Ashcroft e Griffiths afirmam que as teorias de Maxwell são uma ferramenta auxiliar nas análises das literaturas pós-coloniais, no entanto elas contêm duas limitações. A primeira é que elas não são abrangentes o suficiente e a segunda é que elas supõe que a linguagem pode ser inadequada para uso em outros lugares, pois segundo os autores, se essa lógica for levada a termo contraria a existência da própria literatura pós-colonial.

Os paralelos temáticos são características presentes em textos pós-coloniais, apresentando tópicos convergentes, mesmo quando separados no tempo e no espaço. Os autores salientam, ademais, que as semelhanças entre as literaturas pós-coloniais não se restringem a esses paralelos temáticos. No entanto, a reincidência de temáticas semelhantes não é mera casualidade, ela ocorre porque os escritores “falam pelas condições psíquicas e históricas compartilhadas entre as diferenças que distinguem uma sociedade pós-colonial da outra” (Ibidem, p. 28, tradução nossa).¹²

A abordagem dos teóricos políticos situa a principal característica da literatura pós-colonial na relação imperial colonial. Assim, compreende-se que a produção textual está vinculada ao controle político, imaginativo e social envolvido nesta relação.

De acordo com Ashcroft e seus co-autores, essa relação suscita questões essenciais sobre a descolonização cultural das ex-colônias. Desta forma, alguns críticos acreditam que a colonização foi um momento histórico superado e que a independência política e cultural é possível. Outros, no entanto, acreditam que esse sincretismo se tornou intrínseco às sociedades pós-coloniais.

¹² They speak for the shared psychic and historical conditions across the differences distinguishing one postcolonial society from another.

Esta dialética também pode ser observada na abordagem de Max Dornsville (1974, 1983), que enfoca a relação entre as sociedades dominadas e as dominantes, enfatizando as políticas de dominação que abrangem uma hierarquia de opressão mais extensa. Este modelo destaca a imposição linguística e cultural que permite uma compreensão da história literária do Reino Unido como intercâmbio de hierarquia.

Um outro modelo de análise da teoria pós-colonial que Ashcroft e co-autores apresentam é o de “hibridade e sincreticidade” (Ibidem, p. 32, tradução nossa).¹³ Este modelo, como outros, de modo cauteloso, se baseou nas teorias literárias europeias e considerou a alteridade cultural.

Os autores afirmam que teorias como as propostas por Homi Bhabha, Wilson Harris ou Edward Brathwaite consideram as características das sociedades pós-coloniais e as hibridações ocorridas para a formulação de epistemologias. Esses teóricos sugerem uma ruptura com os conceitos europeus de organização temporal e da “história”. Nesse sentido, Harris argumenta que embora os textos pós-coloniais lidem com temas como a divisão de raça e cultura, cada texto contém o que ele chama de “sementes da “comunidade”” (Ibidem, p. 34, tradução nossa)¹⁴ que florescem na mente do leitor.

Assim, a literatura pós-colonial se caracteriza principalmente pela hibridação e sincretismo, que se originam nas diferenças históricas entre as metrópoles e as colônias. Essas características implicam que as culturas pós-coloniais não são únicas e indivisíveis.

Griffiths, Tiffin e Ashcroft apresentam ainda as estratégias textuais desenvolvidas pelos escritores pós-coloniais. Eles fazem uma breve descrição do uso do inglês em paralelo às línguas locais e as variações que surgem desse uso, estabelecendo, assim, uma teoria linguística pós-colonial.

Nas sociedades pós-coloniais onde o inglês foi imposto em função da dominação e da opressão, a linguagem pós-colonial deve se impor como forma de poder. Para isso a linguagem pós-colonial deve se definir pela colocação do inglês de forma adaptada ao lugar colonizado. Segundo os autores, essa ordenação pode ocorrer por meio de dois processos: a “revogação ou negação e a apropriação e reconstituição” (Ibidem, p. 37, tradução nossa).¹⁵

¹³ Hybridity and Syncreticity

¹⁴ seeds of ‘community’

¹⁵ abrogation or denial; appropriation and reconstitution.

A revogação ou negação trata de tirar o inglês da posição de privilégio, enquanto as línguas locais estão preteridas, configurando-se uma recusa ao padrão normativo e ao poder da metrópole sobre a colônia. A apropriação e reconstituição consistem em remodelar a língua, segundo as necessidades locais; na apropriação a linguagem é remodelada para ser capaz de expressar as experiências e culturas locais.

A linguagem nas sociedades pós-coloniais é composta por três grupos distintos: monoglotas, em que os falantes usam uma única língua, geralmente o inglês; diglotas, em que a maioria dos falantes domina duas ou mais línguas; e as poliglotas, em que os falantes dominam muitos dialetos. Neste cenário, conforme os autores, o inglês se comporta como um contínuo de “intersecções” (Ibidem, p. 39, tradução nossa) ¹⁶ em que os hábitos de fala operam uma mudança linguística que reconstrói as linguagens.

A estratégia textual de revogação nas literaturas pós-coloniais, como recusa do poder imperial, de sua cultura e estética fez com que essas literaturas já nascessem com uma tendência natural à subversão, de forma que os primeiros escritores das literaturas pós-coloniais tiveram que questionar e desafiar, buscando atingir a desestabilização da noção de centralidade e autenticidade europeia para assim se inventarem e para alcançarem sua própria autenticidade.

Assim, os autores esclarecem que neste contexto de sincretismo e hibridação das línguas nas sociedades pós-coloniais, não pode haver um lugar de privilégio para um código padronizado por uma visão monocêntrica do mundo. Essa condição híbrida e sincrética das línguas dos países pós-coloniais, associada ao uso de expressões em línguas vernaculares ou estruturas gramaticais do inglês, imprimiram a autenticidade que os escritores pós-coloniais buscavam.

Em países que permaneceram poliglotas, após o processo de independência, houve a sobreposição de linguagens e, por esse motivo, os autores apontam que há uma teoria linguística pós-colonial. Como exemplo, eles citam o *creole continuum* que há nos países caribenhos. Essa teoria se baseia no uso que os falantes fazem da língua e não no que é determinado pelo padrão gramatical, considerando, assim, o desempenho dos falantes como assunto da linguística.

Nesse contexto da teoria linguística pós-colonial, em que o *creole continuum* está inserido, os escritores pós-coloniais trabalham com os aspectos das variações dessas linguagens e “[...] empregam estratégias altamente desenvolvidas de

¹⁶ continuum of ‘intersections’

transcrição vernacular, que alcançam o duplo resultado de anular o inglês padrão e apropriar-se de um inglês como um discurso culturalmente significativo” (Ibidem, p. 45, tradução nossa).¹⁷

Nas sociedades em que a opção oficial tenha sido o inglês, em detrimento das línguas nativas, percebeu-se que ocorre uma troca de códigos que consiste na capacidade do falante codificar e decodificar um código linguístico por qualquer uma das línguas. Essa prática subversiva vai além da linguagem e se aplica ao sistema cultural, no qual os textos literários, bem como todo o discurso de controle colonial, estão embasados. Por isso, os autores afirmam que essa é a única opção “onde não há uma linguagem alternativa para rejeitar a linguagem (e, portanto, a visão) dos colonizadores” (Ibidem, p. 47, tradução nossa).¹⁸

Assim, a prática da escrita pós-colonial leva à revogação da autenticidade e da essência atribuídas, até então, somente às literaturas do centro. A escrita pós-colonial usa a linguagem para significar a diferença e retirar a centralidade do inglês, por meio de estratégias literárias como o uso de palavras não traduzidas ao longo do texto, o que tem uma “[...] função importante na inscrição da diferença. Eles significam uma certa experiência cultural que eles não podem esperar produzir, mas cuja diferença é validada pela nova situação” (Ibidem, p. 52, tradução nossa)¹⁹.

Ashcroft, Griffiths e Tiffin afirmam que há dois princípios centrais para toda a escrita pós-colonial: “[...] primeiro, há uma repetição da ideia geral de interdependência da linguagem e da identidade – você é o modo como fala.” e “segundo, há o ato mais distintivo do texto pós-colonial, que é inscrever a diferença e ausência como corolário dessa identidade” (Ibidem, p. 53, tradução nossa).²⁰

Outra característica da literatura pós-colonial, apontada pelos autores, é a possibilidade de identificação política e cultural em duas línguas, que cria o espaço da diferença na escrita pós-colonial. Esse espaço cultural é resultado da função metonímica da linguagem, gerando um silêncio que caracteriza e diferencia as escritas pós-coloniais da literatura inglesa dos colonizadores.

¹⁷ Writers in this continuum employ highly developed strategies of code-switching and vernacular transcription, which achieve the dual result of abrogating the Standard English and appropriating an English as a culturally significant discourse.

¹⁸ “... where there is no alternative language in which to reject the language (and hence the vision) of the colonizers.

¹⁹ such uses of language as untranslated words do have an important function in inscribing difference. They signify a certain cultural experience which they cannot hope to reproduce but whose difference is validated by the new situation.

²⁰ first, there is a repetition of the general idea of the interdependence of language and identity – you are the way you speak. [...] second, there is the more distinctive act of the post-colonial text, which is to inscribe difference and absence as a corollary of that identity.

Os autores apresentam, também, algumas das estratégias de apropriação utilizadas pelos escritores pós-coloniais, quais sejam: encobrimento; o uso de palavras não traduzidas; interlíngua; fusão sintática; transcrição de código e transcrição vernacular.

Os autores asseveram que os “textos pós-coloniais podem significar diferença em suas representações de lugar, de nomenclatura e através da implantação de temas” (Ibidem, p. 58, tradução nossa),²¹ mas eles salientam que é na linguagem que fica evidente a tensão da “revelação” e do “silêncio” cultural. Tal escrita pode ser vista muitas vezes como uma descrição da cultura do povo a qual seu escritor pertence.

O encobrimento tem como função principal significar a diferença, e o seu descarte gradual liberou a escrita pós-colonial do mito da autenticidade. Enquanto as palavras não traduzidas são utilizadas como dispositivo “[...] para transmitir o sentido de distinção cultural [...] que ilustra a importância do discurso na interpretação de conceitos culturais” (Ibidem, p. 63, tradução nossa).²² Elas tornam-se um significante de que a linguagem que informa o romance é a linguagem do Outro. Essa ausência de explicação é o primeiro sinal da diferença e torna-se uma função interpretativa no texto. Assim, pode-se considerar como um ato político a opção de utilizar palavras não traduzidas mesmo que haja tradução.

Outra estratégia de apropriação na escrita pós-colonial é a da interlíngua, que é a formação de uma intercultura a partir da junção de estruturas linguísticas, surgindo, assim, um sistema linguístico separado e autêntico, o que produz uma nova lógica que não pode ser considerada como erro em relação às línguas de origem.

As sociedades multilíngues são muito ricas em variação sintática, por isso, a fusão sintática é uma estratégia de apropriação muito comum nas literaturas pós-coloniais. Uma característica muito importante dessa fusão é o neologismo e, quando ele se torna bem-sucedido, é por sua “função dentro do texto e não pela sua proveniência linguística” (Ibidem, p. 70, tradução nossa).²³

Por fim, os autores apresentam a estratégia de transcrição de código e transcrição vernacular, que consiste, basicamente, no uso do inglês e de línguas vernaculares, ao longo da escrita, em que “o narrador “reporta” no inglês padrão,

²¹ ... Post-colonial texts may signify difference in their representations of place, in nomenclature, and through the deployment of themes.

²² ... is a more widely used device for conveying the sense of cultural distinctiveness [...] illustrates the importance of discourse in interpreting cultural concepts.

²³ ...function within the text rather than their linguistic provenance.

mas se move ao longo do *continuum*” (Ibidem, p. 71, tradução nossa) ²⁴ nos diálogos, passando facilmente de um código para outro. Deste modo, tais estratégias proporcionam a criação de um mundo social específico.

Como visto, as estratégias de apropriação linguística, nas literaturas pós-coloniais são diversas e funcionam como ferramentas de transformação do inglês, de forma que o escritor se dirija a um público externo a sua cultura, com uma linguagem culturalmente diferente, mas, ainda assim, em língua inglesa.

Desta maneira, os autores chegam à conclusão que os escritores pós-coloniais contribuem para uma mudança na literatura canônica inglesa e abalam as ideologias que sustentam os discursos das elites ocidentais.

Quanto ao surgimento da escrita e liberação da escrita pós-colonial, os autores afirmam que a apropriação da língua foi importante para o estabelecimento de um discurso da diferença, mas que a apropriação da escrita foi a que teve maior significado para este discurso. Foi por meio do controle do processo de escrita que o discurso pós-colonial pôde se apropriar da sua condição de marginalidade que lhe é imposta e ressignificar sua literatura e sua cultura.

Os autores apontam que o controle da escrita foi de grande importância para o domínio colonial, principalmente pelo controle dos meios de comunicação. Conforme Tzvetan Todorov, o controle dos meios de comunicação é a “característica-chave da opressão colonial” (Ibidem, p. 78, tradução nossa). ²⁵

Os autores consideram que a premissa de Todorov é primordial para o sucesso do colonizador. A questão em torno da necessidade dessa dominação não se restringe ao domínio de uma língua sobre a outra e sim ao domínio da escrita sobre a oralidade, o controle sobre a linguagem que leva ao domínio de visões de mundo.

Neste contexto de domínio cultural, por meio do controle da escrita e dos meios de comunicação, os autores afirmam que o escritor pós-colonial pode ser comparado a um intérprete que se encontra na intersecção de dois discursos e que se vê preso nesta situação, devido à impossibilidade de viver completamente esses dois discursos.

Os autores consideram, ainda, que a escrita – presente ou não no momento da colonização – é o fator mais importante para o momento colonial, pois a escrita,

²⁴ ...the narrator who ‘reports’ in standard English, but moves along the continuum.

²⁵ ... the key feature of colonial oppression.

além de introduzir um novo elemento comunicativo, apresenta uma orientação para o conhecimento e uma interpretação do desconhecido e invasivo.

As literaturas pós-coloniais se apropriam e desmontam o modelo “centro e margem” por meio de subversões formais, ou por contestação temática. Por isso, algumas características, como “o silenciamento e marginalização da voz pós-colonial pelo centro imperial; a revogação desse centro imperial dentro do texto e a apropriação ativa da língua e cultura daquele centro” (Ibidem, p. 82, tradução nossa)²⁶ são o fio condutor para a leitura e análise de algumas obras.

Os autores afirmam que a maioria dos países que sofreram o processo de colonização, em alguma medida, conseguiu manter muitas características das culturas nativas. Assim, o desenvolvimento das sociedades pós-coloniais é influenciado por essas culturas e pela dimensão de sua existência e da influência do colonizador.

Os autores apresentam as teorias literárias surgidas em diversos países que foram colônias, como países africanos ou caribenhos e de países que mesmo tendo sido colônias tornaram-se colonizadores, como Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia.

Para os escritores, a escolha da língua para a escrita tornou-se um problema, pois torna-se necessário escolher entre o inglês herdado e as línguas vernáculas, e essa escolha da linguagem aponta para o papel da literatura na sociedade. Por isso, os autores afirmam que “vários escritores, mesmo dentro das línguas vernáculas indianas, têm enfatizado até que ponto essas línguas foram alteradas e hibridizadas pela presença de discursos alternativos, especialmente o inglês” (Ibidem, p. 118, Tradução nossa).²⁷

Alguns escritores escolhem permanecer na sua tradição, por meio de uma conduta crítica, ao recusarem a ideia de uma cultura pura e acolhendo as contradições como ferramenta para a criação. Refletindo quanto a essa opção e, considerando a riqueza e a diversidade das tradições indianas, é difícil prever qual o futuro da crítica que se estrutura na apropriação estética tradicional, mas dá para vislumbrar o surgimento de uma crítica tradicional renovada.

²⁶ The silencing and marginalizing of the post-colonial voice by the imperial centre; the abrogation of this imperial centre within the text; and the active appropriation of the language and culture of that centre.

²⁷ ... a number of writers, even within the Indian vernacular languages, have stressed the extent to which these languages have been altered and hybridized by the presence of alternative discourses, especially that of English.

Essa estética tradicional renovada suscitou o debate quanto à continuação do uso do inglês, pois a opção de escrever em língua vernácula é uma possibilidade e, conforme afirmam os autores, a quantidade de produção em vernáculo tem superado a quantidade de produções em inglês. Mesmo as publicações sendo em menor quantidade, alguns críticos defendem a continuidade da escrita em inglês, por considerarem que o seu uso não descaracteriza a escrita como genuína.

Quanto ao desenvolvimento das teorias pós-coloniais no contexto africano, Ashcroft, Griffiths e Tiffin apresentam duas vertentes, que surgiram na década de sessenta, para a instituição de uma teoria da escrita moderna: a do Movimento da escrita negra ou Negritude, e a Teoria social anglófona.

Os autores apresentam um breve panorama dessas teorias ao detalharem três posições importantes. A primeira é do crítico Chinua Achebe, que recusa o padrão europeu, tido como universal, para as literaturas africanas; a segunda é do grupo de críticos conhecido como Bolekaja, que refuta a posição de Achebe e busca a definição de padrões para a literatura africana; e a terceira é a posição dos novos críticos, que defendem a descolonização da cultura africana, sem deixar de considerar a hibridação que ela sofreu pelo processo de colonização.

A Negritude parte da compreensão de que a raça é uma característica básica para a discriminação econômica e política e reúne escritores da diáspora africana. Embora hoje ela não seja mais aceita, em termos gerais, ela foi a base para a criação de uma consciência negra e também foi o primeiro movimento de afirmação das culturas que os colonos tentaram suprimir.

Na análise de Frantz Fanon sobre as sociedades colonizadas, ele se refere à negritude, baseado em uma oposição política, ao reconhecer “a potência de características raciais no coração da opressão e da denegrição endêmica ao empreendimento colonial” (Ibidem, p. 123, tradução nossa).²⁸ Para Fanon, a negritude serve como ponto de partida para a refutação dos estereótipos impostos aos colonizados, sendo assim, o início de um processo de libertação. Por isso, as análises de Fanon da Negritude também tem uma perspectiva positiva.

A teoria social e funcional anglófona parte da visão de críticos anglófonos que defendiam a existência de artes unicamente africanas e enfatizam suas diferenças em relação à arte europeia. Essa vertente de críticos anglófonos, que é focada no

²⁸ It recognized the potency of such racial characteristics as ‘Blackness’ at the heart of the oppression and denigration endemic to the colonial enterprise.

papel social do artista africano, nega sua experiência individual. E esse aspecto tem sido crucial para a instituição de uma estética africana singular.

Assim como na Índia, na África também houve um movimento voltado para a descolonização pela tentativa de retomada da cultura e da escrita pré-colonial. Os escritores africanos alegaram que, para esses críticos anglófonos, a literatura africana não tinha um cânone, e o único parâmetro para eles era copiar o inglês, negando, assim, sua autonomia e a prerrogativa de ter seus próprios exemplos e modelos, que formassem uma estética africana.

Os autores apresentam a crítica de Chinua Achebe para a inclusão da literatura africana na literatura chamada universal, pois, para ele esse universal mascarava que os padrões tidos como corretos eram os europeus.

Os críticos africanos do grupo *bolekaja* rejeitaram a visão de Achebe quanto ao uso do termo universal, mas também se contrapunham aos críticos anglófonos e tentaram “definir a circunscrição adequada da literatura africana’, recuperar a tradição oral na qual ela deveria se inserir e identificar algumas das normas que poderiam ser transferidas da literatura tradicional africana ou da natureza para a literatura contemporânea” (Ibidem, p. 127, tradução nossa).²⁹ A visão desses críticos é uma recusa a admitir que o colonialismo interferiu na cultura, tornando-a híbrida.

Uma geração mais jovem de críticos compreende a necessidade de resgate da cultura africana para as literaturas, mas compreende também que não há como deixar de considerar que ela tenha sido modificada, pois essas sociedades ainda estão ligadas às influências da cultura do colonizador. Por isso, Ashcroft, Griffiths e Tiffin apontam que a preocupação desses novos críticos “é o valor estratégico de seu conteúdo e a eficácia de sua intervenção na luta para libertar as sociedades africanas da injustiça econômica, do atraso social e da reação política” (Ibidem, p. 129, tradução nossa).³⁰

Quanto às colônias de permanência, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, as discussões são em torno da construção da indigeneidade, da linguagem, do lugar, da teoria e da textualidade indígena. Sobre tais colônias são apontadas três questões, que auxiliam na compreensão da formação de suas literaturas e das teorias críticas sobre elas. Tais questões são: qual “a relação entre práticas sociais e literárias no velho mundo e no novo”; qual “a relação entre as

²⁹ ...‘define the proper constituency of African literature’, recover the tradition into which it should insert itself, and identify some of the norms which could be transferred from traditional African orature to contemporary literature

³⁰ ... is the strategic value of its content and the effectiveness of its intervention in the struggle to liberate African societies from economic injustice, social backwardness, and political reaction.

populações indígenas em áreas assentadas e os colonos invasores;” e qual “a relação entre a linguagem importada e o novo local” (Ibidem, p. 134, tradução nossa).³¹

A questão da construção da indigeneidade se baseia na problemática de sua definição para uma distinção da europeia, em um contexto complexo, pois a própria linguagem já carrega essas semelhanças. Uma característica da literatura dessas colônias, apontada pelos autores, é a existência de textos criativos que contemplam temas e formas da teoria e da própria escrita em sociedades marginalizadas.

A linguagem e o espaço constituem-se como elementos de conflito para a literatura de colônias de colonos permanentes, pois eles sempre estão relacionados à autenticidade, que o escritor busca imprimir em sua escrita, mas nessas colônias não há uma língua própria e sim a herdada da metrópole.

A relação entre os povos indígenas e os colonizadores se reflete na escrita, pelo uso desses povos como sujeitos, nos textos, e, principalmente pela “tentativa dos colonos, no processo de incorporar ou utilizar uma dimensão estética preexistente identificada, com os ocupantes indígenas do país” (Ibidem, p. 141, tradução nossa).³²

Os autores apresentam também as teorias pós-coloniais na relação com os diversos movimentos epistemológicos, ao longo do tempo, e apontam o fato de a escrita pós-colonial e a teoria literária estarem em contato com os movimentos europeus, para que, assim, seja evitado o equívoco de considerar que as teorias pós-coloniais tenham surgido de modo totalmente independente das teorias europeias.

Após a ocupação e colonização de várias áreas do território africano, no final do século XIX e início do século XX, a Europa teve contato com novas formas de cultura e arte, muito diferentes das habituais, até então, contrariando o consenso europeu de que, na África, não existia escrita, arte, nem organização social.

Esse contato, considerado como “descoberta”, abalou profundamente os conceitos estáveis europeus, causando estranhamento e a construção de concepções que colocavam essas culturas como negativas, contrárias, opostas à Europa, criando, assim, o Outro.

³¹ ... the relationship between social and literary practices in the old world and the new; the relationship between the indigenous populations in settled areas and the invading settlers; and the relationship between the imported language and the new place.

³² ... was the attempt by the settlers, in the process of ‘constructing indigeneity’, to incorporate or utilize a pre-existing aesthetic dimension identified with the Indigenous occupants of the country.

O movimento do *New Criticism* americano surgiu da necessidade de desvinculação dos padrões europeus e na tentativa de construir um cânone literário próprio. Os autores afirmam que ele foi a base para as teorias pós-coloniais e que serviu de acesso para os escritores pós-coloniais ao cânone inglês.

Apesar de suas contribuições, o *New Criticism* teve impacto negativo, com efeitos dúbios, e se tornou o principal entrave para a elaboração de uma crítica literária nativa. Os autores afirmam ainda que, apesar dos efeitos negativos desse movimento sobre as teorias pós-coloniais, sua influência é inegável, pois ele se voltou para “textos individuais [...] que poderiam ser denominados como únicos” (Ibidem, p. 159, tradução nossa)³³ e serviram de base para a escrita pós-colonial, “enfocando o que foi novamente percebido como diferente do modelo anglo-europeu” (Ibidem, p. 159, tradução nossa).³⁴

Nos Estados Unidos, o estruturalismo e o pós-estruturalismo, de certa forma, se voltaram para a questão da alteridade, mas acabaram operando de forma semelhante à consciência historicista, por tentarem se apropriar e controlar o Outro.

Os autores argumentam também que os termos “[...] “pós-colonial”, “pós-moderno” e “pós-estruturalistas” são rótulos inconvenientes que cobrem uma vasta gama de sobreposições literárias e práticas culturais” (Ibidem, p. 160, tradução nossa).³⁵ Eles afirmam, ainda, que os novos modelos da teoria crítica americana são fortemente influenciados pelos modelos europeus.

Ao avaliar a importância e os efeitos do pós-modernismo e do pós-estruturalismo, na teoria crítica americana, os autores concluem que esses movimentos proporcionaram aos “[...] americanos recaptura e apropriação de sua própria escrita a partir de uma falsa história de explicação” (Ibidem, p. 161, tradução nossa).³⁶ No entanto, os críticos mais recentes afirmam a possibilidade de leitura das literaturas americanas sob as óticas da subversão e da apropriação, características inerentes à literatura pós-colonial e inexistentes no modernismo e no pós-modernismo.

Ao apresentarem o questionamento pós-modernista, ou pós-colonialista, de Simon During, eles chegam à afirmação de que essas discussões são de países pós-coloniais que têm uma visão negativa dos discursos pós-coloniais. Por isso, os “intelectuais nas sociedades pós-coloniais revelam uma necessidade urgente de se

³³ ... of individual texts [...] could be styled as unique.

³⁴ ... focusing on what was again perceived to be different from the Anglo-European model.

³⁵ ‘Post-colonial’, ‘postmodern’, and ‘poststructuralist’ are inconvenient labels which cover a wide range of overlapping literary and cultural practices.

³⁶ ... the Americans to recapture and appropriate their own writing from a false history of explication.

definirem contra a identidade que lhes é dada por seu passado pós-colonial e contra o pós-modernismo internacional” (Ibidem, p. 162, tradução nossa).³⁷

Griffiths, Ashcroft e Tiffin apresentam ainda a relação do pós-colonialismo com a teoria europeia contemporânea. Eles apontam que escritores pós-modernistas e críticos pós-estruturalistas retiraram o foco da linguagem e da textualidade para se estruturar em construções ideológicas nas relações sócio-textuais e essa prática tem ecoado nos textos pós-coloniais.

Essa mudança de paradigma se embasa na construção da ciência ocidental que, segundo Jean François Lyotard, coloca todo conhecimento oral para fora da ciência e o classifica como “selvagem, primitivo, subdesenvolvido” (apud ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, p. 164, tradução nossa),³⁸ devido à estruturação desse pensamento como científico, que se desenvolveu o imperialismo cultural.

A relação do pós-colonial com a teoria do discurso, de Michel Foucault e seus adeptos, tornou-se proveitosa para a determinação das regras de definição do pós-colonial, assim como a propositura de Edward Said, que oferece uma análise sobre como o mundo foi construído, na perspectiva europeia, de oposição entre Oriente e Ocidente.

Desta forma, os autores apontam que “falar de um discurso pós-colonial no sentido de Foucault ou Said, então, é invocar certas maneiras de pensar sobre linguagem, sobre verdade, sobre o poder e sobre as inter-relações entre os três” (Ibidem, p. 165, tradução nossa).³⁹

Os autores também apresentam as teorias das ideologias, formuladas por Louis Althusser, Michel Pêcheux e Frederic Jameson, e as relações dessas teorias entre linguagem e literatura pós-colonial e o problema da constituição da identidade dentro da divisão auto-Outro imposto pelo sistema colonial imperialista.

A teoria de Althusser, apresentada na obra *Aparelhos ideológicos de estado* afirma que “[...] os sujeitos são interpelados dentro das ideologias e que isso é inevitável” (Ibidem, p. 168, tradução nossa).⁴⁰

A teoria de Pêcheux afirma que a constituição da identidade do sujeito pode ocorrer de três modos e cada um deles tem como resultado um sujeito diferente. O

³⁷ ... Intellectuals in post-colonial societies thus reveal an urgent need to define themselves both against the identity given them by their colonial past and against international postmodernism.

³⁸ ... savage, primitive, undeveloped.

³⁹ To speak of a post-colonial discourse in Foucault's or Said's sense, then, is to invoke certain ways of thinking about language, about truth, about power, and about the interrelationships between all three.

⁴⁰ ... subjects are interpellated within ideologies and that this is inescapable.

primeiro é o dos sujeitos “bons”, que aceitam “[...] a formação discursiva que os determina” (Ibidem, p. 168, tradução nossa); ⁴¹ o segundo dos sujeitos “maus”, que não aceitam a formação discursiva imposta pela ideologia; e o terceiro da desidentificação, que é o modo como o sujeito trabalha contra as ideologias dominantes.

Os conceitos de Pêcheux são empregados nos estudos pós-coloniais, pois auxiliam no entendimento da “[...] apropriação subjetiva de conhecimentos” e “[...] enfatizam o significado e o discurso como formadores na luta material através dela” (Ibidem, p. 168, tradução nossa). ⁴²

O desenvolvimento de teorias da textualidade e do processo social nas sociedades pós-coloniais, sofreu forte influência da concepção de narrativa como um ato simbólico social, elaborada e trabalhada por Frederic Jameson.

Nessa perspectiva, a literatura tem sido caracterizada “[...] como informada pelo inconsciente político”, por isso, ela deveria ser entendida “[...] como uma meditação simbólica sobre o destino da comunidade” (Ibidem, p. 169, tradução nossa). ⁴³ Tudo isto serve como base para importantes relatos envolvendo a estética pós-colonial.

Ashcroft e os co-autores apontam também a relação das teorias pós-coloniais com a teoria marxista. Eles afirmam que, embora ela tenha sido de forte influência e tenha sido largamente utilizada nas formulações de teorias pós-coloniais, ela se tornou limitada para essas sociedades, devido a sua visão eurocêntrica. Por isso, os novos teóricos marxistas consideram que algumas categorias, como a de “classe”, se aplicam a todas as sociedades, e têm buscado também uma reformulação, para que ela possa ser aplicada às sociedades não capitalistas.

Em muitas sociedades as mulheres sempre foram marginalizadas, colocadas na posição do Outro, ou seja, sempre foram colonizadas, como apontam os autores. Devido a essa posição, elas sempre tiveram que se expressar usando a linguagem do opressor e, pela posição de sujeito pós-colonial, elas tiveram que articular essa linguagem para constituir uma linguagem nova na qual elas pudessem se expressar.

As conexões entre linguagem e literatura foram importantes para a teoria feminista, por contemplarem conceitos, como linguagem, voz, conceitos de fala e silêncio, bem como na teoria pós-colonial. No entanto, as teorias feministas tem sido

⁴¹ ... the discursive formation which determines them

⁴² ... subjective appropriation of knowledges [...] its stress on meaning and discourse as formed in and through material struggle.

⁴³ ... as informed by the political unconscious [...] as a symbolic meditation on the destiny of community.

criticadas, por serem de classe média, o que levou-as a serem ampliadas para contemplar as intersecções de raça, classe e gênero. Essas características das teorias feministas as colocam em simetria com as teorias pós-coloniais, pois ambas buscam subverter os sistemas de dominação colonialista/imperialista/patriarcal.

O silenciamento imposto às mulheres se estende a todos os povos nativos das sociedades que passaram pelo processo de colonização, de modo que os teóricos começaram a buscar a descolonização de suas teorias literárias, pois, segundo a visão de Homi Bhabha, apresentada pelos autores, “o colonizado é construído dentro de um discurso mestre incapacitante do colonialismo que especifica uma população nativa degenerada” (Ibidem, p. 175, tradução nossa).⁴⁴ Esse discurso de inferiorização das sociedades é utilizado para justificar a colonização e a subordinação.

É contra essa incapacidade atribuída a esses povos que a literatura pós-colonial se coloca, contra esse silenciamento de quem é tirada a voz para a dominação, como afirma Bhabha, a voz do subalterno pode ser recuperada, ele pode falar.

Neste sentido é que surgem os teóricos engajados, apresentados por Benita Parry, como críticos descolonizadores, e suas escritas são descritas por ela como “narrativas nacionalistas liberacionistas” (Ibidem, p. 176, tradução nossa).⁴⁵ As contribuições de Parry para a teoria crítica pós-colonial são muito úteis, no entanto ela compreende que deve haver uma descolonização total e por isso ela não aceita o sincretismo, decorrente do contato com o colonizador, mas acredita que ele deve ser desconsiderado para que seja possível o retorno a uma cultura genuinamente africana.

No entanto, Ashcroft, Griffiths e Tiffin afirmam que a pretensão de Parry não é possível, pois “[...] o sincretismo é a condição na qual as sociedades pós-coloniais operam” (Ibidem, p. 178, tradução nossa)⁴⁶ e, ainda, segundo eles, o “[...] hibridismo é a principal característica de todos os textos pós-coloniais” (Ibidem, p. 182, tradução nossa).⁴⁷

As literaturas pós-coloniais propõem uma reflexão sobre o que é a literatura, por isso os autores afirmam que essas reflexões proporcionam uma reconstrução da literatura, de seus significados e valores. Eles afirmam que o principal objetivo da

⁴⁴ ... the colonized is constructed within a disabling master discourse of colonialism which specifies a degenerate native population

⁴⁵ ... nationalist liberationist narratives.

⁴⁶ ... Syncretism is the condition within which post-colonial societies operate.

⁴⁷ ... hybridity which is the primary characteristic of all post-colonial texts

literatura pós-colonial é a afirmação da diferença, a partir da visão da linguagem, em que a prática se sobrepõe ao código, oferecendo, assim, uma visão mais ampla e menos eurocêntrica da teoria tradicional.

A literatura pós-colonial questiona os pressupostos das teorias tradicionais, bem como o que deveria entrar no cânone e o que é literatura, pois as literaturas africanas são entrelaçadas às narrativas tradicionais orais e passam a oferecer uma série de formas para a estrutura narrativa. Essas novas formas para a estrutura narrativa trazem a percepção de que os “[...] gêneros não podem ser descritos por características essenciais, mas por um entrelaçamento de características” (Ibidem, p. 179, tradução nossa).⁴⁸ Esse entrelaçamento de características nega a existência de um essencialismo ou limitação.

Eles compreendem que o cânone não é simplesmente um conjunto de textos, mas é também um grupo de modos de leitura, por isso, a subversão desse cânone não se restringe à substituição de um conjunto de textos por outro, mas à mudança dessas práticas de leitura. Afirmam, ainda, que alguns críticos contemporâneos veem o pós-colonialismo como um conjunto de práticas de leitura, pois o pós-colonialismo dos textos consiste em características discursivas.

Os autores elencam alguns dos principais resultados do desenvolvimento das teorias pós-coloniais. Em primeiro lugar, eles apontam que elas descrevem “[...] as características e projetos do conjunto substancial de textos, que existem nessas sociedades e as maneiras pelas quais estes se apropriam da prática de escrever a partir do centro” (Ibidem, p. 191, tradução nossa).⁴⁹ Em segundo lugar, apontam o desenvolvimento e a adaptação das teorias europeias para analisar a escrita pós-colonial.

Por fim, os autores concluem que os textos pós-coloniais e o desenvolvimento de uma teoria pós-colonial exercem efeito sobre as práticas de leitura e, conseqüentemente, sobre o cânone, e que isso é efeito de uma transformação na qual não são mais concebíveis repositórios de textos fixos e imutáveis.

Ao refletir sobre a situação da teoria pós-colonial no século XXI, os autores apresentam as discussões sobre o emprego do termo. Eles afirmam que uma das características mais marcantes sobre o campo dos estudos pós-coloniais e sua crescente popularização é o debate sobre a abrangência do termo. Conforme apontam, ele tem sido utilizado de modos diferentes nos campos da política,

⁴⁸ ... genres cannot be described by essential characteristics, but by an interweaving of features

⁴⁹ ... the features and projects of the substantial body of texts which exist in these societies and the ways in which these have appropriated the practice of writing from the centre.

sociologia, antropologia, economia, entre outros que abrangem os efeitos do imperialismo, mas que não se configuram como estudos pós-coloniais.

Devido à grande diversidade de usos do termo, os autores esclarecem que a obra *The Empire Writes Back* concebe o pós-colonial como o termo que se refere a “toda cultura afetada pelo processo imperial, desde o momento da colonização até os dias atuais” (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN 1989:2 apud ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2002, p. 194, tradução nossa).⁵⁰

A amplitude dessa definição é contestada de diversas maneiras, pois alguns críticos asseveram que o termo deve se referir a um período determinado de tempo; outros afirmam que algumas sociedades foram afetadas pelo processo de colonização, mas não são pós-coloniais, enquanto há outros que consideram que algumas sociedades ainda não são pós-coloniais.

Os autores apresentam também a visão de alguns críticos e suas argumentações quanto aos objetivos dos estudos pós-coloniais. Alguns compreendem que o objetivo de tais estudos é “[...] auxiliar a total e absoluta descolonização das sociedades em termos psicológicos e políticos” (ASHCROFT, GRIFFITHS e TIFFIN, 2002, p. 194, tradução nossa),⁵¹ para a recuperação das culturas pré-coloniais, enquanto outros argumentam que, no mundo globalizado, nenhuma sociedade está totalmente livre das influências imperialistas do Ocidente.

Outro ponto importante para as teorias pós-coloniais é o questionamento sobre quem é o pós-colonial. Quais sociedades se encaixam nessa categoria? Ou quais países devem ficar fora dela mesmo tendo um passado colonial? Tais questões são apresentadas em *The Empire Writes Back*, pois existem alguns autores que se debruçam sobre elas, em busca de respostas conclusivas.

Devido a tais questionamentos, os autores apresentam a visão de alguns críticos, que afirmam que a teoria pós-colonial deve compreender somente os efeitos decorrentes do momento histórico da colonização, enquanto outros argumentam que o pós-colonialismo é uma estratégia de leitura que pode esclarecer fatos históricos e contemporâneos. Afirmam, ainda, que a expansão de situações nas quais o termo pode ser empregado, amplia o escopo da teoria pós-colonial.

Os autores afirmam que um dos principais entraves para o estabelecimento de uma teoria pós-colonial tem sido a resistência, principalmente quanto ao uso da

⁵⁰ “all the culture affected by the imperial process from the moment of colonization to the present day”

⁵¹ is to assist the total and absolute decolonization of societies in psychological as well as political terms

língua em que as escritas pós-coloniais devem ser escritas. Alguns escritores e críticos afirmam que deve ser em língua nativa, como sinal de resistência à língua do colonizador e como tentativa de descolonização, ao mesmo tempo em que é resgatada a cultura pré-colonial. Outros afirmam que o uso do inglês demonstra agência dos escritores, que se apropriam dele e o transformam, para, dessa maneira levar sua cultura para além de sua sociedade, pelo uso de uma língua internacional.

Para os autores essa resistência não causa surpresa, pois ela é uma característica inerente às teorias pós-coloniais por ser “[...] um aspecto importante de sua diversidade fragmentada” (ASHCROFT, GRIFFITHS e TIFFIN, 2002, p. 205, tradução nossa),⁵² e que, apesar dessa resistência, as teorias fornecem estratégias de análises de culturas descolonizadoras dentro dos discursos globais.

Outros dois pontos que ainda suscitam discordância na implementação de uma teoria pós-colonial são ambivalência e hibridismo. Embora sejam características problemáticas, são conceitos chaves para a teoria pós-colonial, por fornecerem “uma visão mais sutil e diferenciada da subjetividade colonial e das relações coloniais do que as habituais distinções “nós” e “eles”” (Ibidem, 2002, p. 206, tradução nossa).⁵³

Nesta seara de discussões quanto às questões teóricas do pós-colonialismo, também se encontra o feminismo e a visão de que as mulheres se encontram, automaticamente, em situação pós-colonial e, além do mais, duplamente subalternizadas, pelo imperialismo e pelo patriarcalismo.

Outra questão fundamental para a teoria pós-colonial é a de raça, que está intimamente relacionada ao imperialismo, por meio da construção de discursos de inferiorização e dominação de categorias de seres humanos, para marginalizá-los. Apesar dos esforços para uma substituição de raça por etnia, o termo raça continua sendo central para as discussões pós-coloniais, pois foi sobre esse discurso que o poder imperial pôde se estabelecer no século XIX e também porque o racismo é um fato persistente e pernicioso nos dias atuais.

Tiffin, Ashcroft e Griffiths asseveram que os estudos pós-coloniais problematizaram o conceito de cultura a partir da distinção de cultura como “arte” ou como “modo de vida”. Assim, o pós-colonialismo afeta os estudos culturais, em razão dos conceitos de diversidade, particularidade e diferença local. Eles afirmam

⁵² ... an important aspect of its fractious diversity

⁵³ ... more nuanced view of colonial subjectivity and colonial relationships than the usual 'us' and 'them' distinctions.

ainda que “o termo 'cultura' global só se torna compreensível com uma multiplicidade de “culturas” locais” (Ibidem, 2002, p. 210, tradução nossa).⁵⁴

Com isso, o futuro dos estudos pós-coloniais está cada vez mais relacionado com a produção cultural local, enquanto as sociedades pós-coloniais voltam seus esforços para inscrever o poder colonial no discurso global. Segundo os autores, o futuro dos estudos pós-coloniais está ligado a suas relação com a globalização, pois, assim, é possível a compreensão do poder imperial que se estruturou no início do século XX, dessa maneira, torna possível também a “compreensão de como as comunidades locais alcançam agência sob tais pressões” (Ibidem, 2002, p. 216, tradução nossa).⁵⁵

O movimento de grandes grupos de pessoas, juntas ou separadas, caracteriza a diáspora moderna, que é impactada pelos efeitos do colonialismo, e é outro aspecto abordado pelos autores quanto ao futuro dos estudos pós-coloniais. Embora não seja o foco principal dos estudos, esse fenômeno exerce impacto sobre eles.

Segundo os autores, a diáspora produz significados culturais em diversas áreas da cultura, “mas a escrita é uma das formas mais interessantes e estratégicas em que a diáspora pode romper o binário local e global e problematizar formulações nacionais, raciais de identidade” (Ibidem, 2002, p. 218, tradução nossa).⁵⁶

Peter Childs e R. J. Patrick Williams, na obra *Introduction To Post-Colonial Theory* (2013), apresentam a teoria Pós-colonial, a partir de questionamentos pertinentes que podem auxiliar a definir o pós-colonial. As questões essenciais levantadas por eles, à primeira vista, parecem simples, no entanto, as discussões em torno de “Quando é o pós-colonial? Onde está o pós-colonial? Quem é o pós-colonial? O que é o pós-colonial?” revelam a complexidade de tais definições e são o ponto de partida para questões mais profundas sobre a teoria pós-colonial.

As discussões sobre quando é o pós-colonial são vastas, e Childs e Williams não buscam uma resposta definitiva para encerrar as discussões acerca do termo, buscam, sim, expandir o campo das discussões. Por isso, no início é apresentada a definição mais conhecida para o termo: a do senso comum, que se refere ao período que teve início logo após o período colonial para as nações ex-colônias europeias.

⁵⁴ The global term ‘culture’ only becomes comprehensible as a multiplicity of local ‘cultures’

⁵⁵ ... understanding how local communities achieve agency under such pressures.

⁵⁶ but writing is one of the most interesting and strategic ways in which diaspora might disrupt the binary of local and global and problematize national, racial and ethnic formulations of identity.

Dessa maneira, pode-se compreender, de modo simplista, que seria o período posterior à independência dos países.

No entanto, eles argumentam que essa significação reduziria a compreensão somente ao dado temporal definido pelo termo pós. Childs e Williams afirmam ser muito problemático tomar o termo pós-colonial para se referir ao período após a independência dos países, mas afirmam, também, que a expansão demasiada do termo pode, igualmente, torná-lo inútil, pois abrangeria praticamente todos os países. De acordo com a argumentação de Aijaz Ahmad, ele se tornaria “uma coisa trans-histórica, sempre presente e sempre em processo de dissolução em uma parte do mundo, para que todos tenham o privilégio, mais cedo ou mais tarde, de uma vez ou de outra, serem colonizadores, colonizados e pós-colonial” (CHILDS; WILLIAMS, 2013, p. 02, tradução nossa).⁵⁷

Concordando ou não com a posição de Ahmad, sua argumentação é válida, pois deve-se considerar que o domínio europeu sobre diversos territórios, durante o período compreendido entre o século XVI e o século XX, compõe um fato singular na história. Por isso, Child e Williams respondem à pergunta “quando é o pós-colonial? é agora” (2013, p. 02, tradução nossa).⁵⁸

Prosseguindo nas discussões em busca de uma definição acerca do termo pós-colonial, os autores apresentam a visão do crítico Stephen Slemon de que as definições para o termo são vastas, mas o conceito mais útil ao localizar

especificamente um anti ou pós a aquisição discursiva colonial em cultura, que começa no momento em que o poder colonial se inscreve no corpo e no espaço de seus Outros e continua como uma tradição frequentemente oculta no teatro moderno das relações internacionais neocolonialistas (CHILDS; WILLIAMS, 2013, p. 02, tradução nossa).⁵⁹

Os autores seguem apresentando outras definições para o termo, como a constante da introdução da obra *Past the Last Post*, que é centrada nas práticas discursivas de resistência ao colonialismo e suas ideologias. O pós-colonialismo é concebido “como um conjunto de práticas discursivas, entre as quais se destacam a resistência ao colonialismo, às ideologias colonialistas e suas formas

⁵⁷ ... then becomes a trans-historical thing, always present and always in process of dissolution in one part of the world or another, so that everyone gets the privilege, sooner or later, at one time or another, of being coloniser, colonised and post-colonial.

⁵⁸ ... When is the post-colonial?' is 'Now'

⁵⁹ ... specifically anti or post-colonial discursive purchase in culture, one which begins in the moment that colonial power inscribes itself onto the body and space of its Others and which continues as an often occulted tradition into the modern theatre of neo-colonialist international relations.

contemporâneas e legados subjetivos” (CHILDS; WILLIAMS, 2013, p. 04, tradução nossa).⁶⁰

Outro aspecto relevante, que dificulta definir o pós-colonialismo como período após o término das colonizações, é a continuidade do colonialismo por outras maneiras, além do controle político e econômico. Com a expansão do capitalismo, algumas potências econômicas continuaram a interferir nas ex-colônias, fenômeno denominado pelo ótica marxista como “imperialismo” e entendido como uma face do neocolonialismo. O neocolonialismo, no entanto, difere do colonialismo, principalmente, na questão do deslocamento forçado dos trabalhadores aos locais de produção, pois

o capitalismo leva o ponto de produção aos trabalhadores, como corporações transnacionais sem fim. Transferir fábricas para os ramos de mão-de-obra de menor custo, como a América Central ou o Pacífico, oferecendo uma força de trabalho de baixa remuneração, não sindicalizada e que só terá segurança no emprego enquanto permanecer assim. (CHILDS; WILLIAMS, 2013, p. 05, tradução nossa).⁶¹

Essa mudança empregada pelo capitalismo, cujo ponto de produção é levado para próximo dos trabalhadores, não caracteriza o fim da migração, pelo contrário, instalou-se um cenário de migração voluntária, em que trabalhadores de países com economia pequena vão para os países imperialistas em busca de empregos. Cabe lembrar que esse movimento é majoritariamente no sentido Oriente/Ocidente, formando um grupo de mão de obra “sobressalente” e indesejado.

Considerando que o colonial não acabou, o pós-colonial ainda não foi alcançado plenamente, de modo que o termo “pós” não pode descrever o estado das coisas como acabado, o que paradoxalmente pode ser pensado a partir de Spivak ao afirmar “Vivemos em um mundo pós-colonial neo-colonizado” (SPIVAK, 1991, p. 224 apud CHILDS; WILLIAMS, 2013, p. 07, tradução nossa).⁶²

Assim como há dificuldades em localizar o pós-colonial, no tempo, também é difícil determinar uma localização geográfica para ele. Ironicamente, Childs e Williams afirmam que “há uma geografia 'óbvia' do pós-colonialismo” (2013, p. 10),⁶³ definindo o óbvio, como as áreas controladas pelas potências europeias.

⁶⁰ ... post-colonial is conceived of as a set of discursive practices, prominent among which is resistance to colonialism, colonialist ideologies and their contemporary forms and subjectificatory legacies.

⁶¹ ... capitalism takes the point of production to the workers, as transnational corporations endlessly relocate factories to the cones of lowest-cost labour, such as Central America or the Pacific rim, providing themselves with a workforce which is low-paid, non-unionized, and which will have job security only as long as it stays that way.

⁶² We live in a post-colonial neo-colonized world.

⁶³ There live is an 'obvious' geography of post-colonialism.

Childs e Williams afirmam que o colonialismo possui vários modos de domínio e, por isso, apresentam características diferentes, de acordo com os impérios, necessidades, estratégias, trajetórias de expansão, níveis de penetração e controle de exploração territorial, ou seja, as variantes são diversas e necessitavam de modos distintos e dominação.

No entanto, diversas nações apresentam características do colonialismo, mesmo não tendo sido colônia, pois o controle territorial tornou-se insignificante para o capitalismo imperial, mudando de entidades espaciais determinadas para um “mundo sem bordas” (MIYOSHI, 1993 apud CHILDS; WILLIAMS, 2013, p. 12, tradução nossa).⁶⁴ Segundo essa visão de Miyoshi, do mundo sem bordas, os conflitos do mundo pós-colonial se concentram em tentar sustentar as fronteiras das nações para um controle territorial.

Assim como há uma geografia pretensamente óbvia para o pós-colonial, também há uma população considerada óbvia, que, embora não esteja totalmente incorreta, não abarca a totalidade dessa população e reflete somente um breve panorama de quem são as pessoas *a priori* incluídas no grupo pós-colonial.

Neste ponto, Childs e Williams chegam a uma questão muito singular: se os territórios ainda não podem se considerados livres, segundo a visão pós-colonial, “poderão seus habitantes?” (2013, p. 12, tradução nossa).⁶⁵ Esta questão exige investigação minuciosa e traz à tona o debate sobre as identidades pós-coloniais, pois “a questão da identidade atravessa o pensamento pós-colonial” (2013, p. 13, tradução nossa).⁶⁶

Os indivíduos pós-coloniais tiveram suas identidades perturbadas, distendidas e alteradas. Por isso, eles chegam à breve conclusão que esta questão ainda não tem resposta, pois os grupos que tiveram suas identidades violadas ainda estão em um processo de tentativa de se reconectar com sua velha identidade, por isso, como o processo ainda está em andamento, não é possível determinar categoricamente quem é o pós-colonial.

Por fim, são apresentados os debates em torno do que é o pós-colonialismo e algumas críticas suscitadas contra ele. A primeira questão centra-se na terminologia, pois os termos pós-colonial e pós-colonialismo muitas vezes são usados como sinônimos e alguns críticos buscam diferenciá-los. Enquanto alguns críticos não apreciam o termo pós-colonialismo por compreenderem que ele recoloca e evidencia

⁶⁴ 'bordesless world'.

⁶⁵ “... can their inhabitants?”

⁶⁶ The question of identity traverses post-colonial thinking.

o colonialismo, outros compreendem que ele se afasta rapidamente do colonialismo e de suas heranças.

Por exemplo, Gayatri Spivak compreende que a palavra colonialismo é falsa e que o neocolonialismo não é continuação do colonialismo, por considerá-los como distintos. Segundo Childs e Williams, essa compreensão se dá devido à visão da autora de uma situação do colonialismo como acabado. É apresentada também a perspectiva de Aijaz Ahmad, que afirma haver uma característica limitante no termo pós-colonialismo, ao não se considerar que o termo pós-colonial já tinha aparecido na teoria política.

Outra complexidade na definição de Ahmad é a afirmação de que o pós-colonial “refere-se simplesmente a composições literárias – peças teatrais, poemas, ficções – de escritores não brancos localizados na Grã-Bretanha e na América do Norte” (apud CHILDS; WILLIAMS, 2013, p. 20, tradução nossa).⁶⁷

Childs e Williams também apresentam a tentativa de Vijay Mishra e Bob Hodge de criar um modelo útil do pós-colonial e a crítica deles ao que eles chamam de homogeneização excessiva que há na obra *The Empire Writes Back*, pois, para eles o pós-colonialismo é um fenômeno desigual e não homogêneo, porque “refere-se a uma configuração típica que está sempre em processo de mudança, nunca consistente consigo mesma” (1991, p. 289 apud CHILDS; WILLIAMS, 2013, p. 19, tradução nossa).⁶⁸

Após apresentarem as perspectivas críticas quanto aos diversos aspectos do pós-colonial, Childs e Williams afirmam considerar que o “pós-colonialismo é um período histórico como a globalização do capitalismo, mas que não é simplesmente em toda parte redutível a essas categorias” (2013, p. 20, tradução nossa).⁶⁹

No ensaio *Localizar o pós-colonial* (2016), Inocência Mata afirma ter encontrado na teoria pós-colonial respostas para questões que não foram respondidas na teoria literária, quando aplicadas às literaturas africanas, pois a teoria pós-colonial permite “a construção de paradigmas metodológicos alternativos (aos tradicionais) na análise do fenômeno cultural e na análise de obras literárias” (2016, p. 32).

⁶⁷ ... refers simply to literary compositions – plays, poems, fictions – of non-white writers located in Britain and North America

⁶⁸ ... it refers to a typical configuration which is always in the process of change, never consistent with itself.

⁶⁹ ... post-colonialism as an historical period as the globalization of capitalism, but that it is not to simply or everywhere reducible to these categories.

A partir desse novo paradigma, possibilitado pelas teorias pós-coloniais, é possível analisar categorias de interações sociais caracterizadas pelas diferenças, tais como raça, etnia, classe, gênero ou orientação sexual.

Mata aponta que o colonialismo português foi “diferente”, havendo uma especificidade deste colonialismo. Ele foi considerado por alguns “africanistas”, como intercultural, o que, segundo Mata é uma contradição, pois o colonialismo está sempre atrelado à exploração de recursos e mão de obra de territórios distantes, ou seja, colonialismo e imperialismo andam em paralelo. Por isso, Mata aponta a ideia de Isabel Castro Henriques, de que o termo colonialismo “chegou tarde ao vocabulário contemporâneo, transformou-se na dimensão pejorativa da colonização, englobando a colonização de seus excessos, a sua legitimação e ainda evocando o neocolonialismo.” (HENRIQUES, 2014, p. 55-56 apud MATA, 2016, p. 34).

Mata considera que os estudos pós-coloniais permitem, na prática de análise literária, combinação interdisciplinar na interpretação de significados, de acordo com os diferentes lugares de adentramento textual. Ela afirma, ainda, que os estudos pós-coloniais permitem questionar o cânone e assim “desconstruir “análises” relevantes de percepções hierarquizantes e desigualmente globalizantes” (2016, p. 37).

A autora considera que o diálogo entre conhecimentos, no estudo da literatura, pode desvelar e questionar tropos literários como “cosmopolitismo, mestiçagem, hibridismo” (2016, p. 39), pois é desses termos que surge a expressão “escrita mestiça” (2016, p. 39), como se a produção literária, como fenômeno urbano, não fosse um fenômeno de sobreposição de saberes e conhecimentos. Assim, a expressão “escrita mestiça” torna-se ideológica, tendo em vista que se aplica apenas às literaturas advindas da África ou da América Latina, e/ou de seus habitantes.

Quanto à proposta de localizar o pós-colonial, Mata afirma que a busca por uma definição do termo é contínua, e nessa busca, ela expõe o conceito de Santos e Meneses, ao apontar a teoria pós-colonial, como “campo de teorias e formulações conceituais diversificadas que se aproximam pelos postulados intencionalmente contra-hegemônicos”, ou “formulações epistemológicas do sul, que têm em conta o contexto sociopolítico da produção e reprodução do conhecimento” (2009, p. 11 apud MATA, 2016, p. 41). No entanto, essa genealogia é historicista e contribui para a construção do pensamento ocidental que leva a uma colonialidade do poder epistemológico global. Desse conceito de epistemologia global nasce o conceito de

história universal, construído com a premissa de excluir as histórias locais, criando, assim, uma epistemologia eurocêntrica excludente.

Dessa forma, é urgente objetar essa hegemonia epistemológica por meio da contextualização na produção de conhecimento, para que seja possível levantar outras formas de racionalidade que levem à compreensão de fenômenos socioculturais, por meio da observação das relações de poder. Nesse contexto, a África continua a ser pensada a partir das relações coloniais e, por isso, há a necessidade de restituir a história à África.

No artigo *A crítica literária e a teoria pós-colonial: um modismo ou uma exigência?* (2008), Inocência Mata propõe uma discussão acerca das literaturas pós-coloniais e suas principais características. Por exemplo, na literatura africana estão presentes muitos dos conhecimentos das ciências humanas e sociais, devido à prática de representação daquilo que é vivido e experienciado, promovendo, então, uma interseccionalidade de conhecimentos históricos, sociológicos e antropológicos na significação das obras.

A característica de transmissão de conteúdos históricos se dá, graças ao autor, que, em pleno domínio e responsabilidade sobre o que diz, reproduz os anseios e os demônios da época, possibilitando que sejam ouvidos aqueles encontrados às margens da voz oficial; “daí o poder pensar-se que o indizível de uma época só encontra lugar na literatura” (MATA, 2008, p. 02).

Mata fala então sobre o papel do texto literário nas sociedades emergentes, principalmente por ainda viverem de forma ambígua e tensa a sua pós-colonialidade, em que, como representante do imaginário cultural, o texto constitui um objeto simbólico muito significativo na elaboração de uma imagem da sociedade.

O principal aspecto discutido por Inocência Mata, em seu artigo, é a multiplicidade de pós-colonialidades. Certamente a colonização empreendida na América não foi a mesma da África, e, até mesmo dentro da África cada país teve sua própria história colonial, seu próprio processo de libertação. Diversos fatores confluem para uma representação na literatura dessas individualidades e de algumas semelhanças. O objetivo da autora, então, é analisar essa variedade, tendo em vista o conceito do que é a pós-colonialidade.

Para tanto, é importante refletir sobre o termo em si e sua significação. Para isso ela aponta Cornejo Polar e Brian McHalle. Comumente entendido como ulterioridade temporal o “pós” funciona como elemento de sequência lógica e histórica, entretanto, pode-se entender como uma não articulação com o anticolonial,

nem com o neocolonial, que se fazem muito presentes na literatura africana, merecendo, então, a atenção dos estudos pós-coloniais.

Mata ressalta a singularidade de cada pós-colonialidade e afirma que o crítico deve levar em consideração, durante sua avaliação, as “relações de semelhança e diferença, de rupturas e continuidades” (MATA, 2008, p. 05) que se desenvolveram após a independência, para evitar uma simples e errônea transferência de teorias explicativas de uma país para outro, unicamente por conta da proximidade afetiva ou histórica.

Se por um lado, é importante considerar que existem inúmeras especificidades da colonização, em cada país, e, também, no processo de emancipação política, por outro lado Appiah – um dos autores abordados por ela – destaca a relevância muito maior de uma abordagem conjunta que considere os problemas e projetos comuns, em detrimento da valorização das diferenças de “base espúria” (1997, p. 50 apud MATA, 2008. p. 05).

Mata realiza um excuro em seu artigo para debater questões importantes sobre a pós-colonialidade e as relações de poder estabelecidas. Atualmente, o discurso empregado, principalmente na Europa, esconde uma sutil estratégia: fazer parecer que “o campo de beligerância entre o étnico e o racial era social e não ideológico” (MATA, 2008, p. 07) para poder dissimular, em vez de eliminar os traços brutais do passado. A autora traz a fala de Ella Shohat para discutir a noção de celebrar o sincretismo. Segundo esta, ao não articular em conjunto aquele às questões de hegemonia e às relações de poder, há o risco de se minimizar a indubitável violência colonial.

A partir de então, passa-se para o hibridismo de culturas nas sociedades pós-coloniais; é apontado, de forma generalizante, que uma consequência da dominação colonial foi o surgimento de uma cultura híbrida. Todavia, tal pensamento pode desconsiderar todas as estratégias de sobrevivência cultural que o colonizado empregou, para que sua cultura não fosse esmagada e extinta pelos colonizadores, durante o período colonial, além de não considerar que já existiam complexas comunidades diaspóricas e já multiculturais na África pré-colonial.

Consoante a isso, Mata apresenta a visão de Stuart Hall de que a crença de que somente as cidades do Primeiro Mundo são diaspóricas é uma fantasia exclusivista de alguém que nunca conheceu os espaços hibridizados de uma cidade colonial de Terceiro Mundo.

Portanto, a autora afirma que estabelecer a hibridez e o sincretismo, como decorrentes das particularidades de uma intersecção cultural dos sujeitos envolvidos no processo de colonização, é desconsiderar a dinâmica internacional das sociedades africanas.

Segundo Inocência Mata, o pós-colonial pressupõe uma nova ótica sob a qual a sociedade reflete sobre a sua própria condição marginalizada, não só em nível de estrutura, como, também, de conjuntura. Por isso, ela chega à conclusão de que se pode pensar o pós-colonial como “uma temporalidade que agencia a sua existência após um processo de descolonização – o que não quer dizer, a priori, tempo de independência real e de liberdade” (MATA, 2008, p. 09), ficando muito evidente na literatura a revelação e a denúncia de uma “internalização do outro no pós-independência” (MATA, 2008, p. 10).

Desenvolve-se, então, toda uma complexa linha de raciocínio acerca das relações de poder que perduram no período pós-colonial. Mesmo que ele represente o fim de um ciclo de dominação política e econômica, não necessariamente ocorre a neutralização de seus corolários, pelo contrário, é possível identificar, até mesmo, a internalização e a reprodução de antigas relações de poder opressivas. Segundo ela, há a denúncia de uma marca de dependência e compromisso contraditório por parte do pós-colonial para com o empreendimento que o precedeu.

Retomando o raciocínio desenvolvido anteriormente, o modelo que precedeu o pós-colonial não é só diferente mas, também, o seu oposto, é o modelo tensionado que resulta da clássica luta dialética de contrários. Ela considera que isso constitui uma característica do pós-colonial: há um discurso anticolonial pressuposto na literatura, cultura, intelectualidade, economia e na política.

Tendo encerrado tais pontos de discussão, Mata passa, então a analisar o sujeito que estuda e pesquisa o cenário pós-colonial, critica que, apesar de todo discurso e proposta de descentralização e de dar voz aos excluídos, ainda assim é o centro-europeu que assume, contraditoriamente, o lugar matricial do pensamento pós-colonial. De acordo com ela, é uma questão muito mais ampla do que meramente colonial ou neocolonial. Existe uma relação estreita entre cultura e política imperial que gera uma dependência cultural. Ela usa o exemplo de um escritor ou crítico da periferia, aguardando a aprovação do centro metropolitano para ilustrar essa situação. Isso não é algo que se dá ao acaso: as literaturas africanas se desenvolveram em línguas originariamente europeias, sendo, assim, legitimadas

numa crítica estrangeira, comumente a da antiga metrópole, por se desenrolarem “dentro de um sistema que é legado branco-ocidental” (MATA, 2008, p. 13).

Thomas Bonnici elabora um breve histórico das teorias pós-coloniais, tendo como fio condutor, principalmente, as obras *Orientalismo* (1978) de Edward Said e *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures* (1989) de Ashcroft *et al.*, pois essas foram as obras que, praticamente, deram início aos estudos das literaturas pós-coloniais. Bonnici traça um percurso da evolução histórica e discute as ambiguidades e problemas inerentes às teorias pós-coloniais.

Primeiramente, o autor inicia uma contextualização histórica do cenário mundial, nos anos 60 e 70, após a independência política de muitos países africanos. Segundo ele, acreditava-se que com o fim da colonização, estariam livres também as literaturas dos povos colonizados e, então elas teriam sua própria posição estética. Em contraponto a essa crença, o autor afirma que o imperialismo possui raízes muito mais extensas e profundas do que se possa imaginar. Faz-se necessário um estudo mais amplo da teoria pós-colonial.

Bonnici define colonialismo como uma opressão de diversos âmbitos: militar, econômica e cultural, que um país exerce sobre outro, e destaca que, na modernidade capitalista, o colonialismo se estende, de forma a exigir, além de tributos e riquezas materiais, a penetração na estrutura econômica e social do país. Assim, o intercâmbio de recursos materiais e humanos se dá de forma tão intensa que acaba por devastar a cultura do país explorado.

Segundo ele, a concepção mais usual e mais aceita de estudos pós-coloniais, é a que os caracteriza como um “estudo das interações entre as nações europeias e as sociedades que elas colonizaram no período moderno” (BONNICI, 2005, p. 186). Todavia, esse é um termo considerado inadequado por muitos teóricos, devido aos seguintes fatores: a mescla do arquivo temporal e ideológico; a descolonização como uma proposta irreal, e a perda da essência semântica.

Por isso, o autor afirma que “em lugar de o pós-colonialismo indicar um só evento especificamente histórico, parece descrever a segunda metade do século 20 como um período após o auge do colonialismo” (BONNICI, 2005, p. 189) e complementa, afirmando que ele “abrange uma gama de experiências, culturas e problemas” (BONNICI, 2005, p. 189). Outro aspecto de extrema relevância que Bonnici aponta, é que o termo pós-colonialismo traz, de forma implícita uma comemoração apressada de emancipação gloriosa e que isso “disfarça o atual

neocolonialismo, sob o pretexto de modernização e desenvolvimento numa era de globalização crescente e de transnacionalismo” (BONNICI, 2005, p. 189).

O autor destaca, ainda, que o arquivo ideológico teve uma repercussão mais nítida e evidente do que o arquivo temporal, embora ambos sejam importantes. Isso se dá, de acordo com ele, porque “a carga de alteridade e objetificação produzida no sujeito colonizado e em toda sua cultura foi tão devastadora e abrangente que contaminou, em diferente grau e profundidade, a cultura de todos os sujeitos no período pós-independência” (BONNICI, 2005, p. 199).

No tocante à literatura pós-colonial, ele afirma que é possível considerá-la como “toda a produção literária dos povos colonizados pelas potências europeias entre o século XV e XX” (BONNICI, 1998, p. 09) e destaca a concepção de Ashcroft et al. (1991), de que, mesmo tendo suas diferenças e especificidades, “originaram-se da experiência de colonização, afirmando a tensão com o poder imperial e enfatizando suas diferenças dos pressupostos do centro imperial” (apud BONNICI, 1998).

A teoria pós-colonial procura entender o imperialismo e suas influências por meio de uma abordagem alternativa, que envolve questionamentos constantes sobre as relações culturais e imperialistas, para possibilitar a compreensão da política e da cultura nessa era de descolonização; busca também criar um contexto favorável ao marginalizado e oprimido, pretende recuperar a história e abrir as discussões acadêmicas. Ocorre, porém, uma neutralização da resistência incorporada nessa mensagem, devido à apropriação exercida pela crítica ocidental.

De acordo com Bonnici, a academia ocidental tende a ser mais receptiva à literatura que se assemelha mais e que se enquadra nos padrões pós-modernos de hibridismo e sincretismo, em detrimento do “realismo crítico de escritores mais interessados nos detalhes da opressão social e racial” (BONNICI, 2005, p. 189) e nesse sentido alguns teóricos reparam essa prática.

Na cultura popular, predomina uma tendência a valorizar positivamente a literatura europeia, tendo como pressuposto uma superioridade de tal civilização e, em contraponto, a inferioridade projetada para os países colonizados, considerando sua literatura, ou oratura, inferior por entendê-la como primitiva e selvagem. Tal construção foi tão bem desenvolvida que muitos nativos aderiram a esse pensamento e mergulharam profundamente nessa cultura importada. Ocorreu, então, um processo de negação das origens e imitação dos padrões europeus e da língua da metrópole.

Bonnici toma como exemplo o trabalho de Docker sobre a descolonização cultural empreendida nas ex-colônias, segundo o qual o “status canônico das literaturas europeias ainda está firme” (BONNICI, 1998, p. 11) e isso configura um perigo para o estudo pós-colonial, pois ele pode ser visto como apenas uma opção interessante e descartado, ou deixado de lado, mesmo já tendo produzido efeitos consideráveis, apesar da resistência que enfrentou.

Bonnici reitera a noção de que a produção europeia é considerada superior à produção colonial. De acordo com ele, “a ligação entre o cânone literário e o poder é um fato indiscutível” (BONNICI, 1998, p. 16), pois é por meio dele que se fixam os padrões de excelência e complexidade da obra literária consagrada. Esse mecanismo é utilizado para, mais uma vez, “fixar a superioridade do colonizador, degradar o primitivismo do colonizado e relegar à periferia qualquer manifestação cultural e literária oriunda da colônia” (BONNICI, 1998, p. 16).

Assim, ele ressalta que o objetivo principal da teoria e da literatura pós-colonial é “voltar às profundezas da história, para que o sujeito pós-colonial representado na literatura recupere a voz e assim possa então narrar e anunciar as suas experiências como o Outro” (BONNICI, 1998, p. 20).

Bonnici destaca o ponto de vista de Ashcroft et al. (1991), de que “independente de suas características especificamente regionais, a literatura pós-colonial é o resultado da experiência de colonização baseada na tensão com o poder colonizador” (apud BONNICI, 2005, p. 191). Por essa razão, ele aponta três aspectos comuns: primeiramente, o papel que o idioma desempenha é único, a língua do colonizador é imposta e substitui parcial ou totalmente as línguas dos nativos; em segundo lugar, a literatura contribui para uma ideologia de superioridade do europeu, dependendo da forma como é trabalhada e estabelecida e, por último, a produção de obras literárias que repetiam todos os detalhes das produções europeias, a ponto de negar a própria origem.

Bonnici, em consonância com Ashcroft et al. (1991), apresenta os três tipos de sociedades pós-coloniais que se formaram e que são possíveis de relacionar com deslocamento e linguagem. A primeira é chamada colônias de povoamento, caracterizadas pela ocupação do território por colonos europeus, que apartaram as populações nativas e mesmo após a emancipação política, mantiveram o idioma metropolitano. A segunda é conhecida por “Sociedade invadida”. Nesse caso, já havia uma produção literária desenvolvida por escritores nativos da região, que foram marginalizados após o estabelecimento da colônia. A terceira, por sua vez,

denominada “Sociedade duplamente invadida”, é identificável pelo completo extermínio da população nativa, sendo que o idioma e a cultura dominantes foram impostos e as diversas culturas preexistentes foram dizimadas.

Nas colônias de povoadores, a literatura foi desenvolvida por representantes da metrópole, na colônia, tais quais missionários, governadores e administradores. Ela se constitui na língua do colonizador, segue os parâmetros linguísticos europeus e, comumente, tem conteúdo etnográfico e desbravador. Essa escrita de representantes foi paulatinamente dando lugar a uma “literatura laudatória escrita por nativos educados na metrópole” (BONNICI, 2005, p. 192), mas ainda sob a autorização dela, e, posteriormente, à independência “vai de um certo saudosismo colonial a uma ruptura completa com a literatura eurocêntrica” (BONNICI, 2005, p. 192).

Já nas colônias invadidas e duplamente invadidas o cenário é outro. Ocorre com povos de culturas centenares/milenares, ou cujas culturas originais tenham sido completamente destruídas. Nesses casos, respectivamente, as línguas nativas continuaram existindo, sendo relegadas a uma posição periférica, ou desapareceram por completo sendo totalmente substituídas pela língua do colonizador. Por isso, “uma literatura mais autônoma, crítica, denunciadora e de ruptura começa a ser escrita conforme a conscientização política dos escritores” (BONNICI, 2005, p. 193).

Cada etapa do desenvolvimento das literaturas pós-coloniais indica diversas questões relevantes, sendo respectivamente relacionadas a: superestimação da cultura europeia em detrimento da cultura nativa; uma sutil gratidão por poder escrever na língua do europeu, além de uma impossibilidade de produzir algo diferente dos critérios canônicos ou políticos estabelecidos e temas carregados de subversão contra os padrões emanados pela metrópole.

Após situar as sociedades pós-coloniais e considerar as diferenças advindas da formação delas, Bonnici afirma que esse desenvolvimento depende de fatores tais quais conscientização nacional e reconhecimento da diferença frente ao centro imperial.

Alguns autores entendem que toda a produção desenvolvida no contexto dialético império-colônia é “produto do controle político exercido em todo o período pós-colonial” (BONNICI, 1998, p. 17), então, a existência de textos diferenciados dependeria da descolonização, termo que adquiriu diversas interpretações, como mostra Bonnici. Para alguns autores, como os africanos Ngugi Wa Thiongo e Isabel Huggan, “o termo descolonização significa a recuperação dos idiomas e culturas

pré-coloniais” (BONNICI, 1998, p. 17) e isso, de certa forma anularia todos os malefícios causados pelo processo de colonização, enquanto que para Williams, por exemplo, a história não pode ser ignorada ou apagada e em uma aproximação maior com o seu pensamento, Bonnici afirma que “a cultura híbrida e sincrética dos povos pós-coloniais é fator positivo e uma vantagem da qual recebe a sua identidade e força” (BONNICI, 1998, p. 17).

Bonnici observa um equívoco concernente à identificação da descolonização, com a reconstituição da cultura pré-colonial. Se, por um lado, autores como Chinweizu e Brathwaite “condenavam a subserviência a técnicas literárias ocidentais e defendiam a volta a raízes africanas como o fato mais importante da identidade” (BENSON; CONOLLY, 1994 apud Bonnici 1998, p. 17), por outro lado, alguns autores se posicionam favoravelmente “ao sincretismo e a pluralidade cultural”. Um exemplo disso seria “a produção de um romance em língua indígena” o que “constitui um texto culturalmente sincrético” (BONNICI, 1998, p. 17).

Antes de abordar alguns aspectos, estratégias e características das literaturas dos países pós-coloniais, Bonnici assevera que, apesar da multiplicidade de países nos quais as colonialidades se desenvolveram em condições geográficas e históricas tão diferentes, a literatura se estabelece na língua do colonizador, tanto durante a relação colonial, quanto após o fim dela, ou seja, o ex-colonizado escreve sua literatura pós-colonial na língua do colonizador. Isso caracteriza uma das raízes do imperialismo: ainda que o país se torne politicamente independente, a colonização cultural não teve fim.

Ele esclarece também que há características comuns às literaturas pós-coloniais, como a imitação servil dos padrões europeus, o que ocorre devido à vinculação a uma “teoria literária unívoca, essencialista e universalista” (BONNICI, 1998, p. 08), que fora herdada (ou provavelmente imposta) com o decorrer da relação colonial.

As subversões aos padrões metropolitanos ocorrem por meio de estratégias adotadas pelos escritores pós-coloniais, dentre as quais destaca-se a de descolonização. Tal projeto “implica a crioulização da língua europeia, o uso da paródia e da mímica” (BONNICI, 2005, p. 193) e envolve um contexto híbrido e diaspórico, característico dos povos que vivenciaram a colonização. Para discutir tais estratégias, Bonnici recorre aos conceitos de ab-rogação e apropriação propostos por Ashcroft et al. (1991) e aponta a diferença e a relação que ambos têm com a literatura pós-colonial.

Segundo Bonnici, “a ab-rogação é a recusa das categorias da cultura imperial, de sua estética, de seu padrão normativo e de uso correto, bem como de sua exigência de fixar o significado das palavras” (BONNICI, 1998, p. 15), ou seja, a ab-rogação consiste no uso que a cultura colonizada faz da cultura dominante, “para contrapor-se ao controle político do dominador” (BONNICI, 2005, p. 195).

Enquanto que “a apropriação é um ‘processo pelo qual o idioma é apropriado e obrigado a carregar o peso da experiência da cultura marginalizada’” (Ashcroft et al., 1991 apud BONNICI 1998, p. 15). Por isso o emprego da língua colonizadora configuraria uma estratégia dupla, de arrebatrar o idioma e manter a integridade da escrita, que “historicamente foi empregada para manter o homem pós-colonial nas periferias do poder, da autenticidade e mesmo da realidade” ASHCROFT et al. 1991 apud BONNICI, 1998, p. 16).

O autor apresenta as duas frentes em que a literatura mantém suas estratégias: a primeira envolve um nacionalismo, que assegura à própria literatura pós-colonial a determinação e centralidade; enquanto a segunda propõe um desafio à duplicidade dominador-dominado, simultaneamente a um questionamento da visão eurocêntrica do mundo.

De acordo com Bonnici, a primeira estratégia reinterpreta as obras do cânone europeu, de forma a privilegiar assuntos silenciados e torna-os uma parte importante, de maneira a abrir novos caminhos. Já a segunda consiste na reescrita das obras literárias canônicas e sua finalidade, e conforme Ashcroft et al. (1991), “não é a reversão da ordem hierárquica, mas interrogar os pressupostos filosóficos sobre os quais tal ordem estava baseada” (apud BONNICI 1998, p. 19).

Retomando a ideia da mímica, o autor a explica como uma tentativa de cópia dos hábitos culturais do colonizador que, por vezes, dá-se de forma altamente subversiva, produzindo então “uma racha na certeza imperial de que a dominação colonial mantém completo domínio sobre o colonizado” (BONNICI, 2005, p. 195).

Bonnici aborda também os conceitos de re-leitura e re-escrita, que estão interligados e altamente conectados. Ele afirma que a re-leitura revela as implicações do processo colonial nos textos literários e “descobrem-se no texto não apenas os paradigmas estéticos, mas também e especialmente sua origem na realidade social e cultural” (BONNICI, 2005, p. 196), ou seja, trata-se de uma revisão da literatura, de uma perspectiva que leva em consideração as práticas discursivas pós-coloniais e a proposição de um contraponto à literatura europeia.

Já a re-escrita é definida pelo autor como prática discursiva, “através da qual, e aproveitando-se de lacunas, silêncios, alegorias, ironias, metáforas do texto ‘canônico’, surge um novo texto que subverte as bases literárias, os valores e os pressupostos históricos do primeiro” (BONNICI, 2005, p. 196), por isso o novo texto interroga o cânone e se legitima como discurso.

Conseqüentemente, ambos (re-leitura e re-escrita) são processos que subvertem o cânone literário. Bonnici define tal processo como “um conjunto de práticas de leitura apropriadas pela cultura dominante para justificar sua ideologia e para se manter no *status quo*” (BONNICI, 2005, p. 197). Ao colocar tal definição em questão, o autor dá ênfase à relevância política e ideológica do cânone, o que, segundo ele, já é suficiente para quebrar o monopólio de certos textos canônicos.

Outra importante característica apresentada por Bonnici é o hibridismo, que é muito latente nas escritas pós-coloniais. A teoria pós-colonial inicialmente o considerava “uma mera troca cultural, a qual negava a desigualdade inerente às relações de poder e enfatizava as políticas de assimilação, através do mascaramento das diferenças culturais” (BONNICI, 2005, p. 194). Por isso, Bonnici afirma que o hibridismo abrange desde aspectos linguísticos, culturais e até políticos e raciais, além de entender que as teorias que insistem na reciprocidade aumentam a dependência cultural.

Quanto às ambiguidades e inconsistências dos conceitos pós-coloniais, Bonnici expõe perguntas como “Quem é o sujeito pós-colonial hoje?” e “Onde está o sujeito pós-colonial?” (BONNICI, 2005, p. 197-198). Buscando possíveis respostas, ele entende que o sujeito provavelmente é um acadêmico (oriundo de uma ex-colônia britânica) e se encontra em um contexto de diáspora, por isso, “o sujeito pós-colonial frequentemente pode ser definido como habitante daquele ‘terceiro espaço’ intersticial imaginado por Bhabha” (BONNICI, 2005, p. 198).

Outra questão não muito observada, mas apontada por Bonnici, é que a literatura pós-colonial possa estar “representando certas minorias privilegiadas dos países atingidos pelo colonialismo e deixando de lado representações mais profundas de classe, gênero e raça pertencentes à maioria dos sujeitos colonizados” (BONNICI, 2005, p.199).

O autor percebe um grande problema, localizado na “aceitação *sic et simpliciter* da teoria pós-colonial fabricada pela academia do Ocidente e aplicada aos textos não-europeus tal qual foi formulada” (BONNICI, 2005, p. 197). Segundo ele, tais conceitos tiveram origem em países metropolitanos e isso, aliado ao fato de

que “a maioria das publicações teóricas pós-coloniais sai das universidades e das editoras metropolitanas” (BONNICI, 2005, p. 199), possivelmente indica um monitoramento do colonizador.

Por fim, Bonnici estabelece uma comparação entre autores pós-coloniais de ex-colônias britânicas e de países com colonialidades muito divergentes do proposto pelo termo pós-colonialidade. De acordo com ele, os autores latino-americanos fazem suas publicações em seus países de origem, abordando temas sobre o “subalterno, a subjetificação do oprimido, a conscientização política e a descolonização da mente” (BONNICI, 2005, p. 201). Conforme o autor apresenta, é muito recorrente a tentativa de aplicação da teoria pós-colonial, de forma acrítica, devido às semelhanças e até mesmo um desprezo pela teoria autóctone.

Ao examinar o contexto histórico pós-colonial, o autor constata que “a representação da mulher nos romances pós-coloniais teve um desenvolvimento significativo” (BONNICI, 2006, p. 13), devido às diferenças ocorridas em decorrência das mudanças no contexto de globalização. Por isso, ele aborda a relação entre colonialismo e feminismo, explicando que existe um paralelo entre a relação colonial e as relações patriarcais, que acaba por arrebatrar uma dupla colonização no sujeito feminino.

A preocupação inicial de substituir as estruturas de dominação evoluiu “para um questionamento sobre as formas e modos literários e o desmascaramento dos fundamentos masculinos do cânone” (BONNICI, 1998, p. 13), entretanto, não há um consenso quanto a qual necessidade é prioridade, “a igualdade feminina ou a luta contra o imperialismo presente na cultura ocidental” (BONNICI, 1998, p. 13). Se por um lado alguns entendem que a luta contra o imperialismo deve preceder, por outro lado, há quem defenda que não há “nenhuma libertação cultural sem a libertação feminina” (BONNICI, 1998, p. 14). De qualquer forma, a dupla colonização mencionada “causou a objetificação da mulher pela problemática da classe e da raça” (BONNICI, 1998, p. 14).

Com a subalternidade feminina sendo perpetuada, mesmo após a independência dessas sociedades pós-coloniais, os movimentos feministas e pós-coloniais se posicionaram contrários ao eurocentrismo, que foi considerado o responsável pelo fracasso do nacionalismo e da manutenção do sistema patriarcal e contra o nacionalismo estreito. Esse movimento contrário ao eurocentrismo “é um gesto contra a teoria ocidental, a qual é questionada ao extremo” (BONNICI, 2006, p. 15) para forçar as discussões quanto ao direito de fala e da autoridade da voz.

O autor discorre acerca das lutas dos feminismos e atenta para um descompasso entre a ideia de libertação, que fora proposta pela Segunda Onda Feminista e a verdadeira igualdade que se encontra em exercício, o que frustra muitas das lutadoras. Apesar de toda luta, o avanço é lento para as mulheres, pois são as que menos se beneficiam com os avanços na luta por igualdade, devido ao “sistema mundial que cria bilhões de perdedoras para cada punhado de vencedoras” (BONNICI, 2006, p. 23).

Bonnici percebe que a diáspora se torna característica transindividual nas ex-colônias no fim do século XX e início do século XXI, e acaba por afetar principalmente as mulheres, pois as condições econômicas de falta de emprego no país impelem à diáspora em busca de emprego e educação melhores. Segundo ele, “o deslocamento, característico da contemporaneidade, pode ser indicativo de frustração e insatisfação, como também de busca para a ascensão social” (BONNICI, 2006, p. 23).

Bonnici afirma que, embora a literatura não revele absoluta e universalmente a complexa representação feminina pós-colonial, acredita que ela possa servir como indicador para retratar a condição feminina na literatura pós-colonial em inglês. Segundo ele, tal representação mostra ou a superação dos problemas, ou o autoexílio (a diáspora), ou a libertação das situações familiares opressivas, “embora em nível individual a representação do sucesso esteja à vista, a ambiguidade da situação é percebida na situação da maioria que ficou” (BONNICI, 2006, p. 17).

Embora a literatura não seja capaz de representar a totalidade das experiências do mundo real, menos ainda da situação feminina em contextos pós-coloniais, Bonnici argumenta que ela possa tipificar a condição feminina contemporânea, pois, em muitas ocasiões as personagens femininas se deparam com a ideologia patriarcal e colonial e a confrontam, ora representada como uma personagem concreta, ora como uma consequência do sistema capitalista. É perceptível também um certo grau de agência das personagens, apesar dos inúmeros obstáculos. Ele ressalva que o esforço e luta desempenhados para consegui-la não é igual para todas, e admite gradações.

Bonnici aponta para a discussão pertinente dos teóricos, em envolver, ou não, conceitos marxistas, nas teorias feministas. Ele percebe que o termo “classe” não é empregado, ou, então, permanece marginalizado, e apresenta ambos os posicionamentos. Segundo Geladof “o problema de classe no contexto do feminismo pós-colonial é menos importante do que as narrativas de identidades sociais e

étnicas” (BONNICI, 2006, p. 15), por isso “prefere-se o gênero à classe, ou seja, os eventos são analisados por meio do gênero, isolado do conceito de classe” (BONNICI, 2006, p. 15).

Por outro lado, os marxistas argumentam que “todas as formas de opressão (racial, sexual, de classe, de gênero) têm causas e efeitos materiais e são construídas pelas compulsões do capitalismo” (BONNICI, 2006, p. 15), que a opressão de gênero não se trata de uma constante trans-histórica, ou seja, ela seria produzida pela estrutura de classe, justamente para atender às necessidades capitalistas. Um exemplo disso é a experiência que as mulheres têm ao se confrontar com a variação da opressão “qualitativa e quantitativamente por classe” (BONNICI, 2006, p. 15).

Em uma tendência à união de ambos os pontos de vista, porém com predominância do marxismo, Bonnici afirma que a independência política das colônias por si só não foi suficiente para que ocorresse uma libertação feminina; por isso, ele compreende que a teoria marxista poderia contribuir grandemente para uma análise da opressão, tanto de classe quanto de outros tipos, no cenário pós-colonial, e também para consolidar a noção do imperialismo como elemento do capitalismo.

Ainda considerando o contexto histórico, Bonnici depreende que, na atualidade, “o imperialismo é a globalização do modo capitalista de produção” (BONNICI, 2006, p. 14), ou seja, está em desenvolvimento um novo colonialismo, muito mais profundo do que os estabelecidos, anteriormente, entre os séculos XVI e XX. A relação colonial foi desfeita sob um olhar desatento, todavia, ao observar com atenção, é possível perceber os verdadeiros acontecimentos que levaram a uma “mera substituição dos colonizadores pela burguesia nacional” (BONNICI, 2006, p. 18). Essa burguesia passa, então, a governar segundo os interesses exteriores, tais como manter a influência em locais ricos em matéria-prima e mão de obra barata, configurando a prática do Imperialismo. Mesmo após o fim da colonização e o suposto fim da relação colonial, as antigas metrópoles ainda exercem um controle político e econômico decisivo nos países recém-independentes.

Segundo ele, isso não costuma ser percebido, porque a teoria pós-colonial e os feminismos, embora tenham analisado as consequências do colonialismo e do patriarcalismo, parecem ter deixado de “entender a história dos movimentos sociais de libertação, explicar as teorias da libertação total, e compreender a centralidade do imperialismo para o capitalismo” (BONNICI, 2006, p. 14). Para confirmar a influência

do imperialismo, ele cita a obra de Vladimir Lenin, na qual o Imperialismo é designado como o mais alto estágio do capitalismo. O autor explica, então, que as teorias da libertação são explicitamente anti-imperialistas, o que as torna o alvo principal da hostilidade do pós-estruturalismo e do pós-modernismo, tendo em vista a presença maciça do eurocentrismo nessas duas correntes teóricas.

Bonnici afirma que “a crítica literária frequentemente tem se omitido de conectar os textos literários aos contextos históricos e sociais dos quais se originaram” (BONNICI, 2006, p. 14) e que isso pode ser muito prejudicial. Uma análise conjunta, que abarque as condições históricas em que foram escritas as obras, revelaria que as estruturas sociais e históricas se inserem na produção literária. Muito além das características individuais de cada autor, o momento histórico do país se reflete na presença, e principalmente, nas relações que os personagens estabelecem entre si.

Ao discorrer sobre a importância do contexto histórico para a produção literária, Bonnici apresenta o posicionamento de Lukács, que é contrário à divisão de saberes e entende que não há justificativa para que a literatura seja separada da política. Para ele, a cultura enquanto *locus* de ruptura e dissonâncias, possibilita uma sistematização de processos, nos quais a realidade entra na arte e passa a compô-la, além de ser refletida por ela: “em outras palavras, a literatura não pode ser considerada exclusivamente ideologia nem exclusivamente estética” (BONNICI, 2006, p. 16).

O autor constata que muitas obras são produzidas em um cenário de hegemonia única estadunidense, globalização como filosofia política e uma hierarquia muito mais acentuada entre Norte e Sul. Segundo ele, isso torna as relações mais dinâmicas e desiguais, tendo por consequência “atitudes de rejeição e de recrudescimento do racismo em favor da absoluta riqueza de uns e a absoluta pobreza dos demais” (BONNICI, 2006, p. 23).

Por considerar que o sujeito pós-colonial é formado a partir da relação com o colonizador e que essa relação está baseada sempre na hierarquia, na qual o colonizado sempre é oprimido, Bonnici discute a dicotomia Sujeito-Objeto de Sarte, por se aplicar ao contexto pós-colonial, na qual o sujeito se constrói a partir da relação com o outro, para explicar fenômenos recorrentes nas relações coloniais. A partir da premissa de que uma pessoa pode ser Sujeito ou Objeto dependendo de como se estabelece uma relação, a característica de reciprocidade possibilita

relações mútuas entre pessoas, ou seja, “ambos podem voluntariamente ter a função de objeto para o Outro” (BONNICI, 1998, p. 14).

A problemática se encontra na ausência de reciprocidade das relações subjetivas no contexto colonial. Uma ideologia do sujeito aliada a uma hierarquia rígida, tem como consequência a anulação da subjetividade do colonizado, restando-lhe apenas a posição de objeto, o que propicia e fomenta a opressão, o silêncio e a repressão característicos das relações dialéticas sujeito/outro e colonizador/colonizado.

Em decorrência desse cenário, o colonizado é emudecido, e por isso “o sujeito subalterno não tem nenhum espaço, a partir do qual ele possa falar” (SPIVAK, 1985 apud BONNICI, 1998, p. 14), então, o colonizado terá voz ao se transformar, conforme Fanon (1990), “num ser politicamente consciente que enfrenta o opressor com antagonismo sem cessar” (apud BONNICI 1998, p. 14).

Nesse sentido, a descolonização e a reversão do papel de objeto, processos pelos quais o colonizado recupera sua condição de sujeito e se torna dono de sua própria história, se desenvolvem, também, no campo da literatura. Segundo Janmohammed (1988), o autor pós-colonial deveria empreender o exercício contrário da época colonial e construir “estereótipos negativos do colonizador e de imagens autênticas do colonizado” (apud BONNICI, 1998, p. 15).

Por outro lado, Harris fala de uma construção de um novo sujeito pós-colonial, na qual “o hiato entre o sujeito e o objeto, o território da incerteza, é aproveitado [...] para reconstruir seus personagens pós-coloniais” (BONNICI, 1998, p. 15), possibilitando uma fala do sujeito colonizado e empreendendo a busca de um sujeito composto como sendo “a nova identidade pós-colonial” (BONNICI, 1998, p. 15).

Bonnici considera que a proposta de Janmohammed é simplista, enquanto a de Harris realmente tenta algo possível quanto ao sujeito pós-colonial, uma vez que “subverte a noção de eurocentrismo e constrói a alteridade como sujeito.” (BONNICI, 1998, p. 15).

2.1 LITERATURA PÓS-COLONIAL E IDENTIDADE

Em um contexto de mudanças estruturais nas sociedades que afetam as culturas, os indivíduos também são profundamente afetados e suas identidades acabam se modificando devido ao contato com uma nova cultura. Apesar de

possíveis rejeições, as mudanças são inevitáveis. Neste sentido, Stuart Hall em sua obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, afirma que:

um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais (2006, p. 9).

Portanto, as identidades já vêm passando por fortes mudanças devido às influências culturais provocadas pela globalização. Hall afirma ainda que a questão da identidade tem sido amplamente discutida nas teorias sociais, uma vez que as identidades estão sendo modificadas e novas estão surgindo, o que tem fracionado as identidades que eram tidas como unificadas. Nesse sentido, a obra de Hall tem por objetivo examinar as principais questões sobre a identidade cultural, para avaliar se existe uma “crise de identidade” e, se houver, averiguar em que se baseia essa crise e qual o destino dela.

Hall parte da premissa de que as identidades estão sendo modificadas, mais especificamente “descentradas”, para investigar quais as consequências dessa descentração. Segundo ele, as sociedades modernas, no final do século XX, foram marcadas por mudanças estruturais, e os fatores ligados a gênero e sexualidade, bem como raça, etnia e nacionalidade, perderam a centralidade na construção de indivíduos sociais.

Tais mudanças afetam as identidades de forma coletiva e individualmente, colocando em dúvida a ideia de unicidade e fixidez. Esse abalo na identidade pessoal é conceituado como “deslocamento ou descentração do sujeito” (HALL, 2006, p. 9).

Para subsidiar as discussões acerca das questões de identidade na pós-modernidade, Hall apresenta de forma simplificada, três conceitos teóricos de identidade. São eles: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

A noção do sujeito do Iluminismo se baseia na ideia de que o indivíduo seria unificado, formado por um centro que emergia no nascimento e o acompanharia por toda a vida. Esse centro era a identidade da pessoa, que permanecia idêntica sempre. Devido a esse caráter infenso a influencia e experiências, Hall o considera como “individualista”.

A partir da consciência de que esse sujeito centrado e único não era possível e que a identidade se forma a partir da relação com os outros, surge o conceito do sujeito sociológico, como um reflexo da modernidade. Segundo Hall, essa concepção descreve a formação da identidade a partir da interação com o meio. Ela “preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público” (HALL, 2006, p. 11), ou seja, a identidade integra o sujeito ao sistema, fixando-o ao seu mundo.

A ideia de fixidez é que está em processo de mudança, pois na pós-modernidade o sujeito que antes tinha uma identidade fixa e determinada, passa a ter uma identidade fragmentada e composta por várias identidades. Esse processo se dá em decorrência de mudanças estruturais e institucionais, que produzem o sujeito pós-moderno, destituído de uma identidade estável.

Nesse sentido, o sujeito assume “identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente” (HALL, 2006, p. 13), por isso Hall compreende que o sujeito é composto de várias identidades, que podem até ser conflitantes. Assim, a sensação de ter uma identidade única é uma narrativa criada pelo indivíduo.

Hall afirma que a mudança e sua consequência sobre a identidade cultural, são aspectos primordiais para a identidade na pós-modernidade, sobretudo a mudança perpetrada pelo fenômeno da globalização. No contexto da globalização, as sociedades modernas estão em constante mudança, distinguindo-se das sociedades tradicionais.

A conceituação de sociedades tradicionais e sociedades modernas de Anthony Giddens, apresentado por Hall, enfatiza o contraste entre as duas, tendo em vista que para ele a sociedade tradicional é presa ao passado e às tradições, enquanto a sociedade moderna, além de trazer a experiência da mudança constante, é uma “forma altamente reflexiva de vida” (HALL, 2006, p. 15), em que as práticas sociais são constantemente analisadas e renovadas, segundo o fluxo de informações que recebem. Desta forma, Hall afirma que o mais importante são “as transformações do tempo e do espaço”, ou seja, é “a retirada das relações sociais de contextos locais de interações” (HALL, 2006, p. 15).

David Harvey concebe que a modernidade vai além do constante rompimento com as tradições e se caracteriza “por um processo sem-fim de rupturas e fragmentações internas no seu próprio interior” (1989, p. 12 apud HALL, 2006, p. 16). Hall apresenta também a posição de Ernest Laclau, que utiliza a concepção de

“deslocamento”, na qual o centro é refutado e substituído, não por outro, mas por inúmeros centros. Por isso Laclau afirma que “as sociedades modernas não têm nenhum centro, princípio articulador ou organizador único e não se desenvolvem de acordo com desdobramento de uma única “causa” ou “lei” (1990, apud HALL, 2006, p. 16), pois elas “são caracterizadas pela “diferença”; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais, que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito” - isto é, identidades – para os indivíduos” (1990, apud HALL, 2006, p. 17).

Os conceitos de sociedades modernas de Giddens, Harvey e Laclau são diferentes, no entanto, apresentam um ponto de convergência, pois todos concordam que as sociedades modernas têm em comum a descontinuidade, a fragmentação e o deslocamento. Devido a esse ponto em comum, Hall conclui que as sociedades não são estáticas como foi pensado, pois elas estão em constante mudança, muitas vezes por forças externas. Ele afirma ainda que essa confluência deve ser o fio condutor para as discussões acerca dos impactos da globalização nas sociedades.

Para um aprofundamento nas discussões acerca da identidade, Hall expõe a posição de teóricos contemporâneos, a fim de traçar um panorama das concepções de sujeito do Iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno. Por isso, Hall esclarece que o conceito de identidade, baseado na afirmação de que ela era fixa e estável e tornou-se fragmentada, é um modo simplório de retratar o sujeito moderno, mas que auxilia na compreensão do percurso histórico das concepções de sujeito.

Nos tempos considerados pré-modernos, o conceito de individualidade tinha uma definição diferente da do sujeito pós-moderno. Pelo processo denominado por Hall como “o nascimento do “indivíduo soberano”” (HALL, 2006, p. 25), entre os séculos XVII e XVIII, o sujeito tornou-se pós-moderno ao libertar-se das estruturas e tradições, dando origem a uma nova forma de individualismo. Tal fenômeno representou uma ruptura importante com o passado. Hall afirma que alguns teóricos argumentam que esse fenômeno tenha sido o impulso do sistema social moderno.

Neste contexto, Hall destaca dois significados distintos do sujeito individual, apontados por Raymond Williams. O primeiro consiste no sujeito ““indivisível – uma entidade que é unificada no seu próprio interior e não pode ser dividida além disso” e o segundo é uma entidade que é “singular, distinta, única” (HALL, 2006, p. 25).

No período Renascentista, o homem foi colocado no centro do universo e no Iluminismo ele foi elevado à categoria de homem livre dos dogmas e intolerâncias.

Neste contexto, René Descartes postulou o dualismo entre matéria e mente, criando, assim, o conceito de sujeito cartesiano em que a mente é constituída pelo ser pensante, “o sujeito individual constituído por sua capacidade para raciocinar e pensar” (HALL, 2006, p. 27). Para John Locke, o indivíduo tinha uma identidade única, criando um “indivíduo soberano”. Esse indivíduo era o sujeito da modernidade, que se tornou o indivíduo da razão e da prática e por isso sofria as consequências de suas práticas.

O avanço do capitalismo, o crescimento das cidades, dos Estados e das burocracias, a industrialização e o liberalismo econômico foram fatores que influenciaram o surgimento da concepção do Homem social. Desse modo “o indivíduo passou a ser visto como mais localizado e “definido” no interior dessas estruturas e formações sustentadoras da sociedade moderna” (HALL, 2006, p. 30).

Para discutir a descentração do sujeito na modernidade tardia, Hall traz como referência o pensamento marxista. Hall esclarece que embora os escritos de Marx sejam do século XIX, a sua redescoberta e reinterpretação no século XX concebe a noção de deslocamento do sujeito. Sobre a concepção do homem moderno pela perspectiva marxista, Hall relaciona a posição de Louis Althusser de que

ao colocar as relações sociais (modos de produção, exploração da força de trabalho, os circuitos do capital) e não uma noção abstrata de homem no centro de seu sistema teórico, Marx deslocou duas proposições-chave da filosofia moderna: que há uma essência universal no homem; que essa essência é o atributo de “cada indivíduo singular”, o qual é seu sujeito real” (2006, p. 35).

A teoria da descoberta do inconsciente, de Sigmund Freud, foi o segundo fator que influenciou o descentramento do sujeito moderno. Hall esclarece que para Freud “as nossas identidades, nossa sexualidade e a estrutura de nossos desejos são formados com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente,” (HALL, 2006, p. 36). Essa proposição vai de encontro com a lógica da razão de uma identidade fixa proposta por Descartes.

A leitura que pensadores psicanalíticos, como Lacan, fazem de Freud é que “a imagem do eu como inteiro e unificado é algo que a criança aprende apenas gradualmente, parcialmente, e com grande dificuldade” (HALL, 2006, p. 37), ou seja, essa identidade se forma nas relações sociais e nas negociações psíquicas e a subjetividade é produto desses processos psíquicos.

A identidade do sujeito é construída num contínuo de processos inconscientes ao longo da vida do indivíduo. Tal identidade é deslocada e fragmentada, embora o sujeito a vivencie “como se ela estivesse reunida e “resolvida”, ou unificada, como resultado da fantasia de si mesmo como uma “pessoa” unificada” [...] ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada” (HALL, 2006, p. 38).

Assim, Hall conclui que mesmo que algumas hipóteses elaboradas por Freud tenham sido contestadas e até rejeitadas, o pensamento moderno sobre a identidade se formou após suas descobertas sobre o inconsciente.

O terceiro fator de descentração do sujeito moderno se baseia nos trabalhos do linguista estruturalista Ferdinand Saussure, a partir da afirmativa de que “nós não somos, em nenhum sentido, os “autores” das afirmações que fazemos ou dos significados que expressamos na língua” (HALL, 2006, p. 40), ou seja, os significados já estão postos e o indivíduo utiliza conforme suas necessidades, não tendo interferência na criação de significados, pois a língua já existe.

Outra descentração pode ser percebida a partir do trabalho de Michel Foucault, que produziu uma “genealogia do sujeito moderno” (HALL, 2006, p. 42). Ele indica a existência de um novo tipo de poder social, o poder disciplinar, que consiste no controle social completo, com objetivo de manter a sociedade passiva e obediente.

O último fator que impactou na descentração do sujeito, apontado por Hall, foi o feminismo, tanto como uma teoria crítica, quanto como movimento social que constituiu o “nascimento histórico do que veio a ser conhecido como a política de identidade” (HALL, 2006, p. 45), pois os diversos movimentos e grupos sociais que encamparam o movimento de maio de 1968 na França, invocavam as identidades para sustentar as manifestações.

Neste cenário, Hall afirma que o movimento feminista teve maior peso no deslocamento das identidades, por apresentar contestações diretas do sujeito cartesiano e sociológico e por questionar a distinção entre público e privado. Tal questionamento abriu as discussões políticas da vida social e da vida doméstica, portanto, o movimento que teve início como um movimento de mulheres, abalou as identidades sexuais e de gênero ao definir homens e mulheres, pela diferença sexual, e não na identidade genérica de Humanidade.

Para discutir as culturas nacionais como comunidades imaginadas, Hall parte do princípio de que embora o indivíduo se considere um ser independente, ele só é

capaz de se imaginar assim, devido ao contraponto de fazer parte de um conjunto de pessoas que influenciam a sua constituição como sujeito.

Ele compreende que nação vai além da organização política e engloba um sistema de representação cultural. Por isso, as culturas nacionais são consideradas fontes de significados culturais e exercem uma forte influência na constituição da identidade cultural do indivíduo. Para a compreensão de como esse sistema de representação influencia na constituição do sujeito, são apresentados três conceitos que definem a cultura nacional de “uma “comunidade imaginada”: as memórias do passado; o desejo por viver em conjunto; a percepção da herança” (HALL, 2006, p. 58).

O significado da palavra nação, desenvolvido por Timothy Brennan, como se referindo tanto aos estados-nações modernos quanto às comunidades locais que proporcionam a sensação de domicílio e de pertencimento, é essencial para a compreensão das identidades nacionais, pois Hall concebe que elas operam a partir da junção desses dois conceitos.

No entanto, Hall compreende que idealizar uma identidade nacional significaria agrupar em uma identidade cultural única, sujeitos com classes, raças e gêneros distintos. Por isso, Hall questiona se essa identidade nacional unificadora poderia compor uma identidade por suprimir as diferenças culturais, e recusa essa conclusão. Devido à recusa em supor que uma identidade nacional seria unificadora, ele sugere que a identidade nacional é um “dispositivo do discurso que representa a diferença como unidade ou identidade” (HALL, 2006, p. 62).

Ele afirma também que, embora tenha havido tentativas de unificação da cultura nacional por meio da etnia, ou seja, pelos costumes culturais compartilhados, isto também é falho, pois no mundo moderno não há nações compostas por um povo único, e assevera que “as nações modernas são, todas, híbridos culturais” (HALL, 2006, p. 62). Desta forma, Hall chega à conclusão de que a ideia de uma identidade nacional unificada não se sustenta, pois ela não é capaz de se sobrepor às diferenças culturais.

Os deslocamentos das identidades culturais nacionais, ao final do século XX, sofreram um processo de aceleração, devido à globalização econômica perpetrada pelo capitalismo, que não tem compromisso com as fronteiras dos Estados-nação, por isso ele afeta as relações culturais. Neste sentido, deve-se compreender que a globalização não é um fenômeno novo e que a modernidade é naturalmente

globalizante. Devido a isso é possível observar duas tendências contraditórias intrínsecas à modernidade: a tendência à autonomia global e a globalização.

Considerando essas tendências, Hall se propõe a descrever as consequências da globalização sobre as identidades culturais. Para tanto ele destaca três possíveis consequências. São elas:

As identidades nacionais estão se *desintegrando*, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do “pós-moderno global”. As identidades nacionais e outras identidades “locais” ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização. As identidades nacionais estão em declínio, mas as novas identidades – híbridas – estão tomando seu lugar (HALL, 2006, p. 69).

O tempo e o espaço são elementos fundamentais para a representação, por isso Hall afirma que a globalização econômica junto com o avanço e a expansão das tecnologias têm causado a sensação de compressão do tempo e do espaço e encurtado as distâncias e o tempo. Essa condição é importante para a argumentação sobre os efeitos da globalização sobre a identidade, pois impactam diretamente os sistemas de representação e automaticamente as identidades.

Neste sentido, Hall afirma que “os fluxos culturais, entre nações, e o consumismo global criam possibilidades de identificação partilhadas” (HALL, 2006, p. 74) e levam à compreensão de que as identidades estão cada vez mais se desprendendo dos tempos e lugares tradicionais e passando a transitar entre identidades o que ele chama de “homogeneização cultural” (HALL, 2006, p. 76), que cria identidades transculturais.

Afirmar categoricamente que as identidades nacionais estão sendo homogeneizadas, como afirma a primeira consequência apontada, pode se tornar muito simplista segundo a perspectiva de Hall, por isso ele afirma que a identidade global não vai se sobrepor à local, mas que “é mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, novas identificações “globais” e novas identificações “locais”” (HALL, 2006, p. 78).

O fortalecimento de identidades locais, que tem por meta uma re-identificação com culturas tradicionais, na atualidade, se tornou uma tentativa de grupos étnicos dominantes de resistir à globalização, pois eles veem a mistura cultural que decorre da globalização como uma ameaça à soberania desses povos, o que Hall considera “racismo cultural” (HALL, 2006, p. 85).

A produção de novas identidades, como consequência da globalização, fornece um eixo alterado de identificação, de modo que a identidade e a diferença se articulam formando uma identidade diferente sem que uma neutralize a outra.

Após descrever e explorar as consequências da globalização sobre as identidades, Hall conclui, de forma provisória, que:

a globalização tem, sim, o efeito de contestar e deslocar as identidades centradas e “fechadas” de uma cultura nacional. Ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas. Entretanto seu efeito geral permanece contraditório (2006, p. 87).

Hall, ao questionar *Quem precisa de identidade?* (2000) em seu artigo de homônimo, apresenta ainda o processo de desconstrução do conceito de identidade em diversas áreas disciplinares bem como o debate e delineamento de novas questões acerca da subjetividade e da identidade. Hall apresenta os conceitos de identidades, mas afirma que eles se encontram “sob rasura”, pois não podem mais ser pensados da maneira antiga. Entretanto ainda não foram suficientemente debatidos a ponto de se estabelecer uma nova forma de pensar, restando então a opção de partir do modo antigo de pensamento para posteriormente desenvolver o novo, tendo em mente as desconstruções envolvidas. Ele considera todo o cenário de debate e desconstrução dos conceitos identitários para afirmar que a identidade configura um exemplo de conceito “sob rasura”.

Identidade como um conceito operante no “sob rasura” exige uma observação maior quanto às circunstâncias de sua formação. Para tanto Hall propõe “não um abandono ou abolição mas uma reconceptualização do ‘sujeito’. É preciso pensá-lo em sua nova posição – deslocada ou descentrada – no interior do paradigma” (HALL, 2000, p. 105) A partir disso passa a discorrer sobre o conceito de identificação, que considera tão ardiloso quanto o de identidade, mas ainda assim preferível. Hall estabelece uma comparação entre os significados do senso comum e da abordagem discursiva. O senso comum entende o termo como o reconhecimento de uma mesma origem ou características comuns, enquanto a abordagem discursiva compreende a identidade como um processo em construção nunca finalizado.

Ao trabalhar em um campo semântico e interdisciplinar tão complexo, Hall estabelece que “a identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação,

e não uma subsunção” (HALL, 2000, p. 106) Essa premissa permitiu a ele desenvolver um conceito de identidade que foge ao essencialismo e se constitui estratégico e posicional. Hall não só ultrapassa a superficialidade da discussão que apenas sugere a inconstância da identidade, mas se aprofunda ainda mais ao contrapor a noção de um “eu coletivo ou verdadeiro que se esconde dentro de muitos outros eus – mais superficiais ou mais artificialmente impostos” (HALL, 2000, p. 108).

Sair do debate superficial e adentrar de forma mais profunda na discussão permite investigar as circunstâncias de formação da identidade. Hall reitera a concepção de identidades cada vez mais fragmentadas na modernidade tardia e introduz a ideia de uma construção em meio a discursos, práticas e posições que sujeitam a identidade a uma historicização radical. Para ele, a história, a linguagem e a cultura influenciam essa construção dentro do discurso (e não fora) caracterizando assim a identidade como “mais o produto de marcação de diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica” (HALL, 2000, p. 109).

Hall se vale da argumentação de autores como Derrida e Laclau para auxiliar e fundamentar seu raciocínio, juntamente a eles Hall coloca em questão a exterioridade da formação da identidade. Segundo ele, ela é construída por meio da relação com o Outro e da percepção das diferenças. O exterior constitui a fronteira e atua como limite para a identidade. A unidade e homogeneidade atribuída à identidade não é algo natural mas sim algo projetado e construído.

Um dos principais aspectos abordados é o da identidade como um ponto de apego temporário. Para Hall o indivíduo é chamado a ocupar um lugar como sujeito social do discurso particular, ou seja, as práticas discursivas constroem para nós posições de sujeito que são temporariamente ocupadas constituindo uma identidade; o sujeito é obrigado a assumir tais posições, que se tratam na realidade de representações também construídas a partir da relação com o Outro. Por isso a suturação, as identidades devem ser pensadas como articuladas e não como um processo unilateral.

Todo esse raciocínio se desenvolve e se articula de modo a revelar os aspectos políticos da construção de identidades, ela se dá de maneira ideológica respondendo aos impulsos psíquicos e estabelecendo relações com as práticas discursivas componentes do campo social. Isso se dá de forma tão eficaz por agir em ambos os aspectos em que se situam os problemas conceituais reais, de acordo com o autor.

Uma contribuição de Pêcheux muito significativa apresentada por Hall, para ilustrar e enriquecer ainda mais o debate, é a percepção do indivíduo como “sujeito para a formação discursiva por meio de uma estrutura de falso reconhecimento (o sujeito é, assim, apresentado como sendo a fonte dos significados dos quais, na verdade, ele é um efeito)” (HALL, 2000, p. 114). Tal contribuição foi criticada por Hirst por entender que anteriormente ao chamado do indivíduo para ocupar as posições de sujeito, ele já apresenta a capacidade de agir como tal. Segundo ele, o indivíduo ainda não sujeito “deve já ter as faculdades necessárias” (HALL, 2000, p. 115). Tal contraponto entre o chamado para ocupar posição de sujeito e as capacidades já desenvolvidas *a priori* teria causado uma interrupção inesperada em todo o campo de investigação, segundo Stuart Hall.

Para Hall, a crítica hirstiniana foi impressionante, porém a interrupção de toda a investigação teria se mostrado prematura. Na visão dele, o posicionamento de Hirst foi importante ao mostrar que a fase lacaniana corria o risco de pressupor um sujeito já constituído. Por isso, o problema não estava resolvido, mas sim adiado.

Dando prosseguimento às discussões acerca da constituição do sujeito, Hall considera sensacionalistas as falas de Lacan de que tudo que constitui o sujeito ocorre num mesmo momento. Em contraponto, ele apresenta o raciocínio de Hirst novamente, em que este afirma não querer declarar as crianças cegas/surdas ou idiotas, tampouco negar suas capacidades de sujeitos filosóficos. Hall determina, então, que a questão é o auto-reconhecimento e entende que não há qualquer fundamento em expressar que o falso reconhecimento seja um atributo puramente filosófico ou puramente cognitivo.

Hall identifica a binaridade presente na crítica apresentada como “antes/depois”, “ou isto ou aquilo” ao pensar o exemplo lacaniano da fase de auto-reconhecimento da criança no espelho, e evidencia que pensar a subjetividade não plena como uma tela em branco ou “antes do sujeito” também deixa sem solução a problemática relação entre sujeito e indivíduo.

Após a colaboração de Foucault, a discussão passa a se desenvolver de uma forma diferente, pois ele reflete a crítica que Hirst faz de Althusser a partir da direção oposta. Hall explicita o pensamento foucaultiano de que o sujeito seria produzido pelo/como um efeito de formações discursivas específicas. Ele acrescenta que “os discursos constroem – por meio de suas regras de formação e de suas ‘modalidades de enunciação’ - posições de sujeito” (HALL, 2000, p. 120). Para Hall, a contribuição de Foucault foi de extrema importância, tendo em vista que a mudança do método

arqueológico para o método genealógico possibilita uma concretização do formalismo não muito evidente nos trabalhos iniciais.

2.2 IDENTIDADE E PÓS-COLONIALISMO

O sujeito pós-colonial torna-se um sujeito modificado pelo contato com outras culturas. Esse contato, que nas sociedades que foram colonizadas não ocorreu espontaneamente, criou um sujeito híbrido, segundo Homi K. Bhabha, que escreveu *O local da cultura* a partir da sua própria experiência cultural como sujeito híbrido. Na obra, ele discute vários aspectos da cultura, na contemporaneidade, a partir do pós-colonialismo, que afetaram diversas nações, ao longo dos últimos séculos, e as transformaram, profundamente, tanto as identidades individuais quanto as identidades nacionais.

Ele afirma que, no mundo moderno, a consciência das posições de sujeito que pretendem habitar qualquer identidade foi possível, devido ao distanciamento de categorias conceituais, como “classe” ou “gênero”. Por isso, é importante concentrar-se nos processos de articulação das diferenças culturais. Essa articulação é o que ele denomina de “entre-lugares”, que “fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação [...] que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade” (BHABHA, 1998, p. 20).

O autor parte da desconstrução da ideia de identidades fixas que conduziu à elaboração de conceitos de identidades fragmentadas, por meio da elaboração dos conceitos de entre-lugar, entre-tempos, hibridismos, estranhamento, identidade intervalar e vidas duplas. A introdução desses conceitos, no campo dos estudos culturais, modifica substancialmente o teor das discussões acerca de identidade e desloca-as do campo da diversidade cultural para a diferença cultural. Ao rejeitar os conceitos advindos dos binarismos, ele coloca o indivíduo como sujeito híbrido que não deve ser encaixado em uma cultura supostamente rígida. Dessa forma, a cultura passa a ser abordada, a partir da articulação da diferença nesses “entre-lugares”.

Fica evidente, assim, a importância de esclarecer de que modo se formam os sujeitos nesses “entre-lugares”, nesse terceiro espaço onde a cultura não é fixa e onde os signos podem ser transformados e ressignificados. Outra questão levantada é de que modo ocorrem as formulações de representações ou aquisições de poder, no interior de comunidades que, embora os indivíduos tenham histórias comuns,

nem sempre são aliados ou unidos, portanto, o objetivo “compreender a diferença cultural como produção de identidades minoritárias que se “fendem”” (BHABHA, 1998, p. 21) é salutar para a compreensão das novas identidades.

Esses entre-lugares são fundamentais para pensar a cultura, pois eles “fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singulares ou coletivas – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e constatação, no ato de definir a própria ideia de sociedade” (1998, p. 20). Compreende-se portanto que o terreno, onde as estratégias de subjetivação são elaboradas, é o interstício onde os valores culturais são negociados, por meio de experiências intersubjetivas ou coletivas de nação.

Partindo da noção de que as identidades nacionais se formam nesses interstícios, Bhabha investiga “de que modo se formam sujeitos nos “entre-lugares”, nos excedentes da soma das “partes” da diferença (geralmente expressas como raça/classe/gênero etc.)? (1998, p. 20), por compreender que essas articulações são constantes e complexas, principalmente, em situações de transição, e que buscam atribuir autoridade ao hibridismo cultural.

Para essas investigações, sobre formação de identidades, na relação com o colonizador, Bhabha aponta que, em *Pele negra, máscaras brancas* (1986) Frantz Fanon revela uma dupla identidade, que se diferencia “entre a identidade pessoal como indicação da realidade ou intuição do ser e o problema psicanalítico da identificação que sempre evita a questão do sujeito” (apud BHABHA, 1998, p. 85). Essas identidades duplicadas operam como reflexo “um do Outro” (BHABHA, 1998, p. 85), em um processo contínuo e complicado em que a identidade nunca será acabada ou fixa.

Para Bhabha, o texto pós-colonial revela uma dúvida contumaz quanto à demarcação do local da encenação, onde a imagem é vinculada a sua diferença pelo Outro. Essa diferença não deve ser colocada como oposição, pois ele afirma que “o Outro deve ser visto como a negação necessária de uma identidade primordial [...] que introduz o sistema de diferenciação que permite ao cultural ser significado como realidade linguística simbólica, histórica” (BHABHA, 1998, p. 86).

O colonialismo constrói um discurso próprio, que se torna basilar para o domínio das sociedades, por isso ele delinea uma teoria do discurso colonial, que coloca o colonizado como selvagem e infantilizado e cria uma narrativa de incapacidade desses povos, que além de produzir o Outro justificam e perpetuam seu domínio sobre as sociedades colonizadas.

O discurso colonial se baseia em duas características essenciais: a primeira é a sua “dependência do conceito de “fixidez” na construção ideológica da alteridade” (BHABHA, 1998, p. 105); a segunda é a construção de estereótipos que se torna o principal estratagema do discurso colonial, pois cria a tensão entre o que está posto e o que deve ser repetido continuamente. Bhabha compreende que essa representação é antagônica, pois representa ao mesmo tempo “rigidez e ordem imutável como também desordem, degeneração e repetição demoníaca” (BHABHA, 1998, p. 105), ambivalência fundamental para o estereótipo por ser ela quem garante sua utilidade e garantir sua

repetibilidade em conjunturas históricas e discursivas mutantes; embasa suas estratégias de individuação e marginalização; produz aquele efeito de verdade probabilística e predictabilidade que, para o estereótipo, deve sempre estar em excesso do que pode ser provado empiricamente ou explicado logicamente (BHABHA, 1998, p. 106).

Bhabha afirma que o sujeito colonial é construído no discurso e que o exercício do poder colonial é possível, a partir da articulação das formas da diferença – raciais e sexuais. Tal articulação é essencial, pois o corpo sempre está presente no discurso, tanto do prazer e do desejo, quanto da dominação e do poder. É nesse discurso que se embasam as práticas de hierarquização racial e cultural.

Bhabha afirma que as formas de alteridade racial/cultural/histórica passaram por um processo de marginalização nos textos teóricos que tratam da articulação da diferença, sob a alegação de expor as limitações do discurso ocidental. Por isso, ele reitera que o que deve ser questionado é como a alteridade é representada.

Nesse sentido, o discurso colonial constitui-se como um aparato de poder que reconhece e repudia as diferenças. Ele tem o papel de criar espaços para os povos colonizados, por meio da produção de conhecimento, mas sob constante vigilância. Essa produção de conhecimentos, tanto do colonizado quanto do colonizador, é uma legitimação de suas estratégias. Por isso, Bhabha afirma que “o objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados, com base na origem racial, de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução” (BHABHA, 1998, p. 111), ou seja, o objetivo do discurso colonial é o controle social, criando, assim, a governamentalidade que confisca, domina e subjuga todas as atividades da sociedade.

Bhabha afirma que o discurso do colonial e pós-colonial tem forte influência na teoria e na cultura, e que, atualmente retrata a necessidade de contestação dos estereótipos criados com base na diferença, e de “articular “sujeitos” de diferenciação” (BHABHA, 1998, p. 115). Por isso, assim como Foucault, ele entende que o aparato de poder consiste em uma estratégia de forças, que se apoiam mutuamente e também se apoiam nos saberes.

A partir dessa relação de poder, Bhabha propõe a interpretação do estereótipo com base no paralelo com o fetichismo de Freud, em que o “mito da origem histórica produzido em relação com o estereótipo colonial tem a função de “normalizar” as crenças múltiplas e os sujeitos divididos que constituem o discurso colonial como consequência de seu processo de recusa” (BHABHA, 1998, p. 115), ou seja, o discurso cria o estereótipo baseando-se na diferença.

No sistema colonial, a diferença é a raça. Essa diferença cria, ao mesmo tempo, a necessidade de dominação e de defesa. Por isso, ele afirma que a construção de estereótipos está perfeitamente representada no título da obra de Fanon – *Pele negra, máscaras brancas* – pois a rejeição da diferença coloca o sujeito colonial como desajustado.

Bhabha passa, então, a analisar a “construção de significante de “pele/raça” naqueles regimes de visibilidade e discursividade” (BHABHA, 1998, p. 122), que acarretam problemas políticos, principalmente por meio da discriminação, e examina como ocorre a construção desses valores, para compreender o “lugar da fantasia no exercício colonial” (BHABHA, 1998, p. 122). O objeto da discriminação é a construção da diferença, que por meio da cor da pele que passa a ser estabelecida como a identidade natural do indivíduo e naturalizada. É esta característica simples e visível, a cor da pele, que é empregada para a criação dos estereótipos.

É com base nesse discurso racista, construído pelo estereótipo, que se funda a governabilidade, que se perpetua por meio da hierarquia e marginalização dos indivíduos. Esse sistema reconhece que as diferenças raciais, culturais e históricas são construídas por saberes estereotipados, e que “sobre essa base, institucionaliza uma série de ideologias políticas e culturais que são preconceituosas, discriminatórias, vestigiais, arcaicas, “míticas”, e o que é crucial, reconhecidas como tal” (BHABHA, 1998, p. 127). Por isso, o discurso colonial é construído com base na ambivalência da significação do outro.

O estereótipo é um modo fetichista de representação, pelo esquema lacaniano do imaginário, que segundo Bhabha, “é a transformação que acontece no

sujeito durante a fase formativa do espelho, quando ele assume uma imagem distinta que permite a ele postular uma série de equivalências, semelhanças, identidades, entre os objetos do mundo ao seu redor” (BHABHA, 1998, p. 119).

Bhabha compreende, ainda, que a formação do sujeito no discurso colonial é parte de um conjunto divergente de posições. Por isso, uma tomada de posição dentro de um discurso específico pode ser problemática, pois ela se torna a encenação de uma identidade.

Após discutir a formação das identidades no discurso colonial, Bhabha problematiza os efeitos políticos da discriminação em relação à raça e à pele em tal discurso. E afirma que a mímica é usada como artimanha eficaz do saber-poder colonial, pois, segundo Bhabha, ela “é o desejo de um Outro reformado, reconhecível, como sujeito de uma diferença que é quase a mesma, mas não exatamente” (BHABHA, 1998, p. 130).

Percebe-se, dessa maneira, que a ambivalência do discurso sustenta a construção da mímica, e a mímica constrói a diferença de forma efetiva, ou seja, Bhabha considera que a mímica é a autoridade do discurso colonial discriminatório e hierarquizante que “emerge como a representação de uma diferença que é ela mesma um processo de recusa” (BHABHA, 1998, p. 130), com efeitos intensos e impactantes.

Os efeitos do discurso discriminatório não se restringem a uma pessoa, de forma isolada; eles são mais amplos na medida em que se tornam a recusa e a cisão, entre a “cultura-mãe e as culturas derivadas das relações coloniais, [...] onde o traço do que é recusado não é reprimido, mas sim repetido como algo diferente – uma mutação, um híbrido” (BHABHA, 1998, p. 162). Assim, compreende-se que o hibridismo é o reflexo do poder colonial, que representa o desvio do sujeito discriminado que vai ao encontro do objeto de seu temor, refletindo assim, o comportamento do indivíduo que opta pela camuflagem, pela mímica cultural do colonizador.

A questão da identidade do sujeito pós-colonial também é abordada por Albert Memmi, em sua obra *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador* (2007), dividida em duas grandes partes, com suas respectivas subdivisões; a primeira parte chama-se “retrato do colonizador” e a segunda parte “retrato do colonizado”. Ele se dispõe a analisar, de forma didática e simples, as relações existentes entre colonizador e colonizado, nos cenários pré-colonial, colonial e pós-

colonial, e apresenta possíveis acontecimentos, comuns às nações que tiveram uma colonização semelhante.

Ele apresenta três possíveis personagens: o colonizado, o colonizador e o colonial. Os dois primeiros são intuitivos e lógicos, já o último configuraria o europeu que vive na colônia, sem privilégios e em condições de vida equivalentes às dos colonizados. Logo em seguida o autor rebate sua própria afirmação, ao dizer que “o colonial assim definido não existe, pois todos os europeus das colônias são privilegiados” (MEMMI, 2007, p. 44).

Grande parte dos colonizadores não são detentores de grandes latifúndios, não dirigem grandes administrações e, geralmente, aderem de forma ignorante e precipitada aos discursos daqueles que se encaixam nessa categoria; procurando defender seus interesses, acabam defendendo também outros muito maiores, que recaem sobre eles também, de forma exploratória, não apenas sobre o colonizado.

Entretanto, o privilégio é relativo. Mesmo aquele colonizador que não tenha muitas posses já se encontra em uma posição de privilégio, por não ter dificuldades de acesso à justiça, aos serviços da administração, por não ter problemas com a polícia e com as leis, que são elaboradas em seu favor. Todos os exames para empregos, todos os informes e comunicados serão feitos em sua língua, e ele sempre estará em vantagem em relação ao colonizado, que sempre enfrenta esses obstáculos.

Memmi fala, de forma muito objetiva, apresentando seus argumentos decididamente. Logo no início ele afirma ser impossível ao colonizador fingir não constatar a ilegitimidade da colonização. E passa a dialogar, então, de forma a confirmar esse posicionamento, evidenciando os privilégios que o colonizador possui, por estar inserido em um cenário no qual toda a máquina gira em seu benefício.

Memmi argumenta veementemente sobre isso, sobre a “cegueira” e a dificuldade do colonizador em reconhecer seus privilégios, de reconhecer o fato de que a simples característica de estar no papel de colonizador já lhe confere inúmeras vantagens. Outro exemplo que ele apresenta é o dos estrangeiros em condições precárias na colônia. Alguns de seus direitos são assegurados por tratados internacionais, bem como, quando for o caso, de um consulado presente. Apesar de não estarem em situação de tanta superioridade quanto o colonizador, eles também recebem alguns privilégios, que os colocam acima dos colonizados. Memmi considera então que exista uma “pirâmide dos pequenos tiranos: cada um,

socialmente oprimido por alguém mais poderoso que ele, encontra sempre um outro menos poderoso que possa oprimir, fazendo-se assim, por sua vez, tirano” (MEMMI, 2007, p. 50).

Após essa breve explanação acerca dos privilégios cotidianos, que colonizadores e estrangeiros assumem, em detrimento dos colonizados, independente das posições sociais e econômicas que assumam dentro desse contexto, Memmi passa a abordar o que ele chama de “colonizador de boa vontade”, o qual seria o colonizador que, ao desembarcar na colônia, percebe a miséria e a injustiça e se indigna com isso, não concorda com o que vê e não aceita o tratamento desigual e cruel destinado aos colonizados:

Tendo, porém, descoberto, e incapaz de esquecer, o escândalo econômico, político e moral da colonização, não pode mais aceitar transformar-se naquilo em que se transformaram seus compatriotas; decide ficar, prometendo a si mesmo recusar a colonização (MEMMI, 2007, p. 56).

Memmi apresenta, então, a contradição do colonizador de boa vontade, que desfruta de privilégios, da mesma forma que o colonizador pró-colonização. Ele também terá facilidades para resolver suas questões cotidianas, e ao negar a relação de poder ali estabelecida, ele nega sua posição de colonizador e logicamente deveria negar também seus privilégios. Entretanto, isso não acontece, não há o abandono de seus privilégios de tratamento e dos favores da administração.

Tal negação da colonização será constantemente confrontada e combatida pelos compatriotas, que insistem no fim de sua posição contra a colonização. Segundo Memmi, eles acreditam se tratar de uma tolice passageira dos recém-chegados e encaram o romantismo humanitário “como uma doença grave, o pior dos perigos: não é nem mais nem menos que a passagem para o campo do inimigo” (MEMMI, 2007, p. 57).

Memmi alerta para as consequências do anticolonialismo por parte de um colonizador. Ele será visto pelos seus compatriotas como um traidor, por desejar o fim deles, tais como são (colonizadores). As respostas serão violentas e nisso não há incoerência, não será possível levar uma vida tranquila e pacífica, ao se posicionar contra os colonizadores.

A saída seria, então, ir em busca do colonizado, o qual é objeto de defesa, para se tornarem aliados, porém aí está mais um caminho pouco percorrido. Como

diz o autor, “recusar a colonização é uma coisa, adotar o colonizado e por ele se fazer adotar parece ser outra, e elas estão longe de estarem ligadas” (MEMMI, 2007, p. 59). A grande questão é que o colonizador de boa vontade não é um colonizado, não se familiariza com os hábitos dos nativos, não se vê como um deles e nem pretende se tornar um, por isso, não vai em busca dessa adoção.

Memmi vislumbra o cenário do fato colonial, de acordo com o posicionamento político do colonizador de boa vontade. Independente de qual corrente ele mais se identifica, seu objetivo é um: “luta pela libertação do colonizado e pela igualdade entre colonizadores e colonizados” (MEMMI, 2007, p. 63). Ele discute as diferentes posições adotadas pela esquerda quanto ao nacionalismo, ora como algo positivo, ora negativo, e percebe que a esquerda está perdida quanto a isso.

Por ser contra o uso de violência e o emprego do terrorismo, o colonizador de boa vontade de esquerda fica sem reação, ao se deparar com o colonizado fazendo uso destes artifícios. A alternativa mais usual é, então, buscar explicações (não necessariamente justificativas) e acreditar que, depois da libertação dos colonizados tais questões poderão ser resolvidas.

Segundo o autor, paulatinamente, os movimentos de libertação banem a ideologia de esquerda e, então, como militante de tal, o colonizador de boa vontade acaba sendo excluído deles. De acordo com Memmi, o colonizador que abraza a mão de sua nacionalidade, é visto pelos compatriotas como desertor, é visto pelos colonizados como suspeito e qualquer erro é suficiente para que sua aceitação esteja em cheque.

Por isso, Memmi afirma que o colonizador de boa vontade não terá espaço na nova nação, nem na antiga, o que acarreta uma fissura profunda de sua vontade política, relacionada também à sua própria contradição. Enfim, “a única escolha que lhe é permitida não é entre o bem e o mal, ele fica entre o mal e o mal-estar” (MEMMI, 2007, p. 78).

Quanto ao colonizado, Memmi afirma que seu retrato é mítico, construído sobre todo um processo de mitificação, em torno da imagem do nativo colonizado. Segundo ele, a estratégia é estimular um enobrecimento da imagem do colonizador e um rebaixamento da imagem do colonizado, sendo este dotado de uma inacreditável preguiça e baixa produtividade (o que justificaria os salários injustos).

O autor aponta para uma característica importante dessa construção mítica: não se pode acusar todo um povo de preguiça, assim como a acusação não se destina apenas aos trabalhadores braçais, mas também aos médicos, engenheiros e

professores. Isso configura a unanimidade e globalidade da acusação: para que seja instituída uma imagem negativa do colonizado, o colonizador decide que a preguiça é um elemento constitutivo do nativo, em sua essência.

Além do mais, comum dos adjetivos depreciativos atribuídos ao colonizado, o de preguiçoso, vários outros são listados por Memmi, tais como: “maus instintos, ladrão, ligeiramente sádico” (MEMMI, 2007, p. 120). Segundo ele, novamente pensados para justificar as práticas, desta vez policiais, dos colonizadores. O que ele percebe e muitas vezes não se discute, é que existe uma contradição nas características atribuídas ao colonizado, visto como uma mesma pessoa não pode ser dois opostos ao mesmo tempo. Segundo ele, “é inútil buscar essa coerência em outro lugar que não no próprio colonizador” (MEMMI, 2007, p. 121) porque todo esse mito é vantajoso para o projeto colonial.

Para o colonizador, não há importância no que o colonizado realmente é, ocorre, então, uma degradação de todas as suas qualidades, e elementos essenciais, como a humanidade e a liberdade lhes são negados. O exemplo escolhido pelo autor é o da empregada doméstica, que comete um erro e o colonizador afirma não ser possível confiar *nessa gente*. Para ele, a moça não existe como indivíduo e a marcação do plural revela que o colonizador não enxerga o colonizado como ser humano individual.

Memmi finaliza esse raciocínio, apresentando a consequente assimilação, por parte do colonizado, de tais características miticamente atribuídas a ele, e uma contribuição para o retrato do colonizado. Segundo o autor, existe uma certa adesão do colonizado à colonização, como um “resultado da colonização, e não sua causa; ela nasce depois e não antes da ocupação colonial” (MEMMI, 2007, p. 126), pois “o colonizado é obrigado, para viver, a aceitar-se como colonizado” (MEMMI, 2007, p. 127).

Memmi discorre ainda, sobre as possíveis reações do colonizado diante de tal mistificação colonial. Ele compreende que são possíveis duas respostas. Para compreender o fato colonial, é preciso levar em consideração sua instabilidade e a constante ameaça do equilíbrio, tendo em vista que “há, em todo colonizado, uma exigência fundamental de mudança” (MEMMI, 2007, p. 161), em busca de tornar-se diferente ou reconquistar todas as dimensões de sua vida que foram amputadas pela colonização.

A primeira resposta possível do colonizado é a de assimilação. Segundo Memmi, o colonizado tem como ambição primária tornar-se igual ao modelo

prestigioso do colonizador, até que não sejam perceptíveis as diferenças. O fundamento disso é a recusa de si mesmo e o amor pelo outro.

O entrave se encontra, ao constatar que, em nível nacional, a assimilação é impossível, não é exequível todo colonizado aderir aos hábitos e costumes do colonizador, até que toda a nação seja composta por pessoas exatamente similares. Ele acrescenta que “um drama coletivo jamais se esgotará a golpes de soluções individuais” (MEMMI, 2007, p. 167). Além disso, ele constata que é inútil pretender agir sobre os indivíduos sem agir sobre a ligação colonial, uma vez que a única maneira de alteração da condição colonial é por meio da supressão da relação que a estabelece. Segundo ele, na contemporaneidade “assimilação e colonização são contraditórias” (MEMMI, 2007, p. 168).

O autor explica, ainda, que, por mais semelhante que um colonizado possa se tornar de seu colonizador, ele sempre será um dos nativos, nunca deixará de o ser no íntimo e ele tem consciência disso. Sendo assim, a resposta individual e coletiva que poderá trazer frutos é a revolta. Segundo ele, é a única saída para a situação colonial que não se configura ilusória, devido às próprias fatalidades internas da colonização é chamarem à revolta.

A primeira resposta exigia do colonizado um caminho na autorrecusa. Ele abria mão de si mesmo para se assemelhar ao colonizador; já na revolta, o caminho é inverso, trata-se de uma recusa do colonizador, sendo esta o prelúdio indispensável para retomar sua própria identidade.

Memmi apresenta, então, algumas consequências do início da retomada de si mesmo. No estágio pré-revolta, por exemplo, o colonizado passa, então, a recusar o colonizador em bloco, assim como fora feito com ele. Em sua concepção, todo europeu nas colônias será automaticamente um colonizador. O autor chega a afirmar que o colonizado se torna xenófobo e racista, por acusar globalmente um grupo humano de colonizadores, entretanto, justifica que, se, por um lado, “o racismo europeu moderno detesta e despreza mais do que teme, o do colonizado teme e continua a admirar” (MEMMI, 2007, p. 173). Ele argumenta ainda que esperar que um povo, após sofrer com a aniquilação de sua própria identidade “esteja aberto para o mundo, humanista e internacionalista, parece de uma insensatez cômica” (MEMMI, 2007, p. 177).

Dando prosseguimento aos acontecimentos, provenientes de uma recusa do colonizador e da retomada de si mesmo, o autor exemplifica que o colonizado continua a se projetar, tendo por base uma ótica da mistificação colonizadora. Tudo

o que é relativo ao colonizador será negativo e tudo o que pertence ao colonizado é perfeitamente positivado; dessa forma, configura-se uma contramitologia. De acordo com Memmi, em plena revolta, o colonizado continua a pensar, sentir e viver em relação à colonização e ao colonizador, pois ele não deixa de levar em conta o padrão colonial, seja como modelo, seja como antítese.

Memmi afirma não ter pretendido encontrar soluções para a situação colonial, seu intuito foi apenas reproduzir, por completo e, de forma verdadeira, os retratos dos protagonistas e da relação colonial existente entre eles. Ele justifica que, como colonizado, não há uma tendência a recusar a Europa inteira, o que realmente se desejava era um ajuste nas relações, era o reconhecimento dos direitos. O autor afirma ainda que acredita que “encontrar uma nova ordem com a Europa implica repor ordem em si mesmo” (MEMMI, 2007, p. 185).

O autor constata, então, que tal ajuste nunca ocorreu e nem poderia, porque era impossível. Segundo ele, não há como ajustar a situação colonial e conseqüentemente, não existem meios para que ela perdure; a explicação lógica para tal constatação é apresentada, em seguida: o papel de colonizador se configura como uma doença do europeu, da qual ele “deve se curar e preservar por completo” (MEMMI, 2007, p. 185), uma vez que ao aceitar a injustiça colonial, ele apodrece e, ao recusá-la, ocorre uma negativa de si mesmo.

Para ele, o fim da colonização é uma certeza em qualquer dos cenários imagináveis; por exemplo, a assimilação levaria a uma confusão entre colonizados e colonizadores, já que todos seriam semelhantes, o que levaria ao fim dos privilégios e, em seguida, da própria relação colonial. Ele define a colonização como uma exploração econômica e política, em um cenário de extermínio dos colonizados. A colônia se tornaria um país comum e não haveria a quem explorar. Logicamente, com o fim do colonizado, finaliza-se a relação colonial e também o colonizador, assim, “ou a situação colonial subsiste e seus efeitos continuam, ou então ela desaparece e a relação colonial e o colonizador desaparecem com ela” (MEMMI, 2007, p. 186).

Memmi argumenta, também, que a recusa do colonizado só pode ser absoluta, ou seja, não apenas uma revolta, mas, sim, uma revolução. Nota-se que a colonização mata física e espiritualmente todo um povo colonizado, então, a recusa deveria se dar da maneira mais radical possível. Ele acrescenta, ainda, que, posteriormente ao momento de revolta/revolução, o colonizado deve parar de se definir por meio das categorias colonizadoras. Por fim, “se deixar de ser esse ser

oprimido e cheio de carência, externas e internas, deixará de ser um colonizado, tornando-se *Outro*” (MEMMI, 2007, p. 190). Essa, no entanto, é uma proposta radicada no terreno do ideal, que não é passível de implementação prática.

2.3 ESPAÇO DIASPÓRICO E LITERATURA

Na literatura, o espaço é elemento fundamental nas narrativas, e, principalmente, nas que apresentam personagens em situação de diáspora, como é o caso das literaturas pós-coloniais, que têm como característica a recorrência de personagens em situação de diáspora e de deslocamentos.

Por isso, na atualidade, o espaço físico, principalmente o urbano, pode ser considerado como espaço de segregação e exclusão de um grande número de pessoas. Tal segregação tem como critérios raça e classe.

No âmbito literário compreende-se que o espaço é elemento fundamental para a criação de uma narrativa, visto que está presente, sempre, e junto com o tempo e o enredo compõe uma obra literária. Seria de grande dificuldade narrar uma história, literária ou não, sem descrever o tempo e o espaço em que ela tenha ocorrido, pois estes são elementos essenciais para situar o leitor.

Por isso, faz-se importante a apresentação de algumas abordagens do espaço, e do espaço na literatura e na literatura diaspórica, para que assim seja possível esclarecer o papel e a importância dos espaços literários, pois conforme Michel Foucault

Não vivemos em um espaço neutro e branco; não vivemos, não morremos e não amamos no retângulo de uma folha de papel. Vivemos, morremos e amamos em um espaço esquadrado, recortado, multicor, com zonas claras e sombras, diferenças de níveis, degraus, cavidades, protuberâncias, regiões duras e outras quebradiças, penetráveis, porosas. (FOUCAULT, 2009, p. 23-24).

Por isso, na literatura a apresentação do espaço é relevante, pois segundo Franco Moretti, “a geografia não é um recipiente inerte, não é uma caixa onde a história cultural 'ocorre', mas uma força ativa, que impregna o campo literário e o conforma em profundidade” (2003, p. 13), ou seja, o espaço é incorporado às obras literárias e as completa, podendo ser um indicador de características das personagens, por situá-las em seus contextos de vivência, de forma que suas ações sejam previsíveis graças ao espaço em que estão inseridas. Geralmente “esses espaços são fixos da personagem, são espaços em que elas moram ou frequentam com grande assiduidade” (BORGES FILHO, 2007, p. 35).

Quanto à influência dos espaços nas ações das personagens e na narrativa, Borges Filho afirma que, tanto o espaço pode influenciar as ações das personagens, quanto as personagens podem alterar o espaço. Sendo assim, ele pode influenciar ou não as ações das personagens, pois “diferentes espaços engendram diferentes atitudes” e que em outras situações “não é o espaço que influencia a personagem, mas o contrário: a personagem transforma o espaço em que vive, transmitindo-lhe suas características ou não” (BORGES FILHO, 2007, p. 39).

Neste sentido, Alberto Brandão afirma que as representações espaciais “variam de acordo com a relação que cada época e cultura possui com o espaço, relação que abraça possibilidades de percepção e uso, definidas por intermédio de condicionantes econômicos, sociais e políticos” (BRANDÃO, 2005, p. 1). Embora não seja a perspectiva que guiará esta análise podemos perceber que tal abordagem é vasta e engloba a visão de outras áreas do conhecimento sobre espaço. A representação do espaço apresenta variações segundo as percepções do período em que está inserida. Deste modo, devemos observar que a literatura reflete os condicionantes citados por Brandão, para assim, partirmos para a análise do elemento intrínseco à literatura, a saber, o espaço.

O espaço, segundo Brandão, era tratado “apenas como categoria identificável em obras”, mas, a partir do Estruturalismo, da teoria da recepção e dos Estudos Culturais, desenvolvidos entre as décadas de 60/70 do século passado, o espaço passa, então, a ser tratado como “sistema interpretativo, modelo de leitura, orientação epistemológica” (Ibidem, p. 120), e percebido como próprio à linguagem, sendo pensado como sistema de organização e de significação.

A partir dessa perspectiva, o espaço passa a ser investigado de forma abrangente e considera as “relações entre real, fictício e imaginário” (BRANDÃO, 2005, p. 127). Com a ampliação do campo de investigação sobre o espaço, Brandão afirma que

deve-se pensar também na existência de um **discurso espacial**, conjunto de produtos, com graus variados de formalização – incluindo-se aí, sem dúvida, a própria Literatura, mas também os discursos científicos e filosóficos – no qual se concretiza, além de um sistema conceitual e operacional, um quadro de referências simbólicas e um conjunto de valores de natureza cultural a que genericamente se denomina **imaginário espacial** (2005, p. 127).

Então, considera-se o espaço como linguagem, a partir do entendimento da existência da espacialidade dela, pois Brandão afirma que “a linguagem é espacial porque é composta de signos que possuem materialidade” (2007, p. 212).

O espaço pode influenciar as experiências das pessoas e, conseqüentemente seus modos de vida, assim, essas influências refletirão em suas memórias e culturas. No entanto, para Aleida Assmann, os locais vão além disso, pois eles podem tornar-se sujeitos, portadores da recordação e possivelmente dotados de uma memória que ultrapassa amplamente a memória dos seres humanos (2011, p. 317). E esses locais passam de locais geográficos a locais da recordação e tais locais, segundo Assmann:

são fragmentos irrompidos da explosão de circunstâncias de vida perdidas ou destruídas. Pois, mesmo com o abandono e a destruição de um local sua história ainda não acabou; eles retêm objetos materiais remanescentes que se tornam elementos de narrativas e, com isso, pontos de referência para uma nova memória cultural (2011, p. 328).

Por isso, o espaço literário não deve ser entendido como pano de fundo para o desenrolar de uma narrativa, mas deve ser considerado como elemento composicional da obra, pois, segundo Assmann, “o local específico não se torna relevante apenas enquanto cenário do que acontece, mas ganha também um novo significado enquanto cenário do conceber literário, do escrever e da leitura (2011, p. 342).

Ao discutir memória e história, Paul Ricoeur (2007), levanta a discussão entre o que é memória e o que é imaginação, e questiona quando a reprodução é reprodução do passado, pois ele afirma que a partir dessa questão é que podemos diferenciar imaginação e memória, e com base nessas questões, ele afirma que as lembranças não são individuais, elas são de todo o meio ao qual o indivíduo está inserido, pois

Não nos lembramos somente de nós, vendo, experimentando, aprendendo, mas das situações do mundo, nas quais vimos, experimentamos, aprendemos. Tais situações implicam o próprio corpo e o corpo dos outros, o espaço onde se viveu, enfim, o horizonte do mundo e dos mundos, sob o qual alguma coisa aconteceu (RICOUER, 2007, p. 53).

Neste sentido, podemos afirmar que o espaço constitui as experiências vivenciadas, tornando os lugares memoráveis, que, segundo Ricoeur (2007), são lugares notáveis, importantes, que ficam gravados na memória, como os locais

históricos ou locais de grande importância pelas vivências. O lar, segundo ele, “constitui a mais forte ligação humana entre a data e o lugar. Os lugares habitados são, por excelência, memoráveis” (2007, p. 59).

Ao se destacarem os espaços como elementos constitutivos da literatura faz-se necessário elencar as questões diaspóricas, pois, se o espaço constitui a literatura, a diáspora se apresenta nela intimamente ligada ao espaço. Isso permite analisá-la como “um tropo discursivo que teoriza a própria noção de espaço e que nos permite abordar várias questões pertinentes na contemporaneidade, tais como noção de lar e pátria, as identidades e subjetividades contemporâneas” (ALMEIDA, 2015, p. 52) dentre outras que permeiam o indivíduo em tal condição.

A observação do espaço em uma narrativa pós-colonial ou diaspórica revela muito sobre a vivência dos indivíduos em situação de diáspora, pois os espaços destinados aos imigrantes da atualidade podem ser comparados aos existentes nas colônias.

Embora os indivíduos em diáspora estejam no país do colonizador (ou em algum país que participou do processo colonizador, embora não seja diretamente a metrópole que teve ligação direta com o país de origem do indivíduo – caso de Ifemelu, que parte para os Estados Unidos, não para a Inglaterra, que colonizou a Nigéria.) Entretanto, o fenômeno do imperialismo permite a interpretação de que a ida para outro grande centro é parte do mesmo processo de pós-colonialidade.

Os espaços destinados aos imigrantes, nos centros neocoloniais, continuam sendo os heterotopos, pois o que se observa, segundo Fanon, é que “este mundo dividido em compartimentos, este mundo cindido em dois, é habitado por espécies diferentes, um mundo polarizado, onde de um lado há abundância e no outro escassez”. A seguir, afirma

A cidade do colono é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada onde os caixotes regurgitam de sobras desconhecidas, jamais vistas, nem mesmo sonhadas. (...) A cidade do colono é uma cidade saciada, indolente, cujo ventre está permanentemente repleto de boas coisas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros. (...) A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a *médina*,* a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. (...) É uma cidade de negros, uma cidade de árabes. (FANON, 1968, p. 28-29).

Esta segregação espacial que ocorre nos países que eram colonizados se repete nas metrópoles de hoje, em que os espaços das cidades são organizados segundo raça, classe e, ainda, aos imigrantes que estão na intersecção desses dois grupos.

Para os fins dessa dissertação, será adotado o conceito de pos-colonialidade que contempla a hibridação, uma vez que é impossível apagar os efeitos do processo de colonização e retornar a um passado pré-colonial. A experiência da colonização é indelével e faz parte, inclusive, da fragmentação identitária dos sujeitos que passaram por ela. Assim, nos alinhamos com o grupo dos Novos Críticos. Até mesmo por que Ifemelu, a protagonista do romance, passa por sucessivas experiências colonizadoras e procura uma identidade que seja minimamente manejável, na qual posso se constituir como sujeito e ter algum controle sobre sua vida e sua visão de mundo. Ela não teria a possibilidade de apagar as experiências derivadas da vivência em um país que foi colônia da Inglaterra, bem como a de ser estrangeira nos Estados Unidos.

3. AMERICANAH E A IDENTIDADE FEMININA

3.1 ESTUDANDO AMERICANAH

Chimamanda Ngozi Adichie é uma romancista contemporânea nascida na Nigéria, que escreve em língua inglesa e tem se destacado no cenário internacional. Ainda na escola, com o pseudônimo “Amanda N. Adichie”, conseguiu publicar uma coletânea de poemas intitulada *Decisions* [Decisões], em 1997, e uma peça teatral com o título de *For Love of Biafra* [Por amor a Biafra], em 1998.

Em sua palestra, *The Danger of a Single Story*⁷⁰ (em português *O perigo de uma única história*), apresentada em julho de 2009, Chimamanda Adichie fala sobre sua experiência com a literatura e da influência dela em sua vida e, principalmente, da mudança que a literatura trouxe para sua perspectiva de si e do mundo, ainda na infância. Por isso, ela faz uma alerta quanto aos perigos de uma história única, baseada em estereótipos, que são produzidas e espalhadas pelo mundo sobre a África ou qualquer outro país.

Chimamanda Adichie já publicou seis obras, todas traduzidas para o português brasileiro. São elas: *Purple Hibiscus* [Hibisco roxo] de 2003, indicado ao

⁷⁰ Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br.

prêmio Orange Prize na categoria Ficção, em 2004 e vencedor do prêmio Commonwealth Writers, na categoria melhor primeiro livro, em 2005; *Half of a Yellow Sun* [Meio sol amarelo] vencedor do prêmio Orange Prize na categoria ficção, em 2007; *The Thing Around Your Neck* [No seu pescoço] (2009), uma coletânea de contos; *Americanah* (2013), que figurou na lista dos dez melhores livros no jornal *New York Times* nos Estados Unidos; sua quinta obra, *We Should All Be Feminists* [Sejamos todos feministas], foi lançada, em 2014, a partir de seu discurso em 2012 na conferência TEDxEuston, que teve mais de três milhões de acessos no canal do youtube; ⁷¹ *A Feminist Manifesto in Fifteen Suggestions* [Para educar crianças feministas], sua última obra, foi publicada em 2017.

Com o seu crescente sucesso de vendas e de leitores também tem crescido o número de pesquisas científicas sobre suas obras, sob as mais diversas perspectivas e sobre temas variados, como imigração, questões de gênero, violência, diáspora. No entanto, a maioria delas acaba confluindo para o tema raça, sob a perspectiva do racismo e da discriminação sofrida pelos negros na América, sejam eles afro-americanos ou africanos.

Chikaoha Justice Agoha, em sua pesquisa, *Narrando o racismo: um estudo comparativo de Coração das Trevas de Joseph Conrad e Americanah de Chimamanda Ngozi Adichie*, ⁷² apresenta um exame minucioso das manifestações de racismo nas obras *Coração das Trevas* (1902), de Joseph Conrad e *Americanah* (2014) de Chimamanda Ngozi Adichie. Agoha discute o racismo e apresenta suas definições e as funções de tais definições sob várias perspectivas e na visão de diversos teóricos.

Agoha considera em seu trabalho tanto as maneiras óbvias quanto as sutis, pelas quais o racismo continua a definir e prefigurar indiscernivelmente quase todas as facetas dos compromissos da Euro-América com o homem negro e, particularmente, como a voz narrativa protege o racismo em *Coração das trevas* e impede um relato justo dos nativos na obra. À medida que o trabalho avança, testemunha-se uma clara evidência para afirmar que as crenças estereotipadas sobre o negro ainda prevalecem no Ocidente e que parece haver um esforço deliberado para assegurar que esses estereótipos alcancem o status de verdade e aceitabilidade social.

⁷¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hg3umXU_qWc>

⁷² AGOHA. Chikaoha Justice. Narrating Racism: A Comparative Study of Joseph Conrad's Heart of Darkness and Chimamanda Adichie's Americanah. Dissertação (Dissertação em arte) – Nsukka, 2014.

De modo específico Agoha define o racismo, a partir da supremacia da ideologia da superioridade, em que práticas, visões e ações refletem a crença de que a humanidade está dividida em grupos biológicos chamados “raças” e que os membros de uma raça determinada compartilham atributos que tornam o grupo menos desejável, mais desejável, inferior ou superior.

Agoha afirma que mesmo ele já existindo há muito tempo, ele e o colonialismo estão intrinsecamente ligados, e que o racismo é a ferramenta de manutenção do imperialismo. A partir de uma visão eurocêntrica e construída sobre a ideologia errônea do Ocidente de que os brancos constituem uma raça superior aos africanos, em todas as dimensões, o colonialismo garantiu a dominação da África por administradores europeus brancos. A conclusão é que o racismo não só sobreviveu a todas as transformações ocorridas, como ele continua ainda mais forte.

Assim, obras de Conrad e Adichie são analisadas, por Agoha, pela perspectiva do racismo, a partir das teorias pós-coloniais, explorando como a ideologia colonial se manifesta, na forma de racismo, nas narrativas. O texto também averigua como os sentimentos de superioridade racial continuam a habitar as mentes do Ocidente e se manifestam, muitas vezes, de maneira tênue.

Em *Coração das Trevas*, de Conrad, Agoha aponta as escolhas lexicais do autor para descrever, de forma polarizada, os ambientes, ações e fatos europeus e africanos, como na descrição feita dos rios Tâmis e Congo. Enquanto o Tâmis é calmo e perene, o Congo é selvagem e perigoso. Também na descrição da comida, Agoha destaca a intencionalidade por trás do adjetivo que caracteriza a cor da comida como de “lavanda suja”, deixando claro, ao longo da narrativa, que a Europa e suas paisagens são belas e saudáveis enquanto a África é feia, suja e bizarra.

Segundo Agoha, *Americanah* traz “um exame cuidadoso do que significa verdadeiramente ser negro no ocidente do século XXI” (2014, p. 64, tradução nossa)⁷³ e de como os africanos são todos vistos sob a mesma ótica, de como eles todos são considerados iguais, independentemente de sua origem, de sua classe, de sua etnia e de sua formação acadêmica.

Desta forma, a análise comparativa de *Coração das Trevas* e *Americanah* destaca que as duas obras demonstram como o preconceito racial se manifesta, de maneiras muitas vezes aceitas como certas, e apresentam o racismo vivenciado pelas pessoas negras, seja na América, seja na Europa. No entanto, o mesmo tema apresenta abordagens diferentes. Enquanto no *Coração das trevas* o racismo é

⁷³ ... careful examination of what it means truly to be Black in the West of the twenty-first century

explícito e objetivo, apresentando o Outro como selvagem e brutal, em *Americanah* muitas vezes, ele aparece de forma sutil e disfarçada, pela voz narrativa e pela personagem protagonista, em forma de denúncia, demonstrando que ele não acabou.

O artigo de Niyi Akingbe e Emmanuel Adeniyi, intitulado *Reconfigurando os outros: negociando identidades em Americanah de Chimamanda Ngozi Adichie*⁷⁴ apresenta Adichie como uma autora transcultural, ou seja, autores móveis que vivenciaram eles mesmos a experiência de migração e diáspora. Afirma que Adichie cria uma ligação entre o passado e o presente da Nigéria, por meio de suas obras e que sua posição de autora transcultural impulsiona as relações interculturais globais em *Americanah*. Discorre, ainda, sobre a estruturação da obra, em torno de várias questões interseccionais, inclusive, em torno da reconstrução e negociação de identidades das personagens em situação de migração.

Akingbe e Adeniyi salientam a destreza narrativa de Adichie, em *Americanah*, ao tratar, principalmente, de questões de raça e afirmam que já é possível inferir, em um contexto geral de suas obras, que *Americanah* poderia ser a *magnum opus* de Adichie, “no sentido de que as questões raciais abrangentes levantadas no enredo do romance estão em conformidade com sua destreza narrativa que o coloca dentro da exegese transcultural adotada” (2017, p. 43, tradução nossa).⁷⁵ Portanto, o artigo tem por objetivo interrogar a dialética dos conflitos culturais entre as diferentes civilizações do mundo e exige uma ordem mundial melhor estruturada pela mentalidade “meliorista”.

O artigo busca também definir e diferenciar os termos transculturalismo e multiculturalismo. Define transculturalismo como uma ideologia sociocultural que busca a confluência das culturas, com vistas a suavizar as relações e engendrar o que Katarina Hinnerova (2007) apresenta como “o processo de diálogo” e criar uma “cidadania cosmopolita”. Traz também a definição de cidadão cosmopolita de Anthony Appiah (2005) como sendo qualquer pessoa que “frequentemente pensa que o mundo é uma cidade compartilhada, capaz de criar o paradoxo autoconsciente da aldeia global.”

O artigo traz a definição de cosmopolita de Cuccioleta (2002) como um “processo de reconhecer-se no outro... e que a cidadania é independente de

⁷⁴ AKINGBE, Niyi. ADENIYI, Emmanuel. ‘Reconfiguring Others’: Negotiating identity in Chimamanda Ngozi Adichie’s *Americanah*. *Rupkatha Journal on Interdisciplinary Studies in Humanities*, Vol. IX, No. 4, 2017.

⁷⁵ ... in the sense that the overarching racial issues raised in the plot of the novel is in conformity with its narrative dexterity which places it within the transcultural exegesis.

estruturas e instituições políticas”. Apresenta também o conceito cunhado por Fernando Ortiz (1940) de que a identidade “não é estritamente unidimensional [o eu], mas agora é definida e, mais importante, reconhecida no relacionamento com o outro”. ⁷⁶ Em outras palavras, “a identidade de uma pessoa não é singular, mas múltipla”.

O artigo revela, ainda, a reconfiguração de outro Outro, apontando níveis de subalternidade entre os próprios indivíduos que passam por situações de preconceito e racismo, como afro-americanos que menosprezam os africanos ou como os próprios africanos fazendo comentários racistas sobre outros africanos que também estão nos Estados Unidos, por serem de países diferentes dos seus e carregarem estereótipos em sua origem, criando, assim, um outro Outro.

O artigo de Chinenye Amonyeze, *Escrevendo uma nova reputação: Liminaridade e identidade bicultural em Americanah de Chimamanda Adichie*, ⁷⁷ examina as personagens de Adichie como modelos positivos de imigração nigeriana, que respondem a estereótipos raciais negativos. Analisa o romance também como uma ficção de gestão de reputação que cria direitos de imagem de imigrantes e minorias, em um modelo humanista, que gera um pacto social de respeito e compreensão mútua, enfatizando a correção bicultural dos exílios econômicos, e afirmando um novo espaço cultural para os africanos.

Ao discutir as políticas de imigração americana, ela alega que discriminação não é um evento passado nos Estados Unidos, e, sim, um assunto atual que exige novas perspectivas e atitudes sociais, pois ser americano significa ser branco, e não asiático, negro ou latino. Com a aprovação da lei de imigração e nacionalidade, em 1965, a atitude do público, em geral, mudou, e a população americana começou a enxergar os imigrantes, segundo Kofas (2016), como uma ameaça à América, do modo de vida e valores americanos.

A partir dessas observações, ela discute em seu artigo questões como raça, imigração e construção da imagem dos negros como subumanos. Segundo Amonyeze, *Americanah* é uma análise perspicaz de raça e identidade nas sociedades contemporâneas, é uma narrativa insurrecional que desafia a percepção negativa do imigrante africano e interroga as normas ocidentais de assimilação cultural, construções metafísicas do eu, temporalidade e história.

⁷⁶ ... is not strictly one dimensional [the self] but is now defined and more importantly recognized in rapport with the other.

⁷⁷ AMONYEZE, Chinenye. *Writing a New Reputation: Liminality and Bicultural Identity in Chimamanda Adichie's Americanah*. Journal of Black Studies. April-June 2017.

Dessa forma, Amonyze afirma que *Americanah* humaniza a história do imigrante indocumentado (que recorre à criminalidade, como o roubo de identidade) e simpatiza com sua frustração econômica, destacando a possibilidade de que pessoas marginalizadas possam desafiar a narrativa mestra racista e escrever sua própria história de sucesso.

No artigo intitulado *Jornada e Retorno: Visitando a descrença e a alteridade em Americanah de Adichie*,⁷⁸ Soheila Arabian apresenta os elementos constitutivos do fenômeno da diáspora e faz a correlação da teoria filosófica com os exemplos em *Americanah*. Arabian analisa vários aspectos da obra, tais como deslocamento na diáspora, o senso de pertencimento desenvolvido pelos indivíduos inseridos no contexto de diáspora e a alteridade, que se relaciona profundamente com o sentimento de pertencimento.

O deslocamento é o primeiro aspecto da diáspora examinado por Soheila que apresenta o pensamento de William Safran de que o deslocamento se dá entre grupos e por razões involuntárias, em contraste com estudiosos, como Khachig Tölölyan e James Clifford, que entendem que a diáspora se estende também aos indivíduos isoladamente e pode se dar por razões voluntárias.

O segundo aspecto abordado é o do senso de pertencimento desenvolvido pelos indivíduos inseridos no contexto de diáspora. Algumas teorias apontam para o não desenvolvimento do sentimento de pertencimento na terra de acolhimento; por outro lado, há teorias que indicam a relatividade e complexidade da noção de lar e a possibilidade de adaptação do migrante, gerando o senso de pertencimento.

A alteridade aparece como o terceiro aspecto e se relaciona profundamente com o sentimento de pertencimento. Soheila aponta o fato de que, apesar de vivermos em um período pós-colonial, as heranças da colonialidade ainda afetam as relações interpessoais dos ex-colonizadores com os ex-colonizados. A discriminação sofrida nos novos países influencia no desenvolvimento do senso de pertencimento, pois o indivíduo se sente isolado e desconectado de uma realidade que não lhe pertence.

No artigo *Procurando por si mesmo na encruzilhada do mundo cosmopolita: determinando a importância das raízes para aqueles que viajam pelas diversidades em Americanah de Chimamanda Ngozie Adichie*,⁷⁹ Patrycja Austin disserta sobre a

⁷⁸ ARABIAN, Soheila. *Journey and Return: Visiting Unbelonging and Otherness in Adichie's Americanah*. *Jurnal UMP Social Sciences and Technology Management*. Vol. 3, Issue. 3, 2015.

⁷⁹ AUSTIN, Patrycja. *Searching for One's Self at the Crossroads of the Cosmopolitan World: Determining the Importance of Roots for Those Who Travel through Diversities in Chimamanda Ngozie Adichie's Americanah*. *Ostrava Journal of English Philology*. Vol. 7, nº 01, 2015.

procura de si mesmo, no mundo cosmopolita, e busca salientar a importância das raízes para essas pessoas tidas, hoje, como cidadãos do mundo e chamadas de cosmopolitas. Deste modo, ela apresenta a importância da literatura que aborda temas como imigração após a descolonização e a globalização. Tais estudos e obras literárias buscam compreender as consequências psicológicas e culturais nessas pessoas, por isso, ela busca definir o termo cosmopolita no contexto de exílio voluntário percebido em *Americanah*.

Austin constata que *Americanah* está na estrutura de uma narrativa catabática, em que a personagem ser humano vivo experimenta uma descida ao inferno, onde ela vivencia a hostilidade do submundo, reage e se defende, como uma jornada em busca de sua individualidade. Outro estágio de uma narrativa catabática é o ponto-zero, ponto de onde a personagem começa sua ascensão do submundo, retornando ao nosso mundo, alterada pela experiência provida por sua jornada. Austin considera a jornada de Ifemelu, nos Estados Unidos, como catabática, pois ela passa por esse processo cíclico onde os Estados Unidos é o inferno e sua volta a Lagos, modificada pela experiência, como sua ascensão.

A pesquisa *Representação da experiência de imigrantes africanos no Ocidente: um estudo de caso em Americanah de Chimamanda Ngozi Adichie*,⁸⁰ de Koskei Margaret Chepkorir, analisa os desafios enfrentados pelas mulheres imigrantes africanas, e também compara e contrasta a experiência masculina e feminina dos imigrantes africanos, no Ocidente, a partir da obra *Americanah* de Chimamanda Ngozi Adichie, por representar muito bem estas situações. Analisa ainda as interseccionalidades de raça, classe e gênero, notando que esses aspectos são também desafios para as mulheres negras no Ocidente.

O ensaio *Se você não gosta da história deles, escreva a sua: Americanah de Chimamanda Adichie e a nova literatura pós-colonial*,⁸¹ de Liliane do Espírito Santo, examina a evolução da literatura pós-colonial e situa *Americanah*, em seu contexto contemporâneo. O artigo discute as questões inerentes às sociedades pós-coloniais e multiculturais apresentadas no romance como imigração, linguagem, gênero, raça, bem como literatura e examina as maneiras pelas quais a escolha de uma protagonista feminina nigeriana aprofunda a discussão sobre o empoderamento

⁸⁰ CHEPKORIR, Koskei Margaret. *Representation of female african immigrant experience in the west: a case study of Chimamanda Adichie's Americanah*. 2014. Dissertação (dissertação em Literatura e arte) University of Nairobi, 2014.

⁸¹ ESPIRITO SANTO. Liliane do. *If You Don't Like Their Story, Write Your Own: Chimamanda Adichie's Americanah and the New Postcolonial Literature*. 2016. Tese Islândia. disponível em <http://hdl.handle.net/1946/24328>. Acesso em 17 de março de 2018.

feminino e a igualdade social. A influência das representações literárias do Oriente, como observadas no romance, é analisada.

Espírito Santo analisa a mudança da literatura africana contemporânea tendo como base a teoria pós-colonial baseada em Edward Said, Chinua Achebe, Homi Bhabha e Frantz Fanon. A teoria pós-colonial tenta revisar representações históricas de antigas colônias para entender sua situação atual e, possivelmente, desenvolver sua própria identidade cultural. A crítica pós-colonial tenta desconstruir a visão europeia das nações pós-coloniais, com a intenção de expor seu preconceito.

Dentre as questões transculturais apresentadas na obra, temos como eixo das discussões a questão do racismo enfrentado por algumas personagens – como Ifemelu, Obinze, Tia Uju e seu filho Dike – no Ocidente, pois ele é a principal causa de diversas outras dificuldades pelas quais eles passam, como a dificuldade financeira, uma vez que as pessoas não os contratam, não os tratam com respeito e chegam a tratá-los como subumanos por preconceito e discriminação.

Idowu-Faith, em sua pesquisa *Ficcionalizando a teoria, teorizando ficção: A estilística da migração de retorno em Americanah de Chimamanda Adichie*⁸² considera os temas principais de *Americanah* como um ponto de fusão para a discussão de questões, como raça, cor da pele e identidade, amor, romance, política do cabelo, tudo isso no caldeirão da migração moderna. Ele expõe que a obra pode ser considerada uma “declaração literária válida sobre migração e deslocamento” (2018, p. 24, tradução nossa).⁸³

Idowu-Faith afirma que Adichie amplia as fronteiras das teorias da migração, a partir de uma intervenção literária que retrata migração voluntária do migrante, que já está em situação de deportação e se recusa a tentar ficar legalmente, por meio de processos judiciais. Tal situação é representada no personagem Obinze, que se vê na iminência de deportação e decide, por seu senso de dever pessoal e dignidade, mudar sua situação de imigrante removido para uma situação de retorno voluntário. No entanto, no contexto do romance, Obinze faz tudo o que está a seu alcance – inclusive se submeter a um casamento de fachada, pelo qual precisa pagar, para permanecer no país – e sua permanência só não se concretiza por intervenção da polícia de imigração, que inclusive o leva preso. Sua volta portanto está longe de ser voluntária.

⁸² IDOWU-FAITH, Bimbola Oluwafunlola. *Fictionalizing theory, theorizing fiction: The stylistics of return migration in Chimamanda Adichie's Americanah*. Issue 7 – June 2014. Ìrìnkèrindò: A Journal of African Migration, p 23-46. disponível em: www.africanmigration.com. Acesso em: 24 de mar. 2018.

⁸³ ... as a valid literary statement on migration and dislocation.

Patrycja Koziel, no ensaio *Estratégia Narrativa de Chimamanda Ngozi Adichie no romance Americanah: a Manifestação da identidade do Migrante*,⁸⁴ analisa as inserções de expressões em Igbo, na obra, e busca afirmar que tais inserções configuram um desejo de busca por uma identidade migrante. Koziel discute que a estratégia narrativa de Adichie, incluindo certo contexto Igbo, como base de reconhecimento, poderia ser interpretada como o método de manifestação de diferentes auto-identificações, identidades globais e um sentido dinâmico de pertença, de uma perspectiva de escritora nigeriana que vive nos Estados Unidos.

Koziel afirma ainda que Adichie habilmente retrata o homem negro e personagens femininas, de uma forma realista, a fim de tornar os leitores capazes de identificar-se com eles e alternar entre as perspectivas das personagens, dando-lhes voz para iterar suas opiniões, também em língua Igbo, pois *Americanah* foi entrelaçado com frases e sentenças em Igbo, que poderiam ser decodificadas pelos leitores ocidentais e não-Igbo, através do uso do contexto lexical geral, ou, simplesmente, com um dicionário.

A língua igbo – um dos importantes marcadores de identidade – é incorporada ao romance como estratégia narrativa de etnização e pode ser apropriadamente subjetiva. Koziel sugere também que o uso da língua Igbo por Adichie retrata a sua história, explicando o quadro teórico da identidade étnica dos migrantes nigerianos, e, essencialmente, o que tem sido chamado por A. Constant, L. Gataullina e L. Zimmermann – o etnosserizante, que indica a força da associação com uma ou ambas as culturas de origem, como a nova cultura hospedeira pelos indivíduos.

Yugita Goyal, em seu ensaio de introdução à edição especial do ano de 2014 da revista *Pesquisa em Literaturas Africanas*,⁸⁵ apresenta os ensaios que compõem a revista e discute a temática do Atlântico negro que se dá em torno da obra *O Atlântico Negro*, de Paul Gilroy, por ser uma obra inovadora para o período em que foi publicada e contribuir com as bases dos estudos pós-coloniais, sob a perspectiva do legado da escravidão.

Gilroy delineou a diáspora, a partir de uma importante meditação teórica sobre o legado da escravidão, bem como a relação dos negros com o Ocidente moderno e suas tradições de pensamento, principalmente quando se considera o africano como o Outro, em relação à razão, iluminação e modernidade.

⁸⁴ Koziel, Patrycja. *Narrative Strategy in Chimamanda Ngozi Adichie's Novel "Americanah": the Manifestation of Migrant Identity*. 2015. Studies of the Department of African Languages and Cultures, No 49. University of Warsaw.

⁸⁵ GOYAL, Yogita. *Africa and the black atlantic*. Research in African Literatures, Volume 45, Number 3, 2014, pp. v-xxv. Indiana University Press

Goyal apresenta a crítica recente de Stephen Best, que inaugura uma importante autocrítica dessa lógica, instando-nos a afastar-nos do historicismo melancólico, simbolizado por *Beloved* de Morrison e o *Atlântico Negro* de Gilroy. Para Best, ambos os textos fundamentais representam o pensamento contemporâneo sobre história e recuperação.

Nesse contexto, Goyal dedica uma grande parte de seu ensaio à *Americanah*, por ser, segundo ela, uma obra que inaugura uma nova literatura africana, que não tem como base a diáspora da escravidão e expõe, de uma maneira diferente a Nigéria. O romance se insere no cenário literário como um novo tipo de romance negro, uma exploração da negritude que não destaca ferimentos ou traumas, mas se concentra no amor romântico, nos cabelos e na nostalgia.

Goyal discute vários aspectos relevantes da obra, desde a questão da raça que é “negada” nos Estados Unidos, mas é a medida das relações sociais, até o processo de produção de escrita e de leitura: como nos relacionamentos amorosos da protagonista Ifemelu, que, em cada companheiro, encontra gostos e modos de ler diferentes; no diálogo que ela tem com uma mulher, no salão de beleza, sobre como ela interpreta clássicos da literatura nigeriana, a partir de seu ponto de vista e, principalmente, na inserção de trechos de um blog escrito por Ifemelu, com postagens didáticas e bem-humoradas no ritmo da internet. Suas postagens aparecem no romance, evidenciando as observações de Ifemelu sobre a sociedade americana, funcionando como um motor para a indignação da personagem e, segundo Goyal, como “um manual de como pensar em racismo” (2014, p. XIV, tradução nossa).⁸⁶

No contexto brasileiro, Adichie já tem grande repercussão entre leitores, mas pouca, na pesquisa científica. Uma breve pesquisa no banco de teses da CAPES, do IBICT e nos bancos de dados do CNPq, entre os anos de 2013 a 2018, reportou poucos resultados. A pesquisa com o nome da autora reporta vinte e sete dissertações e seis teses, sobre as obras da autora, como *Hibisco Roxo* (2003), *Meio sol amarelo* (2006), *No seu pescoço* (2012) e *Americanah* (2014). Há também o livro *A literatura movente de Chimamanda Adichie* (2019), publicado pela editora da UnB e de autoria de Cláudio Roberto Vieira Braga.

Já a pesquisa somente para a obra *Americanah* reporta oito dissertações e duas teses. Em ambos os casos, as pesquisas abordam temas como raça, gênero, classe, feminismo, imigração, identidade e outras, em comparação com obras de

⁸⁶ Manual for how to think about racism

outros autores como Chinua Achebe ou Paulina Chiziane, a maior parte delas tendo como base as teorias literárias pós-coloniais e/ou feministas, bem como outras que somente usam as obras de Adichie para pesquisas, em áreas diversas, como ensino/ensino de línguas.

Como já citado, as pesquisas, envolvendo especificamente a obra *Americanah* giram em torno de temas como racismo, identidade, imigração, raça, classe e gênero/feminismo. Pesquisas como as de Thibes (2018), Cavalcante (2017), Souza (2017), Araújo (2017), Alves (2018) e Coswosk (2017) abordam essas temáticas de forma variada a partir de uma leitura crítica. Grande parte dessas pesquisas apresenta uma perspectiva feminista, muitas delas analisam a protagonista Ifemelu e algumas outras personagens femininas em situação de diáspora, nos Estados Unidos, explorando como essa situação afeta a identidade feminina e suas implicações.

As análises pela ótica de raça e ou etnia evidenciam os efeitos da hegemonia dos países ocidentais na vida das mulheres nigerianas. Observando os caminhos percorridos pelas personagens femininas, as experiências e os momentos de empoderamento, ao longo da narrativa, é possível perceber a intensidade das hostilidades que as protagonistas e outras personagens enfrentam, devido a essas categorias analíticas (raça e etnia), na Nigéria e nos Estados Unidos.

A partir das observações dos efeitos da imigração, é possível examinar como as pessoas que passam pela experiência de imigração conseguem manter suas raízes culturais, mesmo após experiências traumáticas que transformam suas identidades. Assim, é possível compreender as manifestações socioculturais provenientes de um processo de imigração e também analisar como os indivíduos passam por essa experiência.

No livro *A literatura movente de Chimamanda Adichie* (2019), Cláudio Roberto Vieira Braga desenvolve uma análise da teoria da literatura pós-colonial, conectada à interpretação da produção literária, da autora nigeriana Chimamanda Adichie. Em sua obra, Braga aborda questões femininas, questões diaspóricas que envolvem descolonização e mobilidade humana e diversos outros aspectos sociais presentes nas obras adichieanas. De acordo com ele, a literatura de Adichie promove nos leitores uma identificação profunda, ainda que sejam oriundos de diversas culturas, o que contribui para o alcance e popularidade de tais obras.

Braga começa sua análise pela teoria e, depois, parte para a “literariedade”, para representar as fronteiras não bem delimitadas entre ambas, em que propõe

uma distinção da literatura pós-colonial mediante às outras, que justifique sua existência como categoria, levando em consideração características tais como “lúdica, criativa, intertextual e em permanente debate com o cânone, apresentando com frequência o intuito de dar voz à alteridade” (LANE, 2013 apud BRAGA, 2019, p. 141).

Ao entender a “pós-colonialidade como condição, da descolonização cultural como processo [integrante de uma estratégia de reposicionamento] e da diáspora como parte de ambos” (BRAGA, 2019, p. 139), Braga entende a literatura de Adichie como movente, porque, além de representar enredos de movimento incessante, ela também se configura como agente, ao intervir concretamente e mudar pensamentos em direção à descolonização. Por isso Braga define a literatura de Chimamanda Adichie como sendo literatura movente, detentora de uma literariedade pós-colonial diaspórica, e como iniciativa concreta de descolonização cultural.

3.2 IDENTIDADE FEMININA NA DIÁSPORA

Esta sessão visa analisar como as identidades femininas sofrem grandes transformações, quando os indivíduos passam pela experiência da diáspora. Portanto, propõe-se a analisar a trajetória de personagens femininas que passaram por ela, sob diversas perspectivas, pois cada uma delas chega ao final da narrativa com sua identidade transformada, mas cada uma a sua maneira. Nesse processo de transformação das identidades das personagens, ocorre uma desconstrução da identidade original, e, em seguida, a construção de uma nova identidade.

Na obra *Americanah* (2014), a partir de personagens fictícios, é retratada a história do país e de sua cultura, de seu povo; voz e visibilidade são outorgadas a essas pessoas. As obras de Adichie, dessa forma, contribuem para a desconstrução do que a própria autora chamou de história única sobre a África. Uma história que foi construída, tendo como base os estereótipos, que colocam um continente como homogêneo e todas as pessoas presentes nele como selvagens.

As narrativas diaspóricas, geralmente, apresentam o destino (Estados Unidos/Europa) como ponto final da jornada das personagens em busca de melhores condições de vida. No entanto, em *Americanah* (2014), a protagonista retorna ao seu lar (país de origem) e tenta retomar sua vida de onde parou. Porém, Ifemelu percebe que nem o lugar, nem as pessoas permaneceram as mesmas,

enquanto ela esteve fora, e por isso, ela vai se reacostumando/readaptando com a cultura lagosiana e com os comportamentos das pessoas.

A experiência diaspórica afeta as identidades dos indivíduos que passam por ela, mudando-as de forma que tal indivíduo não é mais o mesmo de antes e nem se torna um ser completamente pertencente à outra cultura. Mas torna-se um sujeito com características dos dois locais nos quais ele tenha vivido, tornando-se assim um sujeito híbrido.

Em *Americanah*, essa hibridação perpassa toda a narrativa, pois as personagens necessitam se adaptar às novas culturas, e perpassa as histórias tanto das personagens femininas quanto masculinas. Como Ifemelu, Uju e Ginika que foram para os Estados Unidos, ou, mesmo, como outras personagens que foram para a Inglaterra, como Obinze, que teve que usar documentos “alugados”, tornando-se Vincent, e só podendo ser Obinze uma vez por semana, quando frequentava uma livraria, para ler de graça e tomar um café. Outro exemplo é o primo de Obinze, Nicholas, que era alegre e brincalhão na Nigéria e tornara-se sisudo, “era como se não fosse mais o primo mais velho que, quando Obinze tinha quinze anos, lhe oferecera um cigarro para experimentar” (ADICHIE, 2014, p. 259) e sua esposa, Ojiugo, que era independente e estudiosa e tornara-se conformada e submissa, tanto que “ela servia a comida do marido, um prato numa bandeja levado até ele” (ADICHIE, 2014, p. 260) e “Nicholas falava com Ojiugo no mesmo tom que usava com as crianças” (ADICHIE, 2014, p. 260).

O mesmo ocorreu com Emenike, grande amigo de Obinze, na Nigéria, a quem ele pensava poder recorrer em Londres, mas que sempre dava respostas vagas e elusivas aos seus contatos. Depois de algumas conversas, Obinze notara tantas mudanças nele que se questionava se esse era um novo Emenike, ou se era somente uma representação do que devia ser, pois Obinze “ainda não tinha certeza se Emenike tornara alguém que acreditava que algo era lindo porque tinha sido feito à mão por pessoas pobres num país estrangeiro ou se simplesmente aprendera a fingir que sim” (ADICHIE, 2014, p. 293).

Em relação as personagens femininas que vão para os Estados Unidos, essas mudanças aparecem de forma diferente, no romance. As cabeleireiras que fazem tranças ajustam suas personalidades para agradar as clientes, como é possível observar no comportamento de Mariama, ao lidar com uma cliente americana que reclama que suas tranças estão apertadas:

“Não tem problema. Eu refaço”, disse Mariama, ela foi simpática e educada, mas Ifemelu podia ver que achava que aquela cliente era implicante e que não havia nada de errado com a trança, mas isso era parte de sua nova personalidade americana, esse fervor de servir bem ao cliente, essa falsidade cintilante das superfícies, e que ela aceitara aquilo, conformara-se. Quando a cliente fosse embora, talvez Mariama se despidesse daquela personalidade e dissesse algo para Halima ou Aisha sobre os americanos, sobre como eram mimados e infantis, mas quando a próxima cliente chegasse, ia se tornar mais uma vez uma versão sem jaça de sua personalidade americana (ADICHIE, 2014, p. 205).

Quanto às personagens que têm mais destaque, é possível observar mudanças mais profundas. Ginika, amiga de Ifemelu, é uma personagem coadjuvante e suas mudanças são expressas de forma sutil. As mudanças ocorridas com Tia Uju e Ifemelu são apresentadas de forma mais expressiva, sendo mais perceptíveis.

O processo de chegada e o choque cultural de Ginika é pouco apresentado na obra, o de Tia Uju embora apareça bem mais, já apresenta uma mulher resignada e muito adaptada às situações que lhes são impostas. O processo de Ifemelu, por sua vez, aparece na obra, de forma completa, desde o choque cultural de sua chegada, suas observações e questionamentos sobre o novo país, suas tentativas de manter-se fiel a si mesma, a entrega à nova cultura e, por fim, a tentativa de retomada de sua antiga identidade.

A seguir, a trajetória de cada personagem será analisada em mais detalhe.

3.2.1 A identidade de Ginika

A personagem Ginika foi a primeira a ir para os Estados Unidos, com toda a família, antes de terminar a escola. Embora a narrativa não descreva toda a trajetória dela, entre a Nigéria e sua mudança para os Estados Unidos, compreende-se que, de certa maneira, ela tenha tido mais facilidades adaptativas, pois sua situação financeira não era problemática, porque sua mãe era cidadã americana e seu pai já foi com emprego garantido em uma universidade. Outra característica que também ajudou em sua adaptação foi que a família se mudou toda junta, sendo mais um fator de suporte psicológico para ela.

No entanto, sua identidade também foi muito afetada pela mudança brusca de cultura, pois ela, como uma adolescente muito popular na escola, com muitos amigos sabia que seria difícil fazer novos amigos e, por isso, ela “reclamava e chorava, imaginando uma vida triste e sem amigos na América” (ADICHIE, 2014, p.

74). Para Ginika a vida social é que exigiu mais adaptação e a fez passar pelas dificuldades de entrosamento, pois para ela a xenofobia e racismo foram os problemas enfrentados.

A narradora apresenta as mudanças em Ginika, ao descrever suas experiências no período em que estava nos Estados Unidos e pelas observações atentas de Ifemelu. Quando Ginika a buscou no terminal de ônibus, Ifemelu observou que ela “Estava muito magra, com metade do tamanho antigo, e sua cabeça parecia maior, equilibrada sobre um pescoço longo que lembrava o de um animal exótico.” (ADICHIE, 2014, p. 133).

O padrão de beleza americano foi outro fator que influenciou fortemente sua personalidade, notadamente a noção de gordo ou magro se opõe nas duas culturas. Ginika explica isso para Ifemelu: [...] na Nigéria quando alguém comenta que você perdeu peso, é uma coisa ruim. Aqui, se alguém diz que você perdeu peso, é preciso agradecer. É diferente aqui, só isso” (ADICHIE, 2014, p. 135). A amiga conta à Ifemelu que sofreu muita discriminação, quando se mudou, e que ela era chamada de porca na escola onde estudava, e que por isso, emagreceu muito para se adaptar aos novos padrões. Ifemelu observa que “havia um glamour metálico e diferente em sua magreza, na pele clara, na saia curta que subiu quando se sentou, mal cobrindo sua virilha, no cabelo muito liso que toda hora passava para trás da orelha, com mechas loiras brilhando à luz do sol” (ADICHIE, 2014, p. 134).

Sua identidade também é fortemente marcada, ao se ver obrigada a deixar de usar o termo *mestiça*, natural na Nigéria, por *birracial*, pois, na cultura americana “mestiça” é ofensivo. Sua identidade também é afetada pelo uso da linguagem, pois algumas palavras têm conotações diferentes nos dois países. Ginika afirma que teve que se explicar, ao afirmar que, na Nigéria, os rapazes “pagavam pau” para ela, quando na Nigéria essa expressão significa *estar afim*, enquanto, que nos Estados Unidos “pau” significava pênis.

Ao longo da narrativa, percebem-se as mudanças pelas quais Ginika passou para se adaptar à nova cultura e Ifemelu observa que, para falar com ela, “Ginika havia passado a usar o inglês nigeriano, uma versão datada e afetada, ansiosa por provar que continuava a mesma. Com lealdade esforçada, havia mantido contato ao longo dos anos: ligava, escrevia cartas e mandava livros e calças disformes de alfaiataria” (ADICHIE, 2014, p. 134).

Ifemelu observa as mudanças na linguagem, no comportamento, no vestuário, no cabelo e em muito de seu comportamento, sobretudo, quando estava com suas

amigas americanas, pois ela parecia totalmente integrada àquelas amizades e àquele modo de vida. Como quando estavam na casa de suas amigas e Ifemelu observou o quão natural era seu sotaque americano e o quanto “ela tinha ficado parecida com as amigas que fizera naquele país” (ADICHIE, 2014, p. 136). A narradora observa o quanto ela havia se adaptado àquela cultura, e sua adaptação se destaca na afirmação de que “havia códigos que Ginika conhecia, maneiras de ser que dominava. Ao contrário de tia Uju, fora para os Estados Unidos com a flexibilidade e a fluidez da juventude, as pistas culturais haviam penetrado sua pele” (ADICHIE, 2014, p. 136).

3.2.2 A identidade de tia Uju

Tia Uju não queria sair do país, pois ela “sempre desejara ser dona de uma clínica privada e agarrava-se firmemente a esse sonho. [...] um dia vou abrir minha clínica, e vai ser na ilha de Lagos!” (ADICHIE, 2014, p. 54). Por isso, sua imigração se difere em muito das condições, tanto de Ginika quanto de Ifemelu. Sua imigração forçada, como toda imigração, implicou na tentativa de se adaptar à cultura e aos modos de vida americanos. Com resiliência, ela enfrentou grandes problemas financeiros, devido a dificuldade de obter reconhecimento do seu diploma de médica.

Uju vivia uma vida muito confortável e quase luxuosa em Lagos, proporcionada pelo seu relacionamento com o General, que dava tudo a ela. Uju vivia em uma “[...] enorme casa rosa com a imensa antena satélite florescendo no telhado, o gerador transbordando de diesel, o congelador repleto de carne [...]” (ADICHIE, 2014, p. 86).

O general lhe proporcionava muito conforto, no entanto mantinha-a sob seu controle, principalmente, financeiro, pois ele dava a ela muitos objetos e serviços, mas não lhe dava muito dinheiro e nenhum bem estava em nome dela, como é possível perceber em seu diálogo com Ifemelu: “Você não tem dinheiro? Hum, tia, como você pode não ter dinheiro? Oga nunca me dá muito dinheiro. Ele paga todas as contas e prefere que eu peça tudo o que quiser. Alguns homens são assim” (ADICHIE, 2014, p. 86).

Desta maneira, percebe-se, no modo de agir do General que ele, mesmo a distância, mantém o controle financeiro e social da vida de Uju, objetificando-a, pois, embora ele tenha arrumado trabalho para ela no hospital da cidade, ela nunca

recebeu seus proventos, mesmo trabalhando todos os dias, e sua vida financeira fica toda tutelada ao dinheiro e ao controle dele, situação esta aceita por ela.

O general era casado com outra mulher, mantendo com Uju um relacionamento extraconjugal. Sua esposa também sofre as opressões desse homem, pois a narrativa revela que ela “era uma advogada que abriu mão da carreira para criar os quatro filhos deles em Abuja” (ADICHIE, 2014, p. 94). Tal situação demonstra as relações entre o patriarcalismo e o sistema colonial instaurado na sociedade nigeriana, revelando que a opressão sofrida pelas mulheres é vista com naturalidade e não há conflitos éticos ou morais por isso.

Com o assassinato do general, Uju e seu filho Dike ficaram desamparados financeiramente e sob ameaças violentas da família da esposa do General.

Alguém deu pancadas no portão. Dois homens e três mulheres, parentes do General, haviam obrigado Adamu a abrir o portão e agora estavam diante da porta da frente, gritando. Uju! Faça as malas e saia daí agora! Passe a chave do carro para cá! Uma das mulheres era esquelética e estava agitada e com os olhos vermelhos, gritando: “Sua vagabunda ordinária! Deus nos livre de encostar na propriedade do nosso irmão! Prostituta! Nunca vai viver em paz em Lagos! (ADICHIE, 2014, p. 96).

Ela havia ingressado naquela vida “com grande leveza, mais consumida pelo próprio General do que por sua nova prosperidade” (ADICHIE, 2014, p. 83), no entanto, a narradora afirma que “aquele relacionamento a destruiu. Ela se torna uma pessoa diferente por causa do General, não podia fazer nada por si mesma e, quando ele morreu, ela se perdeu” (ADICHIE, 2014, p. 455). Após a morte dele, a única esperança de recomeçar a vida é fugindo da Nigéria para os Estados Unidos, às pressas, pois além do medo da violência, ela não tinha nenhum bem em seu nome, e tinha um filho para sustentar.

A partida forçada de Uju da Nigéria e sua nova condição nos Estados Unidos a colocam em situação de diáspora, situação em que as mulheres enfrentam os mais diversos tipos de problemas oriundos de sua condição financeira, como moradia, emprego, competitividade, qualificação, exclusão, preconceito e racismo, agravados pelas questões de gênero. É nesse contexto que ela passa a viver uma vida muito diferente da que levava em seu país.

Na Nigéria, Uju trabalhava como médica em um hospital, já nos Estados Unidos “tinha três empregos, pois ainda não fora considerada qualificada para ser médica” (ADICHIE, 2014 p. 110). Quando Ifemelu chega aos Estados Unidos,

percebe que “havia algo de diferente nela. [...] o cabelo mal trançado, as orelhas sem brincos” (ADICHIE, 2014, p. 115), e “sua pele estava seca, seus olhos, sombrios, seu espírito, pálido, sem cor” (ADICHIE, 2014, p. 120), Ifemelu encontra sua tia muito diferente da que vivia na Nigéria, quando era vaidosa e bem cuidada.

As dificuldades financeiras a que Uju estava submetida eram visíveis em seu novo visual e, como observa Ifemelu, em suas necessidades básicas também, pois “no supermercado, tia Uju nunca comprava o que precisava; comprava o que estava em promoção e se obrigava a precisar daquilo” (ADICHIE, 2014, p. 120).

Ifemelu percebe ainda, a subalternidade de Uju na relação com as pessoas. Seu modo de se comportar se modifica diante de americanos. Em uma ida delas ao supermercado, seu filho Dike pega o cereal de sua preferência, mas mais caro, e vai para o caixa, Uju então o repreende:

Dike, ponha isso lá de volta”, disse tia Uju, com o sotaque anasalado e escorregadio que usava quando falava com americanos brancos, na presença de americanos brancos, ou onde pudesse ser ouvida por americanos brancos. Junto com o sotaque, surgia uma nova personalidade, de alguém que pedia desculpas, rebaixava-se. Ela foi solícita em excesso com a caixa. “Desculpe, desculpe”, disse, procurando o cartão de débito na carteira (ADICHIE, 2014, p. 120).

Essa situação revela uma Uju subalterna diante dos nativos da cultura na qual ela está inserida. Subalternidade esta que surge também das situações de dificuldade, que ela já enfrenta há mais tempo do que ela esperava, as sucessivas reprovações nos testes de qualificação para a medicina, a dedicação aos estudos e os três empregos que consumiam sua vida e a faziam sentir-se cansada:

Nunca fui reprovada na vida. [...]. Ela ficou de pé e foi para a cozinha. “Estou cansada. Tão cansada. Achei que, a essa altura, as coisas iam estar melhores para mim e para Dike. Não tinha ninguém para me ajudar e não conseguia acreditar como o dinheiro ia embora rápido. Estava estudando e tinha três empregos. Numa loja no shopping, trabalhando como assistente de pesquisa e cheguei até a trabalhar algumas horas no Burger King. (ADICHIE, 2014, p. 121).

Ifemelu constata a nova realidade de sua tia, ao comparar a sua nova conjuntura com a antiga, na Nigéria, e essa comparação faz Ifemelu chegar à constatação de que “a América a deixara submissa” (ADICHIE, 2014, p. 121), mais submissa do que era para com o General.

Uju estava subalterna, em virtude de sua condição de estrangeira, passando por todas as dificuldades impostas a uma mulher negra na diáspora e, ainda, intimamente ligada aos preceitos patriarcais de sua cultura original, pois, ao tentar um novo relacionamento, procurou um parceiro de seu país que fosse da mesma etnia. Tal opção carrega, como consequência, a consciência de que ela estará se colocando na condição de subalternidade existente na sociedade da qual se originam.

Assim, Uju começa um relacionamento com um nigeriano que também mora nos Estados Unidos, Bartholomew. Nessa nova relação, ela novamente se submete aos moldes patriarcais, em um novo contexto. Ifemelu observa que ele se porta como se estivesse em situação de superioridade em relação a Uju e percebe nela um assujeitamento às ações dele. Segundo as observações de Ifemelu “ele se comportava de forma pomposa, como um prêmio especial que tia Uju tinha a sorte de ter ganhado, e ela não o contrariava [...] Tia Uju assentia quando ele falava, concordando com tudo que dizia” (ADICHIE, 2014, p. 127).

Uju viu em Bartholomew sua última esperança de dar um pai a Dike e de ter outro filho, como ela queria, e por isso, casou-se. Com o passar do tempo, ele, cada vez mais passa a assumir seu lugar de chefe da família nos moldes patriarcais. Uju se muda para Massachussetts, para morar com Bartholomew, e essa mudança de cidade e de vida causa-lhe modificações adicionais, pois “no início, ela parecia curiosa, cheia de expectativas em relação à sua nova vida [...] pelo menos esse lugar é tranquilo e silencioso [...] conforme os meses foram passando, tia Uju foi ficando mais amarga” (ADICHIE, 2014, p. 187). Ela perdera a leveza que tinha em Lagos, reclamando de tudo o tempo todo.

A essa altura, depois de tudo que ela passou para sobreviver com seu filho, Uju não se resignaria a tais imposições, facilmente, e confia a Ifemelu sua insatisfação: “nós dois trabalhamos. Nós dois chegamos em casa no mesmo horário. E você sabe o que Bartholomew faz? Senta na sala, liga a televisão e me pergunta o que vamos comer no jantar.” (ADICHIE, 2014, p. 236).

Além de persistir para Uju a típica dupla jornada imposta às mulheres que têm carreiras profissionais, ela se vê diante de outra nuance do sistema patriarcal. Embora no seu relacionamento com o general a matriz também fosse patriarcal, nas questões financeiras, em que ele tinha total controle do dinheiro e das finanças, não lhe faltava nada, e o dinheiro que ela usufruía era dele. Enquanto que seu novo

marido não a sustentava e ainda queria controlar o dinheiro de seu trabalho, como mais uma vez ela confia com Ifemelu:

Ele quer que eu dê meu salário para ele. Imagine! Diz que é assim que os casamentos são e que ele é o chefe da família, que eu não devia mandar dinheiro para meu irmão sem pedir permissão a ele, que eu devia usar meu salário para pagar as prestações do carro dele. [...]

Tudo o que quer de mim é que entregue meu salário e faça moela apimentada aos sábados enquanto assiste ao futebol europeu. Por que eu deveria dar meu salário para ele? Por acaso ele pagava minhas mensalidades da faculdade de medicina? [...] Fica querendo tomar minhas decisões de trabalho por mim. O que um contador sabe de medicina? (ADICHIE, 2014, p. 237).

A insatisfação que Uju demonstra já nos remete ao sujeito híbrido da pós-colonialidade, vivendo em situação de diáspora apresentado por Bhabha (2010), um sujeito que já não é o mesmo, pois, em um primeiro momento ela vê em Bartholomew a possibilidade de formar uma família e aceita todas as suas exigências, compreendendo que esse relacionamento se daria nos moldes culturais aos quais os dois pertencem.

No entanto, a partir de um certo ponto, ela se revela um sujeito modificado, ao questionar e não aceitar os padrões de submissão que ela deveria aceitar, por sua condição de mulher. Por isso, ela consegue se desvencilhar desta relação sem traumas. Essa mulher passa a ter consciência de sua condição e a contesta.

Essa tomada de consciência e tal contestação só foram possíveis, devido a sua independência financeira, atingida pelo seu alto grau de escolaridade, pois, conforme Barreto, a inserção da mulher

no mercado de trabalho remunerado abalou a legitimidade da dominação do homem enquanto provedor da família e embora a discriminação legal tenha diminuído, a violência interpessoal e o abuso psicológico se manifestam assustadoramente, provocados pela ira masculina frente à perda do poder” (2004, p. 64).

Mesmo após sua estabilização financeira, que lhe traz mais conforto, Uju ainda enfrenta o racismo e a discriminação. Ela se refere a uma cultura branca, quando se queixa da impossibilidade de encontrar uma maquiagem apropriada para sua pele, em Boston, Massachusetts.

Desta maneira, percebe-se que vários aspectos afetam a identidade de Uju, no entanto, o aspecto mais importante foi sua tomada de consciência de que os modos patriarcais de submissão não se aplicam mais a sua vida.

3.2.3 A identidade de Ifemelu

Ifemelu foi a última das três a ir para os Estados Unidos, e, embora tenha ido por vontade própria, as condições políticas que afetavam as universidades foram fatores decisivos para sua ida, pois as greves eram constantes. Ao chegar, percebeu as mudanças em sua amiga Ginika e em tia Uju e questionou muitos dos comportamentos delas.

Com o passar do tempo, ela passou a compreender tais mudanças, embora continuasse a não concordar com muitas delas. Durante os treze anos que a protagonista mora nos Estados Unidos, ela passa por um processo de mudança, principalmente devido ao choque cultural no novo país. As dificuldades financeiras e o racismo também são fatores que a confrontam e influenciam as alterações em sua identidade.

Na Nigéria, Ifemelu era considerada pela família e pelos amigos, como uma garota de personalidade forte, o que para ela era natural. Ao descrevê-la para Obinze, seu amigo Kayode afirma que “Ifemelu é linda, mas dá trabalho demais. Sabe discutir. Sabe falar. Nunca concorda com ninguém” (ADICHIE, 2014, p. 69). E ela gostava de se ver assim, sentia-se segura atrás daquela fama. Ela começou a pensar em quem era ela mesma e o que isso significava, ainda, na Nigéria, quando foi convidada a conhecer a mãe de Obinze. Ao pedir conselhos para tia Uju sobre como se comportar diante da sogra, Uju afirma que ela só precisa ser ela mesma, e “Ifemelu respondeu: “como posso ser eu mesma? O que isso significa?” (ADICHIE, 2014, p. 78). No dia da visita “eles ficaram em volta da mesa de jantar, comendo garri e sopa, com Ifemelu se esforçando para ser, como dissera tia Uju, “Ela mesma”, embora não soubesse mais o que era “ela mesma” (ADICHIE, 2014, p. 80).

Ao chegar nos Estados Unidos, ela sente que todo o seu conhecimento é contestado, desde sua chegada, pois o primeiro choque dela é a constatação de que seus conhecimentos sobre os Estados Unidos, que ela conhecia pelas leituras e pelas descrições apaixonadas de Obinze, não estavam totalmente corretos. Segundo seus conhecimentos, o exterior, em geral, era um local frio, por isso ela havia comprado o melhor casaco que encontrara no mercado em Lagos, e, ao chegar no verão, se depara com um calor muito forte que a surpreende:

Era verão nos Estados Unidos, ela sabia, mas a vida toda pensara no “exterior” como um lugar de casacos de lã e neve, e como os Estados Unidos eram no “exterior” e suas ilusões eram tão fortes que não podiam ser abaladas pela razão, comprou o suéter mais grosso que encontrou no mercado Tejuosho para levar (ADICHIE, 2014, p. 115).

Ao chegar aos Estados Unidos, Ifemelu passou um período de espera, até acabarem as férias e terem início as aulas. Neste período, ela ficou com tia Uju e Dike e, embora eles fossem de sua família, ela se sentia distante de tudo que era familiar, e sentia que “havia uma desolação em sua vida, uma aridez em brasa, sem pais, amigos ou um lar, os marcos familiares que faziam com que fosse quem era” (ADICHIE, 2014, p. 122).

Neste período, ao mesmo tempo em que sentia falta de sua família e do que ela era na Nigéria, ela ansiava por sua nova vida, a vida que pretendia construir, e sonhava com a vida que era oferecida nos comerciais de televisão, uma vida que a encantava, cheia de alegrias, “onde todos os problemas tinham soluções cintilantes na forma de xampus, carros e comidas embaladas. Na sua mente, eles se tornaram a América real, a América que ela só conheceria quando se mudasse no outono para a faculdade” (ADICHIE, 2014, p. 125).

Nesse ínterim, entre o verão e o outono, ela já se encontrava em um entre-lugar, de onde ela via a Nigéria ao longe, pois “esse país, seu lar, agora era um lugar indistinto entre aqui e lá” (ADICHIE, 2014, p. 128). Essa situação abalou o que ela pensava ser ela. Principalmente por ter que usar documentos de outra pessoa, uma pessoa que, nas fotos, não se parecia com ela nem um pouco, como podemos observar no excerto seguinte:

Ela sentou na janela [...] e passou diversos minutos olhando mais uma vez para o cartão da Seguridade Social e a carteira de motorista que pertenciam a Ngozi Okonkwo. Tinha no mínimo dez anos a mais do que Ifemelu, um rosto fino, sobancelhas que começavam em bolinhas e se transformavam em arcos e um maxilar em forma de V.

“Eu não pareço nada com ela”, dissera Ifemelu quando tia Uju lhe dera o cartão.

“Os brancos acham que nós todos somos parecidos.”

“Ahn-hã, tia!”

“Não estou brincando” (ADICHIE, 2014, p. 132).

Assim, sua identidade é fortemente abalada, ao ser obrigada a usar o cartão da seguridade social de outra pessoa, pessoa essa que nem ao menos se parece com ela. Ela sente que, desta maneira, ela perde sua individualidade e passa a fazer parte de um todo, de uma classe de pessoas “amontoadas” em um grupo indistinto.

Mesmo sua tia tendo lhe explicado que os brancos veem os negros como uma massa indistinta de pessoas, por considerá-los todos iguais, Ifemelu ainda não compreende como alguém vai acreditar que ela seria Ngozi Okonkwo, por ainda não ter compreendido as nuances de raça nos Estados Unidos.

Suas esperanças de uma vida cheia de alegrias, como era prometida nos comerciais de televisão, logo são frustradas. Com pouco dinheiro para se estabelecer, ela aluga um quarto em um apartamento com algumas garotas desconhecidas. Nessa morada coletiva, ela passou a ter um contato muito íntimo com a cultura do local e achava muitas coisas estranhas, por serem diferentes demais de sua cultura. Uma delas era o fato de criarem um cachorro dentro de casa.

Com o passar do tempo e as imensas dificuldades em conseguir um trabalho, a situação foi ficando cada dia mais difícil, pois ela não tinha dinheiro nem para pagar o aluguel do quarto e estava dividindo sua vida com pessoas totalmente desconhecidas. Em consequência, ela começa a se sentir vivendo “na periferia de sua própria vida, compartilhando uma geladeira e um banheiro, uma intimidade rasa, com pessoas que não conhecia nem um pouco” (ADICHIE, 2014, p. 139), esta é outra situação que abala profundamente sua identidade.

A partir dessa situação, Ifemelu começou a perceber que as dificuldades pelas quais ela passava, não era uma questão meramente econômica e, sim, de discriminação, primeiro, racial e, segundo por ser estrangeira. Ela percebeu isso, quando começou a frequentar a universidade e em seu primeiro contato com uma funcionária, percebeu que estava sendo tratada como uma pessoa incapaz de compreender a língua inglesa. Cristina Tomas, a funcionária, falou com ela tão pausadamente que Ifemelu chegou a pensar que ela tinha algum problema de saúde, mas, depois, percebeu que não era isso e que aquele comportamento era por ela ser estrangeira.

Ifemelu se viu em uma situação jamais imaginada, pois falava inglês desde pequena e não esperava por isso. Depois da situação vivenciada com Cristina Tomas, Ifemelu começa a treinar o sotaque americano para evitar situações como essa, ou para não ter que ficar repetindo a mesma coisa várias vezes ao telefone. A decisão de treinar um sotaque americano reflete a necessidade que ela sente de se integrar a nova sociedade.

Nesse momento, Ifemelu passa a usar a língua colonial, e ao adotar o modo de falar, sua identidade já começa a assimilar a cultura do novo país, de forma mais

efetiva, pois o uso de uma linguagem igual aos americanos a pouparia do trabalho de ficar repetindo frases e, também, de ficar explicando de onde ela é. Depois de decidir adotar o sotaque americano, Ifemelu passou a ansiar por conhecer, cada vez mais a cultura americana e, assim, ela mergulhou em leitura de livros, a maior parte recomendada por Obinze.

Mesmo com todos os esforços de Ifemelu para conseguir um emprego, nenhuma oportunidade surgira, até o fim do outono, e ela já estava sem dinheiro. Uma tensão crescia no apartamento, onde dividia o aluguel com as outras garotas, porque ela não pagara sua parte. Sua frustração crescia a cada dia; ela sentia muita saudade de casa e a ansiedade a consumia, por nem ao menos conseguir fazer projeções sobre como as coisas se desenrolariam dali para diante.

Devidos às crescentes dificuldades e frustrações, a ansiedade aumentava e suas condições começaram a afetar ainda mais suas emoções, o que a colocou em guerra com tudo e com todos e “acordava todos os dias sentindo-se machucada, imaginando uma horda de pessoas sem rosto que estavam todos contra ela. O fato de não conseguir visualizar o futuro a aterrorizava” (ADICHIE, 2014, p. 167).

As condições financeiras pelas quais ela passava a levaram a tomar uma medida desesperada: aceitar uma oferta de trabalho de acompanhante. Ifemelu, que já estava vivendo na periferia de sua vida, estava agora totalmente maculada, machucada. No trem voltando para casa, Ifemelu

sentou-se na janela e começou a chorar. Sentiu-se como uma bolinha, sozinha à deriva. O mundo era um lugar tão, tão grande, e ela era tão pequena, tão insignificante, sendo jogada de um lado para o outro, vazia [...] e sentiu-se afundando, afundando rápido, sem conseguir nadar até a superfície (ADICHIE, 2014, p. 169-170).

Após esse dia Ifemelu, entrou num estado de depressão profunda, não falou mais com Obinze, falava pouco com seus pais, nem tia Uju e Ginika estavam conseguindo contatá-la. Até que Ginika foi atrás dela, eufórica, para avisá-la que ela havia conseguido um bom emprego de babá na casa dos Turners.

Ifemelu se recompôs e sua tão sonhada vida nos Estados Unidos, começou com esse emprego na casa de Kimberly Turner. Sua vida mudou não somente pelo emprego, mas também pelo relacionamento com Curt, primo de Kimberly. Essa relação lhe proporcionou muitas experiências novas e “com Curt Ifemelu se tornou, em sua mente, uma mulher livre de pesos e preocupações” (ADICHIE, 2014, p. 213).

Sua vida com Curt tornara-se tranquila e sem preocupações, “uma sensação de contentamento tomou conta dela, fora isso que Curt lhe dera, a dádiva do contentamento, do conforto” (ADICHIE, 2014, p. 217), Curt era rico e isso proporcionou a ela vivenciar o sonho americano vendido nos comerciais de televisão que ela vira em seu primeiro verão nos Estados Unidos.

Este contentamento, no qual ela estava envolta, quase a fez se esquecer de si, as lembranças da Nigéria estavam cada vez mais distantes e “tinham um tom sépia” (ADICHIE, 2014, p. 218), mas a realidade a fazia lembrar-se de quem ela era. Quando Curt conseguiu, com alguns telefonemas, uma entrevista de emprego para ela, Ruth, a consultora de empregos da universidade, a fez recobrar a consciência a aconselhá-la a alisar os cabelos:

Quando ela falou da entrevista em Baltimore, Ruth disse: “Meu conselho? Tire essas tranças e alise o cabelo. Ninguém fala nessas coisas, mas elas importam. A gente quer que você consiga esse emprego”. Tia Uju havia dito algo parecido no passado e, na época, Ifemelu rira. Agora, sabia que não devia rir. “Obrigada”, disse (ADICHIE, 2014, p. 220).

Ifemelu não rira agora como rira com tia Uju, pois agora ela compreendia como as coisas funcionavam nos Estados Unidos e sabia que alisar o cabelo era essencial para conseguir o emprego. Essa consciência da imposição, da necessidade de alisar o cabelo, responde por sua aceitação, sem questionar, representa parte da construção da nova identidade dela, pois, além de ela conhecer melhor a cultura americana, ela aceita a imposição sem questionamentos, pois já passou por um processo de adaptação.

O processo de alisar o cabelo, além de doloroso, também traz consequências profundas à identidade dela, pois, como disse a cabeleireira “arde um pouco [...]. Mas olha como está bonito. Uau, menina, você está com o balanço de uma branca!” (ADICHIE, 2014, p. 221). Além da dor física e da perda dos cabelos, mais tarde, ela percebe mais uma vez que ser branca, ou comparada a uma branca é um elogio dicotômico, que a coloca no lugar do que é ruim.

Curt ficou surpreso ao vê-la de cabelos alisados e não gostou, questionou o porquê dela ter que fazer isso, se seu cabelo trançado, ou natural era bonito. Ifemelu assumindo a identidade imposta pela cultura americana, lhe explica que:

Meu cabelo cheio e incrível ia dar certo se eu tivesse fazendo uma entrevista para ser backing vocal numa banda de jazz, mas preciso parecer profissional nessa entrevista, e profissional quer dizer liso, mas se for

encaracolado, que seja um encaracolado de gente branca, cachos suaves ou, na pior das hipóteses, cachinhos espirais, mas nunca crespos (ADICHIE, 2014, p. 222).

Seu cabelo estava liso, e ela “não se reconheceu. Saiu do salão quase de luto; enquanto a cabeleireira alisava as pontas com um ferro, o cheiro de queimado, de algo orgânico morrendo, causou nela uma sensação de perda” (ADICHIE, 2014, p. 221).

O cabelo de Ifemelu começou a cair e Wambui, sua amiga, disse a ela que era devido aos relaxantes e convenceu-a de que ela precisava cortá-lo e deixá-lo natural com argumentos realmente válidos:

relaxar o cabelo é que nem ser preso. Você fica numa jaula. Seu cabelo manda em você. Não foi correr com Curt hoje porque não quer suar e ficar com o cabelo crespo. Naquela foto em que me mandou, estava com ele coberto no barco. Está sempre lutando para fazer seu cabelo ficar de um jeito que não é o normal dele. Se o deixar natural e cuidar bem dele, vai parar de cair. Posso ajudar a cortá-lo agora mesmo. Não precisa pensar muito (ADICHIE, 2014, p. 226).

Após cortar o cabelo, Ifemelu sentiu-se mais uma vez vilipendiada, sentiu-se tão feia que não conseguiu ir para o trabalho por três dias seguidos. O relaxamento dos cabelos, que ela tanto desaprovou em tia Uju, a agride física e psicologicamente, pois, ao alisá-los ela se sente adulterada, não gosta do visual e os efeitos colaterais dos produtos químicos são ainda piores, pois seus cabelos caem, o couro cabeludo fica machucado, o que interfere, até mesmo no seu desempenho laboral, de tanta vergonha de si, pois o cabelo é parte fundamental da identidade, principalmente feminina.

Ifemelu já estava, há alguns anos, nos Estados Unidos, e já havia experienciado várias situações de racismo. Em razão disso, já entendia como era a dinâmica da sociedade americana para tratar de raça. A partir de suas experiências e observações, passou a escrever um *blog* sobre o tema, utilizando sua perspectiva única. Seu *blog* chamava-se *Raceteenth, ou Observações Curiosas de uma Negra Não Americana sobre a Questão da Negritude nos Estados Unidos*. Com o sucesso de seu *blog* e os patrocínios recebidos, ela sai do emprego na agência de comunicação, e passa a se dedicar integralmente às atividades e palestras sobre ele. Nesse ínterim, ela termina seu relacionamento com Curt.

Sua experiência literária não se restringe à criação e manutenção de seu *blog*, pelo contrário, é muito anterior a ele, pois sua identidade também foi determinada

pela sua experiência literária e seu gosto pela leitura; a leitura e os livros perpassam todo o enredo. Desde pequena ela já tinha o hábito da leitura e, quando namorou Obinze, eles conversavam sobre livros, poesia e provérbios e ela não compreendia como ele queria ir estudar na universidade de Ibadan só porque leu um poema sobre a cidade. Todo o imaginário de Ifemelu sobre os Estados Unidos foi embasado nas leituras que ele recomendava.

Quando ela já tinha se mudado para os Estados Unidos, sentiu a necessidade de conhecer mais sobre a cultura daquele país, motivo pelo qual recorreu aos livros da biblioteca da universidade e lia avidamente os títulos que Obinze havia recomendado e outros que ela escolheu aleatoriamente, e foi então que ela compreendeu o desejo de Obinze:

Ifemelu tinha ficado intrigada por Obinze querer ir a Ibadan por causa do poema; como algumas palavras podiam fazer uma pessoa ansiar por um lugar que não conhecia? Mas naquelas semanas em que descobriu fileiras e fileiras de livros com seu cheiro parecido ao do couro e sua promessa de prazeres desconhecidos, quando ficava sentada com as pernas dobradas abaixo do corpo numa poltrona no andar de baixo ou numa mesa do andar de cima com a luz fluorescente refletindo nas páginas, finalmente entendeu. [...] conforme lia, as mitologias dos Estados Unidos começaram a ganhar significado e seus tribalismos – de raça, ideologia e região –, a se tornar claros. E Ifemelu se sentiu consolada pelas coisas novas que aprendeu. (ADICHIE, 2014, p. 149).

A situação em que se pode afirmar que a literatura exerceu forte influência em sua identidade foi o período em que a narradora apresenta a experiência de Ifemelu quanto às eleições americanas. Nas prévias de escolha do candidato do partido democrata, Ifemelu simpatizava com a pré-candidata Hillary Clinton, mas, após ler a biografia de Barack Obama, ela mudou totalmente de opinião e sua simpatia passou a ser por ele, desde então. Por isso, é possível afirmar que a experiência literária da protagonista também foi um fator crucial na formação de suas identidades, ao longo da narrativa.

O universo literário e acadêmico também a aproximaram de Blaine, seu namorado negro americano. Em seu relacionamento com ele os livros ressurgem em seu cotidiano, pois ele também gostava de ler e falar sobre livros, embora seu gosto fosse muito diferente do dele.

Ifemelu reencontrou Blaine, um homem interessante que havia encontrado, anos atrás, no trem. Ela começou um relacionamento com ele, e após um tempo de namoro ela se mudou para o apartamento dele e estava inserida em seu grupo de amigos. E esse relacionamento com uma pessoa de personalidade forte e diversa

da dela muitas vezes a fez questionar suas certezas e, outras tantas, aquiescer em conversas, pois seria mais fácil do que tentar convencê-lo de sua opinião. Certa vez, quando Blaine lhe contou o que ocorrera com o Sr. White, que trabalhava na biblioteca da universidade de Yale, ela respondeu que “Essa é a verdadeira tragédia”, disse Ifemelu, percebendo que estava usando as palavras de Blaine; às vezes, ouvia em sua voz o eco da voz dele” (ADICHIE, 2014, p. 371).

A essa altura as mudanças em Ifemelu já eram latentes, mas também já eram aceitas com naturalidade, pois as pessoas na Nigéria passaram a compreender que ela estava em outro país, com uma cultura diferente; como o pai de Ifemelu, quando ela conta sobre Blaine e ele se mostra frustrado, porque Blaine é americano, então, ela ri e o ignora, comportamento que ela não teria se estivesse na Nigéria, pois “ignorar o pai e até dizer a ele que ia morar com um homem com quem não era casada eram coisas que só podia fazer porque morava nos Estados Unidos. As regras haviam mudado, caído nas rachaduras da distância e do estrangeiro” (ADICHIE, 2014, p. 340).

Tais mudanças estavam perceptíveis, não somente a ela própria como para as outras pessoas. Obinze, ao ler seu blog, não a reconheceu em suas palavras, achou tudo muito americanizado e ele “teve uma sensação de perda como se Ifemelu tivesse se tornado uma pessoa que não reconheceria mais” (ADICHIE, 2014, p. 406).

Mesmo com sucesso acadêmico, profissional, financeiro e um quase sucesso amoroso, Ifemelu sentia que algo lhe faltava. Em seu novo relacionamento com Blaine, um negro americano, professor universitário, ela novamente estava satisfeita por ter encontrado um bom homem, como dissera a seu pai. Mas novamente parecia que a insatisfação, aos poucos, ia permeando essa relação.

Seu blog estava indo bem, com milhares de visitantes por mês, ela ganhava bastante para dar palestras, tinha uma bolsa de estudos em Princeton e estava com Blaine — “Você é o amor da minha vida”, havia escrito ele em seu último cartão de aniversário. No entanto, tinha cimento na alma. Estava lá havia algum tempo, numa fadiga matutina, algo sombrio e sem contornos nítidos. E trouxe consigo anseios amorfos, desejos indistintos, vislumbres breves e imaginários de outras vidas que ela poderia estar vivendo, que ao longo dos meses se transformaram numa lancinante saudade de seu país (ADICHIE, 2014, p. 12).

Depois de ter certeza de seus sentimentos, Ifemelu decide por retornar à Nigéria, mesmo diante da incompreensão de todos por sua decisão. Esse retorno representa

além da busca por si mesma, por sua identidade, a busca por respostas as suas inquietações que ela só poderia encontrar lá. Representa também a tentativa de encontrar Obinze.

3.2.3.1 Reconstruindo a Identidade

Mesmo antes de retornar à Nigéria, Ifemelu começou a retomar sua identidade, iniciando com o abandono do sotaque americano, a seguir parar de relaxar os cabelos e usá-los na forma natural. Essas foram algumas posturas que impactaram em sua decisão final de se procurar na Nigéria. Ifemelu já estava descontente em ter que forçar um sotaque para parecer americana e “era com Curt que estava quando se olhou no espelho e, numa súbita revelação, pela primeira vez viu outra pessoa” (ADICHIE, 2014, p. 208).

A primeira atitude de Ifemelu, que denota o interesse em retornar a sua cultura e à sua identidade, significativamente, é o abandono do sotaque americano: “Ifemelu decidiu parar de fingir que tinha sotaque americano num dia ensolarado de julho” (ADICHIE, 2014, p. 189), após receber uma ligação de um telemarketing, ela agradeceu o elogio do rapaz do outro lado da linha, que afirmou que ela falava como uma americana. Mas, após desligar o telefone, ela refletiu sobre aquele elogio e questionou:

Por que era um elogio, uma realização, soar como um americano? Ifemelu tinha ganhado; Cristina Tomas, a branca Cristina Tomas sob cujo olhar se encolhera como um pequeno animal derrotado, falaria normal com ela agora. Tinha ganhado de fato, mas seu triunfo era vazio. Sua vitória efêmera havia criado um enorme espaço vazio, porque ela assumira, por tempo demais, um tom de voz e uma maneira de ser que não eram seus (ADICHIE, 2014, p. 191).

Depois de refletir que sobre como seu sotaque era encenado, que aquela voz não era a sua, ela decidiu parar de usá-lo, e voltou a usar sua voz natural, representando assim sua tomada de consciência quanto a sua identidade e o primeiro passo para o retorno a sua antiga identidade. Essa é uma decisão relevante, uma vez que a voz nos precede e estabelece como vamos ser recebidos pelos outros.

Após o trauma causado pelo alisamento do cabelo, que provocou queda e a fez cortá-los, Ifemelu começou a acessar sites onde outras mulheres negras trocavam experiências sobre cuidados com os cabelos. Esses compartilhamentos de

informações e de experiências a ajudaram a superar a fase de crescimento de seu cabelo e a ajudaram, também, a compreendê-lo, bem como sua identidade, mesmo diante das críticas, até de pessoas próximas que viviam as mesmas situações que ela, como tia Uju, que afirma que o cabelo “natural tem algo de desleixado e desmazelado” (ADICHIE, 2014, p. 236). Diante disso, Ifemelu retruca afirmando que “se todas as revistas que você lesse e todos os filmes que você visse tivessem mulheres lindas com cabelo parecendo juta? Você ia estar admirando meu cabelo” (ADICHIE, 2014, p. 236). Mas Ifemelu amaria seu cabelo natural, “ela enfiou os dedos no seu cabelo, denso, esponjoso e glorioso, e não conseguiu imaginá-lo de outro jeito. Ifemelu simplesmente se apaixonou por seu cabelo” (ADICHIE, 2014, p. 232).

Quando decidiu voltar para a Nigéria, ela procurou um salão de beleza especializado em tranças, para arrumar o cabelo antes de sua viagem de volta. No salão de beleza, Ifemelu mais uma vez se viu numa situação de enfrentamento, de sua decisão de manter o cabelo natural. Aisha, a cabeleireira responsável pelo serviço dela, confronta-a ao questionar a cor dos apliques escolhida por ela, então ela explica que a cor número “um é preta demais, parece falsa, disse Ifemelu, soltando o lenço que estava envolto em sua cabeça. “Às vezes eu uso a dois, mas a quatro é a mais próxima da minha cor natural” (ADICHIE, 2014, p. 19), mostrando mais uma vez que ela gosta passou a gostar de seu cabelo o mais natural possível.

Não convencida das escolhas dela, Aisha prossegue, usando como argumento os padrões estéticos impostos, ao questionar o porquê dela usar os cabelos naturais se são difíceis de cuidar, em vez de alisar para ficar mais fácil. Para evitar alongar a discussão, Ifemelu responde que gosta dele natural e que se bem hidratado é fácil cuidar dele.

Tal decisão repercute em seu bem-estar, mas, principalmente, torna-se subversiva, ao não aceitar mais os padrões impostos, ao mesmo tempo que ela se aceita como mulher negra e apresenta, com orgulho, sua imagem sem retoques, aos outros. Seu cabelo torna-se símbolo de enfrentamento do racismo e da violência que representa um relaxamento que fere seu corpo e sua identidade.

O fim do relacionamento com Curt, o branco rico que lhe proporcionava uma vida confortável e cheia de satisfação, mas que a deixava com cimento na alma, também foi importante para que ela percebesse que “havia algo de errado com ela. Não sabia o que era, mas havia algo de errado com ela. Uma fome, uma inquietação. Um conhecimento incompleto de si mesma. A sensação de algo

distante, fora do alcance” (ADICHIE, 2014, p. 314). Depois do término com Curt, ela ficou se procurando, procurando quem ela era antes de namorá-lo e não se encontrava: “Ifemelu não sabia mais quem fora, do que gostava, o que queria” (ADICHIE, 2014, p. 324).

Ifemelu estava perdida de si mesma, tanto que, quando seus pais foram visitá-la, ela não sabia como ser ela mesma, como ser a filha deles. Ela também os olhava com os olhos da mudança, achando-os mesquinhos e sentindo-se culpada por sentir alívio, quando eles voltaram para a Nigéria.

Como já citado, geralmente as narrativas diaspóricas apresentam a jornada de personagens que imigram, muitas vezes, para os Estados Unidos ou para a Europa, sendo este o destino final dessas personagens. Em *Americanah*, no entanto, a narrativa cria uma diáspora de retorno, pois Ifemelu e Obinze têm como destino final de sua jornada a Nigéria.

Seu retorno também exige uma nova rodada de negociações, pois sua estadia longe de sua terra natal foi longa e as mudanças, nas pessoas e nos lugares, foram inevitáveis. Por isso, ela precisa se readaptar à cultura de sua cidade natal ao mesmo tempo que assimila as mudanças.

No início, Lagos causa muito estranhamento, e ali “Ifemelu teve a sensação estonteante de que caía, caía dentro dessa nova pessoa que se tornara, caía no estranho familiar” (ADICHIE, 2014, p. 415). Tal estranheza se dá em decorrência das mudanças pelas quais ela passou o que se reflete em uma identidade modificada, pois, mesmo ela tendo voltado para a Nigéria, em busca de sua antiga identidade, suas vivências e suas experiências nos Estados Unidos a modificaram, de maneira que não é mais possível encontrar uma velha identidade e sim se adaptar as novas situações para que ela se reconheça nesse processo de identificação, que faz com que ela, ao mesmo tempo que não se sente pertencente nem como cidadã estadunidense, nem nigeriana, e ao mesmo tempo ela se sente pertencente as duas culturas, tornando-se assim, uma *Americanah*.

Em Lagos, Ifemelu, a convite de sua colega de trabalho, começa a frequentar reuniões de um clube formado exclusivamente por pessoas que tenham morado fora, ou que viajam com frequência, o clube nigerpolita. E, embora não se sentisse confortável com a maioria das conversas, ela se identificava com os incômodos e com as necessidades daquelas pessoas, e percebeu que se tornara o tipo de pessoa a qual ela torcera para não ter se tornado “o tipo de pessoa que dizia “eles

servem o tipo de coisa que a gente gosta de comer” (ADICHIE, 2014 p. 439) quando falasse de um restaurante.

Depois de reencontrar Obinze, ele perguntou de que maneira Ifemelu mudou por ter morado nos Estados Unidos e ela respondeu que, quando era babá viu-se brincando com o garoto, dizendo a ele “descansar soldado!” (ADICHIE, 2014, p. 466) e que essa brincadeira era tão americana. Ou seja, ela havia aderido aos traços culturais do país. Esclareceu também que não tinha sotaque, pois se esforçara para não tê-lo e que achava que o que mais havia mudado era seu gosto: “mal posso acreditar na quantidade de coisas que acho feias agora. Não suporto a maioria das casas dessa cidade” (ADICHIE, 2014, p. 466).

Ifemelu tem consciência de suas mudanças e de seus novos gostos, por isso ela passa por um processo no qual novas assimilações são necessárias para que ela pudesse sentir-se em casa novamente, em Lagos, e mesmo com a consciência dessas mudanças ela pensa: “estou mesmo em casa. Estou em casa” (ADICHIE, 2014, p. 442). Ela sentiu-se completa e “em paz; por estar em casa, escrevendo seu blog, por ter descoberto Lagos de novo. Finalmente havia se engendrado num ser completo” (ADICHIE, 2014, p. 510).

3.2.3.2 Deslocamentos de Ifemelu

Como já afirmado, as literaturas pós-coloniais apresentam características diferentes das literaturas do cânone eurocêntrico, devido às diferenças de cultura e às características que passaram a fazer parte dessas sociedades, após a descolonização, e que são notáveis nas literaturas desses países. Nessa linha de raciocínio, algumas temáticas e abordagens são recorrentes, como deslocamento, diáspora e a relação com a terra, com o país e com a nacionalidade das personagens.

Em *Americanah* o espaço e os deslocamentos se destacam, pois, muitas vezes, não aparecem como mero cenário para o desenrolar dos fatos, mas, sim, intrinsecamente ligados às ações das personagens, principalmente da protagonista Ifemelu. Tal destaque já é perceptível no início da obra: seu primeiro parágrafo descreve as cidades pelas quais Ifemelu morou nos Estados Unidos, pois sua descrição contempla a paisagem, o cheiro e como as pessoas se comportam, em cada lugar, como podemos observar a seguir:

Princeton, no verão, não tinha cheiro de nada e, embora Ifemelu gostasse do verde tranquilo das diversas árvores, das ruas limpas, das casas imponentes, das lojas delicadas e caras demais e do ar calmo de quem sabia merecer a graça alcançada, era isso, a falta de cheiro, que mais lhe agradava, talvez porque todas as outras cidades americanas que conhecia tinham um cheiro bem peculiar. A Filadélfia tinha o odor embolorado da história. New Haven cheirava a abandono. Baltimore cheirava a salmoura. O Brooklyn a lixo esquentado pelo sol. Mas Princeton não tinha cheiro. Ela gostava de respirar fundo ali. Gostava de observar os moradores da cidade que dirigiram fazendo questão de mostrar que eram educados e estacionavam seus carros de último modelo diante do hortifrúti orgânico na Nassau Street ou dos restaurantes japoneses ou da sorveteria com cinquenta sabores diferentes, incluindo pimentão vermelho, ou do correio, cujos efusivos funcionários se precipitavam para cumprimentar quem entrava. Ela gostava do campus, grave com tanto saber, dos prédios góticos com suas paredes cobertas de hera, e do modo como, de noite, à meia luz, tudo se transformava numa cena fantasmagórica. E, acima de tudo, gostava do fato de que, nesse lugar de conforto afluente, podia fingir ser outra pessoa, alguém que tivera acesso a esse sagrado clube americano, alguém com os adornos da certeza (ADICHIE, 2014, p. 9).

Como é possível perceber, o espaço torna-se significativo, pois a narradora não descreve somente os aspectos físicos do ambiente, ela também descreve o comportamento e as atitudes das pessoas que circulam neles. Percebe-se outro aspecto fundamental na obra, nesse excerto, por descrever a transformação pela qual Ifemelu passou no seu período de estadia nos Estados Unidos, ao afirmar que ela podia fingir ser outra pessoa e se sentir confortável naquele lugar.

Ifemelu passa sua infância e juventude em Lagos, capital da Nigéria, até terminar a escola e ter que escolher uma universidade em outra cidade. Ela fica em dúvida entre a universidade de Ibadan e a universidade de Nsukka. A primeira é localizada no estado de Oyo, mais perto de Lagos, enquanto a segunda se localiza no estado de Enugu e fica mais distante. Por mais que Ibadan fosse a preferência da família e do namorado, Obinze, sua decisão final foi por Nsukka, para ficar mais perto dele e da sogra.

A diáspora e os deslocamentos fazem parte da realidade da Nigéria, pois um grande número de pessoas vai morar fora, para estudar e/ou trabalhar, por isso, mesmo antes de Ifemelu sair de seu país, ela já convivia com a diáspora, pela ida de seus amigos para o exterior. Alguns foram ainda no tempo da escola e outros no momento de ingressar em um curso superior. Esse fato fazia parte do cotidiano das personagens, e também pelos sonhos de vários amigos, de ir para os Estados Unidos, em busca de melhores condições de vida.

A narrativa de *Americanah* se inicia com a personagem protagonista estando nos Estados Unidos, ou seja, já em situação de diáspora, e a ida de Ifemelu para os

Estados Unidos se dá por intermédio de sua tia Uju, que já estava lá e a convida para ir terminar seus estudos, tendo em vista que as universidades nigerianas passavam por momento de crise profunda e de greves intermitentes. Ao conseguir uma vaga em uma universidade americana, Ifemelu parte para os Estados Unidos.

Grande parte da narrativa se passa entre a Nigéria (Lagos, Nsukka) e a Costa Leste dos Estados Unidos (New York, Baltimore, New Haven, Princeton), e também, entre os diversos lugares para os quais as personagens se deslocam, como as viagens de Ifemelu da Nigéria para os Estados Unidos, e dentro do como também, suas viagens à Europa, e também pela estadia de Obinze que passa um breve período em Londres.

Ao mudar para os Estados Unidos, Ifemelu fica com Tia Uju, no Brooklyn, bairro periférico da cidade de Nova Iorque, esperando até que comecem suas aulas na Universidade, na Filadélfia. Neste curto período, ela conhece pouco a cidade e conheceu Coney Island, uma península no Brooklyn, onde ela vai com seu primo Dike passear nos parques de diversões que ficam à beira mar, ocasião que Dike afirma ter sido o dia mais feliz de sua vida. Nesse período de espera, Ifemelu ficou no Brooklyn e pensava que a verdadeira “América” ainda estava por vir.

Seu primeiro deslocamento foi para Manhattan, de metrô, e lembrou-se de Obinze e como ele falava da ilha. Sentindo-se intimidada, “andou pelas ruas observando e absorvendo tudo [...] os inúmeros arranhas céus pareciam provocar o firmamento, mas havia poeira nas janelas dos prédios. A imperfeição estonteante daquilo tudo a deixou mais calma, 'é maravilhoso, mas não é o paraíso” (ADICHIE, 2014, p. 130). Ifemelu é observadora e crítica e, ao andar no metrô observa quais os tipos de pessoas que descem em cada estação. Ela ainda “ficava impressionada ao ver como a maior parte das pessoas brancas e magras descia nas estações de Manhattan, e, conforme o metrô ia se aproximando do Brooklyn, só iam sobrando as negras e gordas” (ADICHIE, 2014, p. 12). Assim, aos poucos, Ifemelu vai conhecendo e desmistificando os Estados Unidos dos sonhos dela e de seus amigos.

Com o fim do verão e o início das aulas na universidade, ela precisa deixar Nova Iorque e ir para a Filadélfia, ocorrendo, assim, seu primeiro grande deslocamento nos Estados Unidos, muito representativo por não ser um passeio, mas, sim, sua mudança, para o lugar onde passaria a viver e estudar. Apesar de todas as dificuldades, ela passaria a gostar dele, como descrito:

A Filadélfia tinha o cheiro do sol de verão, de asfalto queimado, de carne grelhada em carrinhos de comida aninhado nas esquinas, com estrangeiros morenos, homens e mulheres, trabalhando debruçados lá dentro [...] Passaria a amar a própria Filadélfia. A cidade não trazia o aspecto de intimidação como Manhattan; era um lugar íntimo, mas não provinciano, uma cidade que poderia ser gentil (ADICHIE, 2014, p. 134).

Pelo já exposto, é possível perceber que o espaço, nesta obra, está intrinsecamente ligado aos momentos das vidas das personagens, chegando a aparecer como metáforas das situações pelas quais elas passam. Pode ser citado, como exemplo, o apartamento em que ela divide o aluguel com algumas moças americanas e ocupa um quarto que “era o mais barato, o menor, de frente para a parede de tijolos gastos do prédio ao lado” (ADICHIE, 2014, p. 139), onde passa por momentos de grande dificuldade financeira e emocional, momento que é descrito como a periferia de sua vida.

Ifemelu, enfim, consegue um trabalho de babá, na casa de Kimberly, onde fica por um tempo, organiza sua vida financeira e emocional e também conhece o primo de Kimberly, Curt, com quem teve um relacionamento duradouro. Esse relacionamento a levou, então, a sair do emprego, pois Curt conseguiu-lhe um, na área de sua formação – Comunicação.

Essa mudança de emprego gerou uma nova necessidade de deslocamento e ela se mudou para Baltimore, período em que ela também realizou diversas viagens pelo país e para o exterior, a passeio, com Curt. Eles foram para lugares como Londres e Paris. Quando ela começou a escrever seu blog, e sua repercussão positiva o transformou em seu trabalho e exigiu dela disponibilidade para realizar viagens pelo país, ao ser convidada para dar palestras sobre seu conteúdo.

Após o fim de seu relacionamento com Curt, Ifemelu permanece morando em Baltimore e começa um novo relacionamento, com Blaine, um professor universitário que conhecera anos atrás. No início, o relacionamento deles é a distância, pois moram em cidades diferentes. Devido a distância, a narradora apresenta o espaço por meio de uma metonímia ao afirmar que “seguiram-se e-mails e telefonemas entre Baltimore e New Haven” (ADICHIE, 2014, p. 334). Nesse caso, os espaços são utilizados como se fossem as personagens, com ações tipicamente humanas.

Após um mês de namoro, Blaine a convida para morar com ele, no entanto, Ifemelu resiste em mudar-se e mantém seu apartamento por mais um ano em Baltimore. Surge, então, um novo deslocamento, pois Ifemelu muda-se para New

Haven, onde ela aluga seu próprio apartamento, apesar de passar mais tempo no de Blaine.

Devido à popularidade e o retorno financeiro de seu blog, Ifemelu consegue estabilidade econômica, e dinheiro deixa de ser uma preocupação para ela, de modo que ela tem tempo de pensar em como poderia ser sua vida na Nigéria. E ela, então, começou a sentir saudades de sua terra, de Lagos e de sua família, e começou a imaginar como seria sua vida lá:

Ifemelu lia avidamente sites nigerianos, perfis nigerianos no Facebook, blogs nigerianos, e cada clique levava a mais uma história de um jovem que havia pouco voltara para casa, brandindo diplomas americanos ou britânicos, para fundar uma financeira, uma produtora de música, uma marca de roupas, uma rede de fast-food. Ela olhava para as fotos desses homens e mulheres e sentia uma dor surda de perda, como se tivessem aberto sua mão à força e pegado algo que lhe pertencia. Eles estavam vivendo a vida dela. A Nigéria passou a ser o lugar onde Ifemelu deveria estar, o único lugar onde poderia fincar suas raízes sem sentir vontade constante de arrancá-las de novo e sacudir a terra (ADICHIE, 2014, p. 13).

Assim, é perceptível que os anos de estadia nos Estados Unidos e todo o conforto físico e psicológico proporcionado pela estabilidade financeira não foram suficientes para fazê-la esquecer suas origens. E, assim, seus laços se mostram fortes e o desejo de voltar à Nigéria brota e a ocupa por completo, embora ela já tenha se tornado um sujeito híbrido culturalmente. Assim Ifemelu começa a planejar voltar para a Nigéria, eventualmente vendendo seu apartamento, e organizando seu retorno.

Ifemelu foi para os Estados Unidos e alcançou o sonho americano, e, contrariando as narrativas diaspóricas, ela volta à Nigéria. Tal decisão se dá somente pela sua vontade de se reencontrar consigo mesma, de se sentir em casa, de ser ela mesma.

No entanto, tal decisão é vista com perplexidade pelas pessoas e “todos a quem ela contara que ia voltar tinham ficado surpresos, esperado uma explicação, e, quando ela dizia que ia fazer aquilo apenas porque queria, uma ruga de espanto surgia na testa deles” (ADICHIE, 2014, p. 21). Tia Uju tentou fazer “Ifemelu ver a gravidade de sua tolice” (ADICHIE, 2014, p. 21) ao perguntar se ela aguentaria voltar, assim como seus pais que achavam que se ela não aguentasse, pelo menos ela poderia voltar por ser cidadã americana.

No salão de tranças Aisha, a cabeleireira, não compreendia porque ela decidira voltar depois de tanto tempo e só aceitou sua decisão após Ifemelu mentir dizendo: “vou voltar para a Nigéria para ver meu homem” (ADICHIE, 2014, p. 21). A volta da protagonista, faz com que a narrativa figure entre as narrativas de retorno em que o ponto final de sua jornada é o mesmo inicial, seu país.

A volta de Ifemelu a Lagos também é marcada pela observação do espaço, das transformações ocorridas na cidade e nas pessoas que circulavam pelas ruas e, mais uma vez, o espaço é apresentado, a partir de uma prosopopeia, pois ela afirma que “no início, Lagos agrediu-a [...] as pilhas de lixo que se amontoavam à beira da estrada como uma provocação” (ADICHIE, 2014, p. 415).

O recomeço não ocorre de forma simples, e, mais uma vez o espaço se impõe como elemento formador da narrativa, pois é nítida a estranheza dela, ao chegar em Lagos, ao achar tudo diferente, tudo estranho, desde os prédios até a nova cultura que ela observava na cidade, em geral. Por isso,

Ifemelu teve a sensação estonteante de que caía, caía dentro dessa nova pessoa que se tornara, caía no estranho familiar. Será que sempre tinha sido daquele jeito ou tinha mudado tanto em sua ausência? [...] “*Americanah!*”, brincava Ranyinudo sempre. “Você está vendo as coisas com olhos de americano. Mas o problema é que nem é uma *americanah* de verdade” (ADICHIE, 2014, p. 416).

Assim, é visível que a história de Ifemelu é cíclica, pois ela começa em Lagos e, após um longo período em diáspora, ela retorna a sua terra natal. São perceptíveis também as mudanças ocorridas com ela nesse período, pois se apresenta culturalmente híbrida, tendo se transformado de uma jovem tradicional da Nigéria em uma mulher cosmopolita, uma *americanah*. No entanto, ao contrário da personagem cosmopolita estereotipada, ela não havia perdido o contato com suas origens – o que lhe permitiu voltar – o que se evidencia pela ausência de sotaque americano, apontada pela amiga.

Como já afirmado, a diáspora, os deslocamentos e relações dos indivíduos com o espaço são temas recorrentes da literatura pós-colonial e *Americanah* (2014) também apresenta essa característica, sendo possível constatar que o espaço é um elemento constituinte da narrativa, que desnuda características e ações que se justificam, devido ao local em que estão inseridos as personagens e suas ações. Assim, nesse tipo de romance, e em *Americanah* em especial, o espaço é elemento de importância fundamental no andamento do enredo.

3.2.3.3 A identidade meio *Americanah* de Ifemelu

Americanah é uma obra em que o tema da identidade é central, pois o próprio título já aponta as mudanças identitárias pelas quais os nigerianos passam, ao saírem da Nigéria. Quando voltam, trazem comportamentos diferentes, como as mudanças no sotaque, por fingirem não entender a língua local, ou, ainda, pela mudança nos gostos por comida. Como é perceptível, na descrição de Bisi, uma menina da escola “[...] que voltara de uma breve viagem aos Estados Unidos com estranhas afetações, fingindo que não entendia mais ioruba e acrescentando um erre arrastado a todas as palavras em inglês que falava” (ADICHIE, 2014, p. 74).

Esse comportamento “afetado” é aceito e considerado normal, tanto que o verbete *americanah* foi *criado* para definir tais pessoas, e também como fica perceptível na fala de Ranyinudo, ao querer ficar com o vestido preferido de Ifemelu, quando ela vai se mudar: “Ifem você sabe que vai ter o vestido que quiser nos Estados Unidos e, da próxima vez que a gente se vir, você vai ser uma tremenda *americanah*” (ADICHIE, 2014, p. 111). Depreende-se da fala de Ranyinudo, que ela acha que, após sua estadia na fora, os gostos da amiga mudarão e ela não gostará mais daquele tipo de vestido, pois ela será uma *americanah* cheia de afetações.

Embora o termo designe um comportamento aceito e compreendido pelos nigerianos, ele é usado em tom jocoso, pois, nos primeiros dias em que Ifemelu está em Lagos e diz se sentir incomodada com a umidade, afirmando não conseguir respirar, Ranyinudo acha engraçado e exclama em tom de surpresa: “Haba! *Americanah!* (ADICHIE, 2014, p. 331).

Ifemelu tem consciência de suas mudanças e ela mesma observa que aquilo que ela deveria achar bonito, ela acha feio e de péssimo gosto, como a casa de tia Onenu, sua chefe em Lagos, e vice-versa, por achar bonitas as vigas expostas, como ao gosto americano.

Apesar de suas mudanças, Ifem não se torna completamente *americanah*, pois, como aponta sua amiga, ela nem tem sotaque americano, pois deixara de usá-lo, quando ainda estava nos Estados Unidos. Por isso, sempre que ela reclama de alguma coisa, na Nigéria, Ranyinudo fala em tom de provocação: “*Americanah*, brinca Ranyinudo sempre. Você está vendo as coisas com olhos de americano. Mas o problema é que nem é uma *americanah* de verdade. Se pelo menos tivesse um sotaque americano, a gente aturaria as reclamações” (ADICHIE, 2014, p. 416).

Com o passar do tempo, a protagonista vai se readaptando à Nigéria e aos costumes lagosianos e Ranyinudo observa e lhe diz que ela “[...] não está mais se comportando como uma americanah, e mesmo sem querer, ficou satisfeita em ouvir isso” (ADICHIE, 2014, p. 426).

Passado o abalo do reencontro com seu país, Ifemelu passa a analisar a sociedade nigeriana tal qual analisava a sociedade americana: criticamente. Ela passa então a habitar um espaço diferente, o espaço definido por Bhabha (2010) como “entre-lugar”. Dessa maneira, ela observa o comportamento das pessoas, seus gostos e modo de vida, muitas vezes, em comparação com a sociedade americana. A narrativa expõe tanto o comportamento das pessoas que nunca saíram do país, mas valorizam tudo o que se refere ao exterior, quanto as pessoas que viajam com frequência ou já moraram fora, como as pessoas do clube nigerpolita que Ifemelu passa a frequentar.

Ela observa o comportamento de suas colegas de trabalho, na revista *Zoe*, como Tia Onenu, a dona rica; Zemaye, que a intrigava pela pouca expressividade em suas falas; Doris, por seu comportamento afetado, característico de quem havia morado fora; Esther, a recepcionista, que “era arrogante com os motoristas e bajuladora com as redatoras” (ADICHIE, 2014, p. 431). Mesmo a protagonista sendo visivelmente mais nova, ela a tratava por senhora, pois “o status, é claro, era mais, importante que a idade: Ifemelu era redatora, com um carro e um motorista e a aura dos Estados Unidos e Esther esperava que ela se comportasse como uma madame” (ADICHIE, 2014, p. 431).

Por meio do cotidiano da protagonista e de suas observações a narradora faz um breve panorama de forma crítica da sociedade lagosiana. Na descrição das situações em que ela entrevista mulheres ricas da cidade a narrativa demonstra o incômodo da personagem em relação ao modo de vidas delas, pois “todas as mulheres que Ifemelu entrevistava se gabavam das coisas que possuíam, dos lugares onde elas e os filhos tinham estado, de tudo que já haviam feito, e coroavam esses feitos com Deus” (ADICHIE, 2014, p. 443).

Embora Ifemelu esteja se encontrando após seu retorno, sua readaptação não ocorre com naturalidade. Algumas vezes ela se depara com situações de enfrentamento, principalmente no trabalho, pois ela discorda muito da linha editorial da revista, e sua posição às vezes causa atrito entre ela e sua chefe ou entre suas colegas, como em uma reunião em que Tia Onenu questiona o porquê dela ter escrito que sua entrevistada não olhava para o mordomo quando falava com ele, e

Doris a repreende, afirmando em tom questionador que a revista “não é seu blog americano sobre questões raciais onde você provocava todo mundo, Ifemelu. É uma revista feminina que trata de coisas decentes e saudáveis?” (ADICHIE, 2014, p. 446). Devido a esse comportamento crítico ela se desentende algumas vezes com suas colegas e em uma dessas situações Doris grita com Ifemelu e afirma que ela:

é uma escrota que adora criticar! [...] Você fica aqui, criticando todo mundo. Quem você pensa que é? Por que você acha que essa revista deve ser sobre você? Ela não é sua. Tia Onenu te disse como quer que sua revista seja e ou você faz isso ou não devia estar trabalhando aqui? (ADICHIE, 2014, p. 450).

Devido a sua crescente insatisfação com a linha editorial da revista, ela decide criar um blog, aos moldes de seu blog americano, para falar da sociedade lagosiana. Assim, ela se demite da revista e começa suas postagens em seu novo blog, chamado *Pequenas redenções de Lagos*. Ele começou bem, com muitos acessos e comentários, no entanto, a exposição de seu ponto de vista quanto ao comportamento dos lagosianos de forma tão direta, mais uma vez lhe traz atritos.

Mesmo antes de ir para os Estados Unidos a protagonista já discordava dos interesses que levavam jovens mulheres a se relacionar com homens mais velhos e muitas vezes casados, como era o relacionamento de tia Uju com o general. Ifemelu então publica o seguinte texto:

Existem muitas jovens em Lagos com Fontes Desconhecidas de Riqueza. Elas vivem uma vida pela qual não podem pagar. Só viajaram para a Europa de classe executiva, mas têm um emprego cujo salário não paga nem uma passagem de classe econômica. Uma delas é minha amiga, uma mulher linda e brilhante que trabalha com publicidade. Ela mora na Ilha de Lagos e está namorando um banqueiro importante. Temo que vá acabar como muitas mulheres de Lagos que definem sua vida pelos homens que jamais poderão realmente ter, tolhidas por sua cultura de dependência, com desespero nos olhos e bolsas de marca nos braços. (ADICHIE, 2014, p. 454).

Ao ler a postagem, sua amiga Ranyinudo se enfureceu ao sentir-se exposta, compreendendo que a postagem se referia à vida dela, mesmo Ifemelu argumentando que não era sobre ela, mas sim sobre tia Uju. E assim, mais uma vez as pessoas têm que dizer a Ifem que ela está na Nigéria agora, e para que ela pare de fazer tantas críticas às pessoas, pois ela não é melhor que ninguém, como afirma Ranyinudo:

E quem é você para criticar? De que maneira isso é diferente de você e do branco rico nos Estados Unidos? Você teria sua cidadania se não fosse por ele? Como foi que arrumou aquele emprego nos Estados Unidos? Você precisa parar com essa bobagem. Pare de se achar tão superior! (ADICHIE, 2014, p. 455).

Quando chegou à cidade, Ifemelu ficou um tempo no apartamento dos pais, depois ela procurou um apartamento para alugar e morar sozinha. Ao visitar um deles, ela rememora seu gosto nigeriano, ao valorizar uma região pelo ar de nobreza que ela julgava que aquela região tinha, pois ela “queria morar em Ikoyi. Quando era criança, Ikoyi emanava um ar de nobreza, uma nobreza distante que ela não podia tocar: as pessoas que moravam em Ikoyi tinham rostos sem espinhas e motoristas que eram “motorista das crianças” (ADICHIE, 2014, p. 424).

Quando Ifem fala dos problemas com a reforma do apartamento alugado, Ranyinudo afirma com naturalidade que ela deveria ter ligado para Obinze, que ele resolveria esses problemas, daria um desconto no aluguel para ela, ou, até mesmo, a deixaria morar de graça em um de seus apartamentos. Porém ela discorda, por achar que, para Ranyinudo, os homens só existem como fonte de coisas.

Ifemelu não se comportava como suas amigas em relação a casamento: elas só pensavam em casamento e, principalmente em fazer um bom casamento para os padrões da sociedade, tanto no padrão da festa quanto no tipo de homem. Ela se surpreendia como o casamento era o assunto recorrente “durante seus encontros com essas velhas amigas, fazendo com que as solteiras usassem o tom defensivo e as casadas, um de presunção” (ADICHIE, 2014, p. 428). Elas viam os homens como provedores e no casamento uma possibilidade de um melhor posicionamento social. Tais comportamentos revelam uma hipervalorização do casamento, pois um bom casamento, como dito, reflete a possibilidade de a mulher ser valorizada socialmente.

Priye afirma, com ênfase, que um casamento noticiado no jornal havia sido bem-sucedido, pois havia tido a presença de sete governadores. Ifemelu responde secamente que nenhum deles conhecia o casal, o que para Priye e suas amigas era irrelevante, pois o importante era o que presença deles significava. Ifemelu segue questionando “desde quando o sucesso de um casamento é medido por quantos governadores compareceram?” (ADICHIE, 2014, p. 430). Esse diálogo revela muito do modo de vida lagosiano e como se formam as relações, pois Priye afirma que isso demonstra “prestígio e mostra que você é de alto nível” (ADICHIE, 2014, p. 430), ela afirma, ainda, que “a regra número um da vida aqui em Lagos. Você não

casa com o homem que ama. Casa com o homem que pode sustentar você” (ADICHIE, 2014, p. 430).

Embora Ifemelu nunca tenha concordado com as relações que as jovens mulheres nigerianas mantinham com homens casados, ao voltar para Lagos ela inicia uma relação amorosa com um homem casado, Obinze. Mesmo essa relação se assemelhando às relações das outras mulheres, os motivos são diferentes. Ela não tem interesse algum e não usufrui do dinheiro dele, pelo contrário, o relacionamento dela com ele se deve ao amor interrompido na juventude.

Em uma conversa entre eles, sobre o futuro de seu blog, ela afirma que tem muitos planos, mas, que ainda precisa se estabelecer e ganhar dinheiro com anúncios para poder viajar e fazer postagens sobre outros estados. Neste momento, Obinze afirma que ela “precisa de investidores” (ADICHIE, 2014, p. 470), ao que Ifemelu retruca: “não quero seu dinheiro” (ADICHIE, 2014, p. 470). Por essa relação se basear nos sentimentos de ambos, ela sente medo de se acomodar nessa vida, pois, embora não falassem do casamento dele, permanecia a consciência de sua situação e isso a incomodava.

Ifemelu não sustentaria uma relação assim por muito tempo, e quando a sombra do casamento e das dúvidas de Obinze pairavam entre eles, ela se incomodava. Até o momento em que eles se desentenderam por causa disso e ela passou a ignorar suas ligações e suas mensagens. Diante da recusa de Ifemelu em falar com ele por vários dias, Obinze se sentiu pressionado a resolver sua situação.

Ao confidenciar sua situação a um amigo, afirmando que queria o divórcio, este amigo o aconselha a manter as coisas como estão, ou seja, continuar com os encontros com Ifemelu e não se divorciar, para não se comportar como um branco. Devido ao compromisso com a esposa e com a filha, Obinze ainda permanece casado por um período.

Mesmo, ainda, sentindo saudades de Obinze, a protagonista seguiu a vida, trabalhando com seu blog, encontrando os amigos e até se aventurou em encontros com Fred, um amigo do clube nigerpolita. Ela “estava em paz; por estar em casa, escrevendo seu blog, por ter descoberto Lagos de novo. Finalmente havia se engendrado num ser completo” (ADICHIE, 2014, p. 510) e livre para fazer as escolhas que agora ela podia fazer.

Ao cortar o contato com Obinze, Ifem estava fazendo sua escolha e impondo suas condições para que eles pudessem ter um relacionamento, rompendo também com os padrões seguidos pelas jovens mulheres de Lagos, que se submetiam a

relacionamentos extraconjugais com homens ricos, enquanto procuravam um homem rico com quem pudessem se casar. Sob as condições e escolhas dela, eles reatam o relacionamento após ele deixar sua esposa.

O retorno da personagem principal a coloca na condição pós-diaspórica e exige dela uma readaptação, pois ela se sente estrangeira em seu país. Seu sentimento de estrangeirismo se dá em decorrência das mudanças pelas quais ela passou durante sua estadia fora, pois conforme Hall, “é impossível 'voltar para casa' de novo” (2004, p. 416), uma vez que a casa não será a mesma de antes.

Durante o período em que Ifemelu esteve fora, o país também passou por profundas mudanças políticas, econômicas e tecnológicas que impactaram na sociedade, causando muitas mudanças sociais. Desta maneira, ela estava no mesmo país, porém em um lugar diferente do qual ela se lembrava.

Tais mudanças são apresentadas em diversos trechos da narrativa, nos quais é possível perceber o processo pelo qual o país ainda passa, pois o antigo e o novo convivem em diversas situações. Isso se evidencia com a presença de carros superluxuosos e carros muito antigos, como a narradora observa ao descrever um momento que seria memorável dela, no carro caríssimo de Obinze ouvindo música contemporânea nigeriana:

Ifemelu não esqueceria esse momento, sentada ao lado de Obinze em seu Range Rover parado no trânsito ouvindo “Yori Yori” — Your love dey make my heart do yori yori. Nobody can love you the way I do — com um Honda brilhante último modelo ao lado e, atrás, um Datsun velhíssimo que parecia ter cem anos de idade (ADICHIE, 2014, p. 476).

Esta mesma relação pode ser observada na descrição do prédio onde era a revista Zoe:

Onikan era a velha Lagos, um pedaço do passado, um templo em homenagem ao esplendor apagado do período colonial; Ifemelu se lembrava de como as casas haviam desmoronado, sem pintura ou cuidados, como o mofo tinha subido pelas paredes e as dobradiças dos portões haviam se enferrujado e atrofiado (ADICHIE, 2014, p. 431).

Outra metáfora da situação do país, em geral, encontra-se na casa colonial que fica ao lado do apartamento que Ifemelu alugou, de onde ela vê o quintal e os pavões que moram lá, um macho e duas fêmeas:

Ifemelu fora à varanda e vira a propriedade ao lado, uma imensa casa colonial que agora estava amarelada de abandono, com o jardim tomado pelas plantas, a grama e os arbustos subindo uns nos outros. No teto da casa, parte do qual havia caído, ela vira um movimento, um lampejo

turquesa de penas. Era um pavão. O corretor lhe dissera que um oficial do Exército tinha morado ali durante o regime do general Abacha; agora, a posse da casa estava sendo disputada na Justiça (ADICHIE, 2014, p. 424).

A casa colonial abandonada onde moram pavões é a metáfora de como o sistema político havia mudado, pois os governos militares haviam caído, mas ainda mantinham muitos reflexos na sociedade, principalmente pela pompa inconsciente expressa pelos pavões, pois, eles não têm consciência de sua situação. Esse cenário acaba se tornando uma representação da sociedade também no novo blog, por se tornar a capa dele, com a foto que Ifemelu fez, por achar “que seria perfeito para o blog. Uma casa tão bonita que virou essa espécie de ruína magnífica. Além do mais, tem pavões no telhado” (ADICHIE, 2014, p. 470). Neste sentido, Obinze, que trabalha no ramo imobiliário, crescente naquele momento, afirma que

alguém vai comprá-la em breve, demoli-la e construir um prédio cheio de apartamentos de luxo caros demais. [...] Quando comecei a trabalhar no setor imobiliário, pensei na hipótese de reformar casas velhas em vez de demoli-las, mas não fazia sentido. Os nigerianos não compram casas porque elas são antigas. Como um celeiro de moinho reformado de duzentos anos, sabe, o tipo de coisa da qual os europeus gostam. Isso não funciona aqui de jeito nenhum. Mas é claro que isso faz sentido, porque somos o Terceiro Mundo, e pessoas do Terceiro Mundo olham para frente, nós gostamos que as coisas sejam novas, porque o que temos de melhor ainda está por vir, enquanto no Ocidente o melhor já passou, então eles têm de transformar esse passado num fetiche (ADICHIE, 2014, p. 470).

Esse ponto de vista de Obinze revela uma reflexão profunda do modo de vida nigeriano, país de Terceiro Mundo, em relação ao modo de vida europeu, ou seja, Primeiro Mundo. Ele é revelador de valores e expectativas muito diferentes, pois a Nigéria é um país em transformação e confiante no futuro. Essas observações quanto as mudanças ocorridas no país são as mudanças percebidas por Ifemelu em sua volta, e são essas as mudanças as quais ela precisa se readaptar no processo de reconstrução de sua identidade como retornada, o que influencia em sua meia identidade americanah.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Americanah é uma obra que confronta a história única sobre a África, construída no Ocidente como “uma história única de catástrofe [...] [d]e pessoas incompreensíveis travando guerras sem sentido, morrendo de pobreza e de aids, incapazes de falar por si mesmas e esperando para serem salvas por um estrangeiro branco e bondoso.” (ADICHIE, 2019, n. p).

Desta maneira, *Americanah* rompe com esses paradigmas ao contar histórias divergentes da única história sobre a África, trazendo relatos de pessoas de vários países africanos e não de um continente como se fosse um país homogêneo. Rompe com essa história única ao falar das pessoas como personagens que constroem suas próprias histórias e apresentando-as com uma medida de respeito por suas diferenças.

Para esse efeito, poderíamos citar, em *Americanah*, histórias como a de Aisha, cabeleireira, ou de Boubacar, professor universitário, ambos do Senegal; ou das irmãs Mariama e Halima, cabeleireiras, que são do Mali; ou de estudantes como Dorothy de Uganda; Mwombeki do Quênia; Kofi de Gana, mostrando, assim, que a África é um continente composto de diversos países independentes na economia, na política e sobretudo na cultura.

Assim, o romance aponta para o fato de que a África é um continente, composto por pessoas diferentes em suas culturas, e de classes sociais diferentes também, pois os países africanos possuem uma classe de pessoas pobres que enfrentam dificuldades cotidianamente; uma classe média, formada por pessoas com emprego e renda, como funcionários públicos ou funcionários de grandes empresas; e uma pequena elite dominante, composta pelos ricos. Sendo assim, suas histórias não podem ser vistas como uma única história de fome, miséria e selvageria, como se conta no Ocidente.

Mesmo rompendo com a história única estereotipada sobre esse continente, que tem problemas, assim como os outros, *Americanah* não nega as catástrofes existentes, mas ressalta que ela cria estereótipos “e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (ADICHIE, 2019, n. p), escondendo todas as outras possibilidades, o que tem como principal consequência, segundo Adichie, o roubo da dignidade das pessoas.

A obra apresenta uma reflexão quanto à política racial da sociedade americana, que se constitui de racismo, discriminação e xenofobia como ideologias incrustadas na sociedade, conforme aponta Amonyze ao afirmar que:

discriminação não é um evento passado na América, mas um assunto atual que exige novas perspectivas e atitudes sociais. Porque americano significa ser branco, aqueles que não são brancos são presumidos como recém-chegados e são regularmente instruídos a voltar (2017, p. 01 tradução nossa).⁸⁷

Neste contexto é que se encontra Ifemelu ao ir para os Estados Unidos, pois se antes ela só era ela mesma, quando se muda ela se reconhece como negra, por se ver em uma sociedade hierarquizada pela raça. Sua crítica revela ainda que, nesta sociedade em que se faz o que deve ser feito para obter sucesso, os imigrantes indocumentados são empurrados, ainda mais, para a ilegalidade, ao se verem obrigados a usar documentos emprestados ou alugados.

A narrativa apresenta críticas à sociedade estadunidense, mas também as faz à sociedade nigeriana, pois conforme Patrycia Austin, Ifemelu “não idealiza a Nigéria; pelo contrário, o país é apresentado como corrupto” (2015, p. 14, tradução nossa),⁸⁸ e, embora, ela resolva voltar não é exatamente para a Nigéria, e sim para o que se compreende por lar.

O posicionamento crítico da protagonista se estende ao comportamento das pessoas, que reflete uma supervalorização de tudo que se refere ao Ocidente e desvalorização da cultura de seu próprio país. De acordo com Austin, “a autora incansavelmente expõe e ridiculariza o apelo as coisas ocidentais no lugar de opções locais mais prontamente disponíveis” (2015, p. 08, tradução nossa).⁸⁹

Para além das observações críticas que Ifemelu faz quanto à sociedade nigeriana, ela também transmite uma mensagem aos jovens nigerianos de que o exterior não é a única opção, como se pensa, e apresenta os contrapontos e os custos econômicos e psicológicos de uma jornada em países como Estados Unidos ou Inglaterra. *Americanah* deixa também a reflexão de que há oportunidades na Nigéria, que não é necessário partir em busca delas.

⁸⁷ Discrimination is not a past event in America but a current subject demanding new perspectives and social attitudes. Because American means White, those who are not White are presumed to be recent arrivals.

⁸⁸ She does not idealize Nigeria; quite the contrary, the country is presented as corrupted.

⁸⁹ ... the author unrelentingly exposes and mocks the appeal of things Western in place of the more readily available local options.

Tais críticas se justificam pela diversidade cultural presente na narrativa, pois essa diversidade e o espaço em que as personagens circulam, exercem influência na subjetividade delas, que é perpassada por questões de gênero, raça e classe em toda a narrativa.

A raça está fortemente marcada desde o início, pois Ifemelu só se reconhece como negra ao chegar aos Estados Unidos. A classe é evidenciada nas dificuldades enfrentadas pelas classes economicamente mais baixas da sociedade, como ter que economizar seu dinheiro o tempo todo. As questões de gênero são retratadas nas situações pelas quais ela teve que passar por ser mulher, como o assédio do marido de uma amiga. A confluência entre as opressões de raça e gênero se materializa quando Ifemelu, como última opção, para pagar o aluguel, se submete a prestar serviço de acompanhante.

Na intersecção de gênero e raça encontra-se o corpo, representado pelas diversas situações em que, a pele e o cabelo fazem parte da construção da identidade feminina. Desde as memórias de Ifemelu dos cabelos de sua mãe, que pareciam uma coroa e causava admiração em muitas pessoas, até os acontecimentos ocorridos no salão de beleza, onde ela encontra mulheres com perspectivas e relações diferentes com seus cabelos, e onde também se sente interpelada pela escolha que faz em deixar seu cabelo natural.

Portanto, percebe-se que a formação da identidade dos indivíduos é um processo constante, que se inicia no nascimento, em que a condição biológica determina o modo que a pessoa será criada e educada e define os padrões que devem ser obedecidos ao longo da vida. Assim, a construção da identidade é um processo, como apontado por Hall (1990), ao afirmar que o sujeito vivencia várias identidades ao longo da vida, sobretudo na pós-modernidade. A narrativa de *Americanah* se passa nesse contexto pós-colonial e pós-moderno. Ela parece, ao mesmo tempo, construir e desconstruir as identidades femininas.

É possível perceber que as identidades das personagens, principalmente da protagonista, são postas em crise, e, assim, passam a ser uma questão, pois, conforme Hall (2006), elas só se tornam uma questão quando está em crise.

Como observado ao longo da pesquisa, a crise pela qual as personagens passam se dá em decorrência de sua mudança de país, o que causa um choque cultural. A narrativa aponta elementos e diferenças culturais que, mesmo parecendo triviais, são elementos que causam estranheza, como a linguagem, as roupas, as

comidas e até hábitos de limpeza e higiene que são muito diversos nas duas culturas e aos quais elas devem se adaptar.

As personagens que passaram pelo processo de deslocamento e diáspora se viram obrigadas a negociar suas identidades, e, por isso, elas foram modificadas, tornando-se, assim, sujeitos híbridos culturalmente. Tais mudanças são perceptíveis ao longo de toda a narrativa, e dentre as personagens analisadas, Ifemelu é a única que retorna ao seu país, por isso nela é possível perceber os conflitos com o lar.

No geral, *Americanah* se diferencia das narrativas diaspóricas pós-coloniais em dois aspectos: primeiro por apresentar o destino final da protagonista como sua terra natal, ou seja, sua trajetória é cíclica e termina no ponto de partida, ao passo que em outras narrativas o destino final das personagens é o exterior, geralmente Estados Unidos ou Inglaterra; o segundo é por apresentar a terra natal como o lugar onde ela possa estar, apesar de todas as diferenças e dificuldades, ao contrário do que aponta Almeida, que diz que “algumas mulheres diaspóricas podem não se sentir nostálgicas porque seus lares eram locais de violência e patriarcados culturais, nacionalistas e transnacionalistas” (ALMEIDA, 2005, p. 92).

Em *Americanah* a protagonista retorna à Nigéria, enquanto as outras personagens em destaque nessa pesquisa – a saber, Ginika e Uju – permanecem no exterior. Ginika, aparentemente, teve mais facilidades adaptativas, devido ao frescor da juventude, e aos privilégios da classe social, como revela a narrativa. Mas ainda assim, sua trajetória revela uma identidade que passou por uma crise aguda e se estabilizou após a assimilação da cultura na qual ela estava inserida.

Tia Uju no início se mostrou resignada por estar em um país que não era o seu, e por ter entendido que devia fazer o necessário para prosperar. Mas após sua dura batalha para superar as dificuldades financeiras, impostas a ela pela opressão de raça existente na sociedade estadunidense, percebeu que sua identidade, e de seu filho Dike, foram questionadas.

No entanto, após superar as barreiras financeiras, Uju observa que o racismo e a discriminação permanecem e passa a não aceitá-los com a mesma benevolência de antes. Ela muda de emprego, muda de cidade, muda de marido, tudo em busca de situações mais favoráveis a sua condição de mulher negra e imigrante em um país racista.

A trajetória espacial com retorno à Nigéria de Ifemelu é um reflexo do que acontece também com sua identidade. Ela parte de seu país com a convicção de uma identidade única e ao chegar a seu destino essa certeza é desfeita. Como

consequência, ela se vê em meio a uma crise e percebe que sua identidade não é fixa, e sim múltipla.

Mesmo que ela tenha contestado, questionado e criticado a nova cultura e o modo como outras pessoas se adaptam facilmente, logo ela percebe que, para obter algum sucesso no trabalho, precisa se adaptar e dominar os códigos não explícitos deste novo lugar. Ela percebe então, que as forças opressivas externas a empurram para uma integração social mínima, necessária a sua sobrevivência.

Após ceder às pressões e superar as dificuldades financeiras, ela se sente satisfeita em conseguir se camuflar, ao dominar os códigos dessa cultura. Ela passa de uma vida cheia de pressões e ansiedades, para uma vida calma e confortável. Contudo, com o passar do tempo, essa satisfação se mostra superficial e artificial, o que faz ressurgir seu instinto contestador.

Nesse contexto, ela passa a tomar decisões sobre sua vida, que, aos olhos alheios, soam controversas e subversivas, como abandonar seu falso sotaque americano ou usar o cabelo natural, mas que na verdade recobram uma identidade na qual ela pode se reconhecer. E, assim, ela descobre também que sua identidade só estará completa na Nigéria, decidindo voltar para Lagos.

Sua volta, no entanto, não foi pacífica, pois ela percebe que muita coisa mudou, em seu país e principalmente nela mesma. Após um período de readaptação e aprendizados, sobre a nova Lagos, e sobre a nova Ifemelu, ela compreende a profundidade de suas mudanças, passando, assim, a se aceitar e a sentir-se em casa novamente.

A literatura pós-colonial se desenvolveu pela necessidade de povos que precisam de representação, que necessitam se desvincular da cultura europeia e instituir sua própria cultura de modo a se ver representado nela, de adquirir uma voz própria. Por meio de narrativas que falem de seu próprio povo e com suas próprias histórias, é possível perceber a luta do povo oprimido, primeiro pelos colonizadores e depois por um governo local corrupto, que guarda laços com as potências colonizadoras, e tão opressor quanto elas.

É nesse contexto que *Americanah*, assim como outras obras pós-coloniais, se encontra, uma vez que ela proporciona agência a indivíduos subalternos que não são ouvidos, combatendo, assim, a subalternidade. Embora não seja um romance de tese, *Americanah* entretém em seu enredo as questões de identidade e pós-colonialidade. As três personagens aqui abordadas enfrentam de formas diferentes a experiência da imigração para um país central (no caso, os Estados Unidos, para

onde todas elas vão). Assim, a própria experiência da imigração será determinada por fatores diferentes como classe social e idade, apesar de todas elas partirem do mesmo país e compartilharem a etnia. As experiências não são unificadas, levam as personagens por caminhos diferentes, e seus desfechos ficcionais também serão diversos. Aqui não há história única.

REFERÊNCIAS

ABDALA JUNIOR, Benjamim. **Literatura: História e Política**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ADICHIE. Chimamanda Ngozi. **Americanah**. Tradução: Julia Romeu. São Paulo: Companhia da Letras, 2014.

ADICHIE. Chimamanda Ngozi. **O Perigo de Uma História Única**. Tradução: Julia Romeu. São paulo: Companhia da Letras, 2019.

ADICHIE. Chimamanda Ngozi. **The Danger of a Single Story**. Miniconferência promovida pelo Technology Entertainment Design (TED), jul. 2009. vídeo (19 min.) disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>. Acesso em: 13 jul. 2019.

ADICHIE. Chimamanda Ngozi. **We Should All Be Feminists**. Miniconferência promovida pelo Technology Entertainment Design (TED), jul. 2009. vídeo (30 min.) disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hg3umXU_qWc. Acesso em: 13 jul. 2019.

AGOHA. Chikaoha Justice. **Narrating Racism: A Comparative Study of Joseph Conrad's Heart of Darkness and Chimamanda Adichie's Americanah**. Dissertação (Dissertação em arte) – Nsukka, 2014.

AKINGBE, Niyi. ADENIYI, Emmanuel. 'Reconfiguring Others': Negotiating Identity in Chimamanda Ngozi Adichie's Americanah. **Rupkatha Journal on Interdisciplinary Studies in Humanities**, Vol. IX, No. 4, 2017.

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. **Cartografias Contemporâneas: Espaço, Corpo, Escrita**. Rio de Janeiro: 7letras, 2015.

AMONYEZE, Chinenye. Writing a New Reputation: Liminality and Bicultural Identity in Chimamanda Adichie's Americanah. **Journal of Black Studies**. April-June 2017.

ARABIAN, Soheila. Journey and Return: Visiting Unbelonging and Otherness in Adichie's Americanah. **Jurnal UMP Social Sciences and Technology Management**, Malaysia, v. 3, p. 536-541, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Vida_Rahiminezhad/publication/328957051_Journey_and_Return_Visiting_Unbelonging_and_Otherness_In_Adichie's_Americanah/links/5bed416292851c6b27bfdc2a/Journey-and-Return-Visiting-Unbelonging-and-Otherness-In-Adichies-Americanah.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2019.

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. **The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures**. 2. ed. London: Routledge, 2002.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação: Formas e Transformações da Memória Cultural**. Tradução: Paulo Soethe. Campinas – SP. Editora da Unicamp, 2011.

AUSTIN, Patrycja. Searching for One's Self at the Crossroads of the Cosmopolitan World: Determining the Importance of Roots for Those Who Travel Through Diversities in Chimamanda Ngozie Adichie's *Americanah*. **Ostrava Journal of English Philology**. Vol. 7, nº 01, 2015.

BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Leite. Patriarcalismo e o Feminismo: Uma Retrospectiva Histórica. **Revista Ártemis**. Vol. 1 Dez. 2004. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/issue/view/244>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Tradução Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Editora UFMG: Belo Horizonte, 1998.

BONNICI, Thomas. Avanços e Ambiguidades do Pós-Colonialismo no Limiar do Século 21. **Léguas & meia: Revista de literatura e diversidade cultural**. Feira de Santana: UEFS, v.4, nº 3, 2005, p. 186-202.

BONNICI, Thomas. Introdução ao Estudo das Literaturas Pós-Coloniais. **Mimesis**, Bauru, v. 19, n. 1, 1998. p. 07-23.

BONNICI, Thomas. Pós-Colonialismo e Representação Feminina na Literatura Pós-Colonial em Inglês. **Acta Sci. Human Soc. Sci.** Maringá: v. 28, n. 1, 2006. p. 13-25.

BONNICI, Thomas. **Teoria e Crítica Literária Feminista: Conceitos e Tendências**. Maringá: EDUEM, 2007.

BORGES FILHO, Oziris. **Espaço e Literatura: Introdução à Topoanálise**. Franca – SP: Ribeirão Gráfica e Editora, 2007.

BOYLES, Nancy. **Closing in Close Reading**. In: SCHERER, Marge. *On Developing Readers: reading From Educacional Leadership*. Edited by Marge Scherer. Alexandria: VA USA. 2016. p. 89-99.

BRAGA, Cláudio Roberto Vieira; GONÇALVES, Gláucia Renate. **Diáspora, Espaço e Literatura: Alguns Caminhos Teóricos**. *Revista Trama*, v. 10, n. 19, 1º sem. 2014.

BRAGA, Cláudio Roberto Vieira. **A literatura movente de Chimamanda Adichie: Pós-colonialidade, descolonização cultural e diáspora**. Brasília: Edu-UnB, 2019.

BRAH, Avtar. PHOENIX, Ann. **Não Sou Uma Mulher?** Revisitando a Interseccionalidade. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTE, Ildney; LIMA, Ana Cecília A. (org.). **Traduções da cultura: Perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis: Mulheres /EdUFSC /EdUFAL, 2017. p. 661-684.

BRANDÃO, Luis Alberto. Breve História do Espaço na Teoria Literária. **Cerrados: Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura**. nº. 10, ano 14, 2005, p.125-134.

BRANDÃO, Luis Alberto. Espaços Literários e suas Expansões. **Aletria**. v. 15, 2007.

BURKE, Beth. **A Close Look at Close Reading: Scaffolding Students With Complex Texts**. Disponível em: <https://nieonline.com/tbtimes/downloads/CCSSreading.pdf>. Acesso em 12/07/2019

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade.** Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade.** 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro Nobre Azul, 2006.

CHEPKORIR, Koskei Margaret. **Representation of female african immigrant experience in the west: a case study of Chimamanda Adichie's Americanah.** 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Aluno, Nairobi, 2014. Disponível em: http://erepository.uonbi.ac.ke/bitstream/handle/11295/95444/KOSKEI_%20Representation%20of%20female%20African%20immigrant%20experience%20in%20the%20west%3a%20a%20case%20study%20of%20Chimamanda%20Adichie%e2%80%99s%20Americanah?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 18 mar. 2018.

CHILDS, Peter; WILLIAMS, R. J. Patrick. **Introduction To Post-Colonial Theory.** New York: Routledge, 2013.

ESPIRITO SANTO, Liliane do. **If You Don't Like Their Story, Write Your Own: Chimamanda Adichie's Americanah and the New Postcolonial Literature.** Tese (Doutorado) – Aluno, Islândia. 2016. disponível em: <<http://hdl.handle.net/1946/24328>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra.** Tradução: José Laurênio de Melo. Editora civilização brasileira – Rio de Janeiro. 1968.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas.** Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEDERICI, Sílvia. **O Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva.** Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. **O Corpo Utópico, as Heterotopias.** Tradução: Salma Tannus Muchal. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência.** Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed. 34. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOYAL, Yogita. Africa and the Black Atlantic. **Research in African Literatures**, Volume 45, Number 3, 2014, pp. v-xxv. Indiana University Press.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11ª ed. DP&A editora. Rio de Janeiro, 2006.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais.** Liv Sovik (org); Tradução: Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2004.

HALL, Stuart. **Quem Precisa da Identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.).** Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

HINCHMAN, Kathleen A. MOORE, David W. **Close Reading: A Cautionary Interpretation.** *Journal of adolescents & adult literacy*. Volume 56. 2013. p. 441-450. Disponível em: <<https://ila.onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1002/JAAL.163>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

KOZIEL, Patrycja. Narrative Strategy in Chimamanda Ngozi Adichie's Novel "Americanah": the Manifestation of Migrant Identity. **Languages and Cultures**, [s. l.], n. 49, p. 96-114, 2015. Disponível em: <<http://www.sdalc.uw.edu.pl/index.php?journal=SDALC&page=article&op=download&path%5B%5D=121&path%5B%5D=101>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

OLUWAFUNLOLA IDOWU-FAITH, Bimbola. Fictionalizing Theory, Theorizing Fiction: The Stylistics of Return Migration in Chimamanda Adichie's Americanah. Issue 7 – June, 2014. **Ìrìnkèrindò: A Journal of African Migration**, [s. l.], ed. 7, p. 23-46. Disponível em: <www.africanmigration.com>. Acesso em: 24 mar. 2018.

MATA, Inocência. A Crítica Literária Africana e a Teoria Pós-Colonial: Um Modismo ou uma Exigência? **O Marrare Revista da Pós-Graduação em Literatura Portuguesa**, [S. l.], 2008.

MATA, Inocência. **Localizar o Pós-Colonial.** In: GARCÍA, Flavio; MATA, Inocência (Org.). Pós-colonial e Pós-colonialismo: propriedades e apropriações de sentido. Rio de Janeiro: Dialogarts Publicações, 2016. p. 32-50.

MEMMI, Albert. **Retrato do Colonizado Precedido de Retrato do Colonizador.** Tradução: Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RICOUER, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento.** Tradução: Alain François *et al.*, Campinas – SP: Ed. da Unicamp, 2007.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo.** Trad. Denise Botmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAID, Edward W. **Orientalismos: O Oriente Como Invenção do Ocidente.** Tradução: Rosaura Eichwnberg. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Literatura. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTE, Ildney; LIMA, Ana Cecília A. (org.). **Traduções da cultura: Perspectivas críticas feministas (1970-2010).** Florianópolis: Mulheres /EdUFSC /EdUFAL, 2017. p. 578-625.